

**Plano Mineiro
de Desenvolvimento
Integrado**

PMDI 2011-2030

Gestão para a Cidadania

Governador do Estado

Antonio Augusto Junho Anastasia

Vice-Governador

Alberto Pinto Coelho Junior

Secretários de Estado do Governo de Minas Gerais

Danilo de Castro - Secretário de Estado de Governo

Maria Coeli Simões Pires - Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais

Renata Maria Paes de Vilhena - Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Leonardo Maurício Colombini Lima - Secretário de Estado de Fazenda

Rômulo de Carvalho Ferraz - Secretário de Estado de Defesa Social

Antônio Jorge de Souza Marques - Secretário de Estado de Saúde

Cássio Antônio Ferreira Soares - Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Hélio Augusto Martins Rabelo - Secretário de Estado de Trabalho e Emprego

Ana Lúcia Almeida Gazzola - Secretária de Estado de Educação

Eliane Denise Parreiras Oliveira - Secretária de Estado de Cultura

Nárcio Rodrigues da Silveira - Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Adriano Magalhães Chaves - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Bráulio José Tanus Braz - Secretário de Estado de Esportes e da Juventude

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico

Agostinho Célio Andrade Patrus - Secretário de Estado de Turismo

Olavo Bilac Pinto Neto - Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana

Elmiro Alves do Nascimento - Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Carlos do Carmo Andrade Melles - Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes - Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas

Alexandre Silveira de Oliveira - Secretário de Estado Extraordinário de Gestão Metropolitana

Wander José Goddard Borges - Secretário de Estado Extraordinário de Regularização Fundiária

Sergio Alair Barroso - Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo

Fuad Jorge Noman Filho – Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos

Marco Antônio Rebelo Romanelli - Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais

Coronel PM Márcio Martins Sant'Ana - Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG

Delegado-Geral Cylton Brandão Da Matta - Chefe da Polícia Civil – PCMG

Coronel BM Silvio Antônio de Oliveira Melo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG

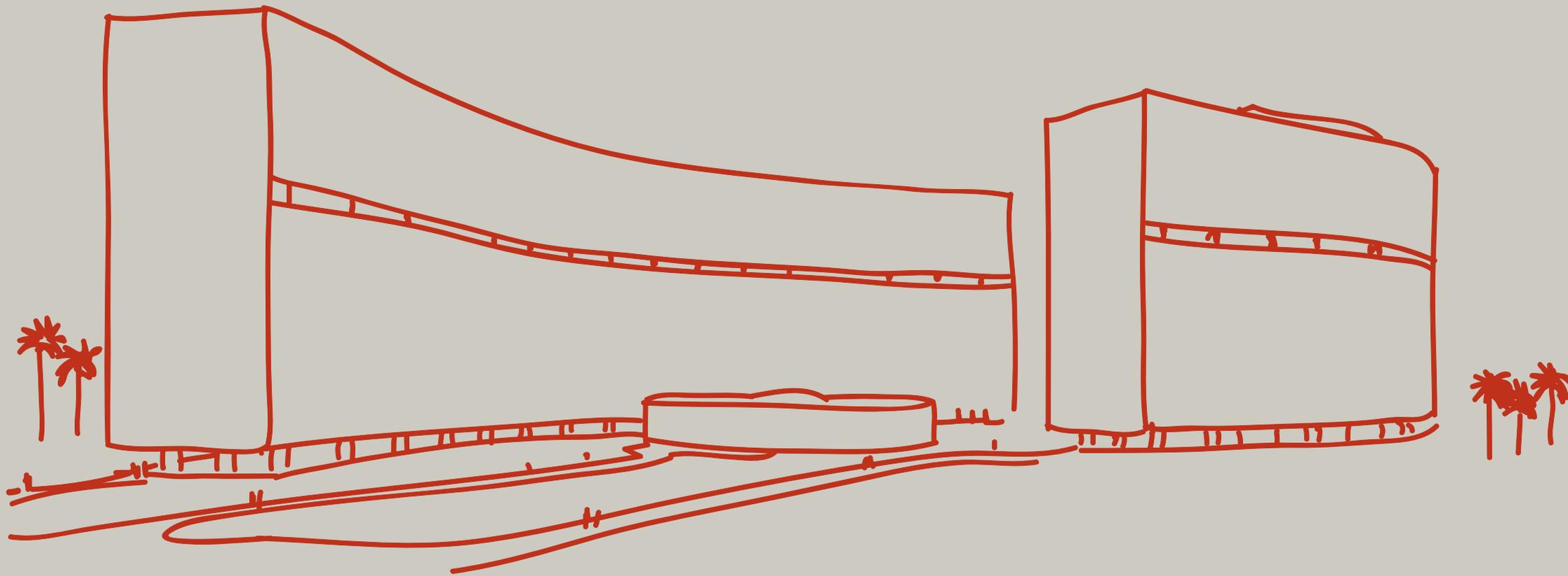
Coronel PM Luis Carlos Dias Martins - Chefe de Gabinete Militar do Governador

Plínio Salgado - Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais

Célia Pimenta Barroso Pitchon - Ouvidora-Geral do Estado de Minas Gerais

Gustavo de Castro Magalhães - Secretário-Geral do Governador

Tadeu Barreto Guimarães - Diretor-Presidente do Escritório de Prioridades Estratégicas



Governador do Estado

Antonio Augusto Junho Anastasia

Vice-Governador

Alberto Pinto Coelho Junior

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Renata Maria Paes de Vilhena

Proposição e Elaboração

Membros Titulares do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Comitê Consultivo do Projeto

Renata Maria Paes de Vilhena

Paulo Sérgio Martins Alves

Leonardo Maurício Colombini Lima

Marcelo Garcia

Tadeu Barreto Guimarães

Afonso Henriques Borges Ferreira

Coordenadora Executiva do Projeto

Adriane Ricieri Brito

Subsecretária de Gestão da Estratégia Governamental

Coordenador Técnico do Projeto

Mauro César Silveira

Comitê Técnico do Projeto

Aaron Duarte Dalla

André Abreu Reis

Diogo Sie Carreiro Lima

Luciana Conceição de Lima

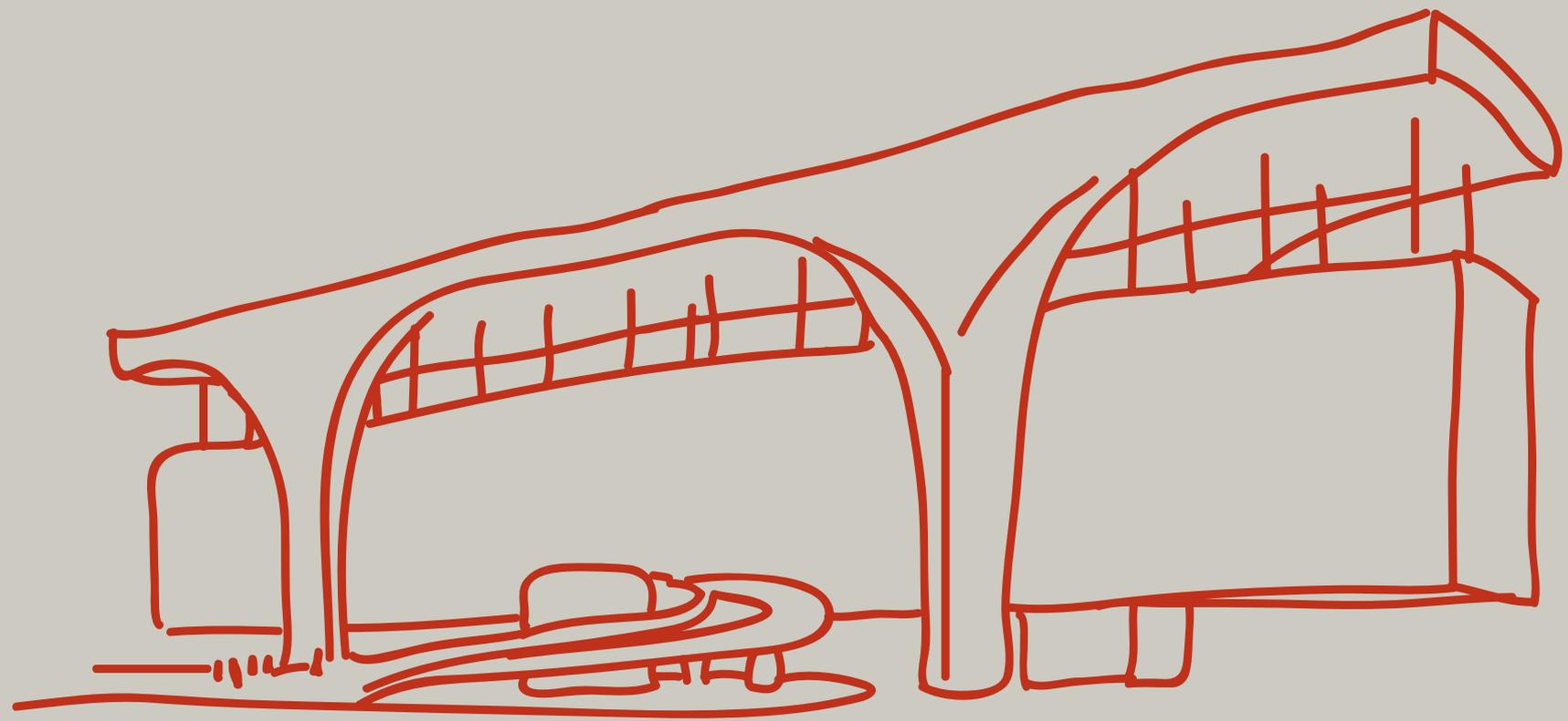
Marcelo Silva Borges de Andrade

Margarida Maria Souto Fantoni

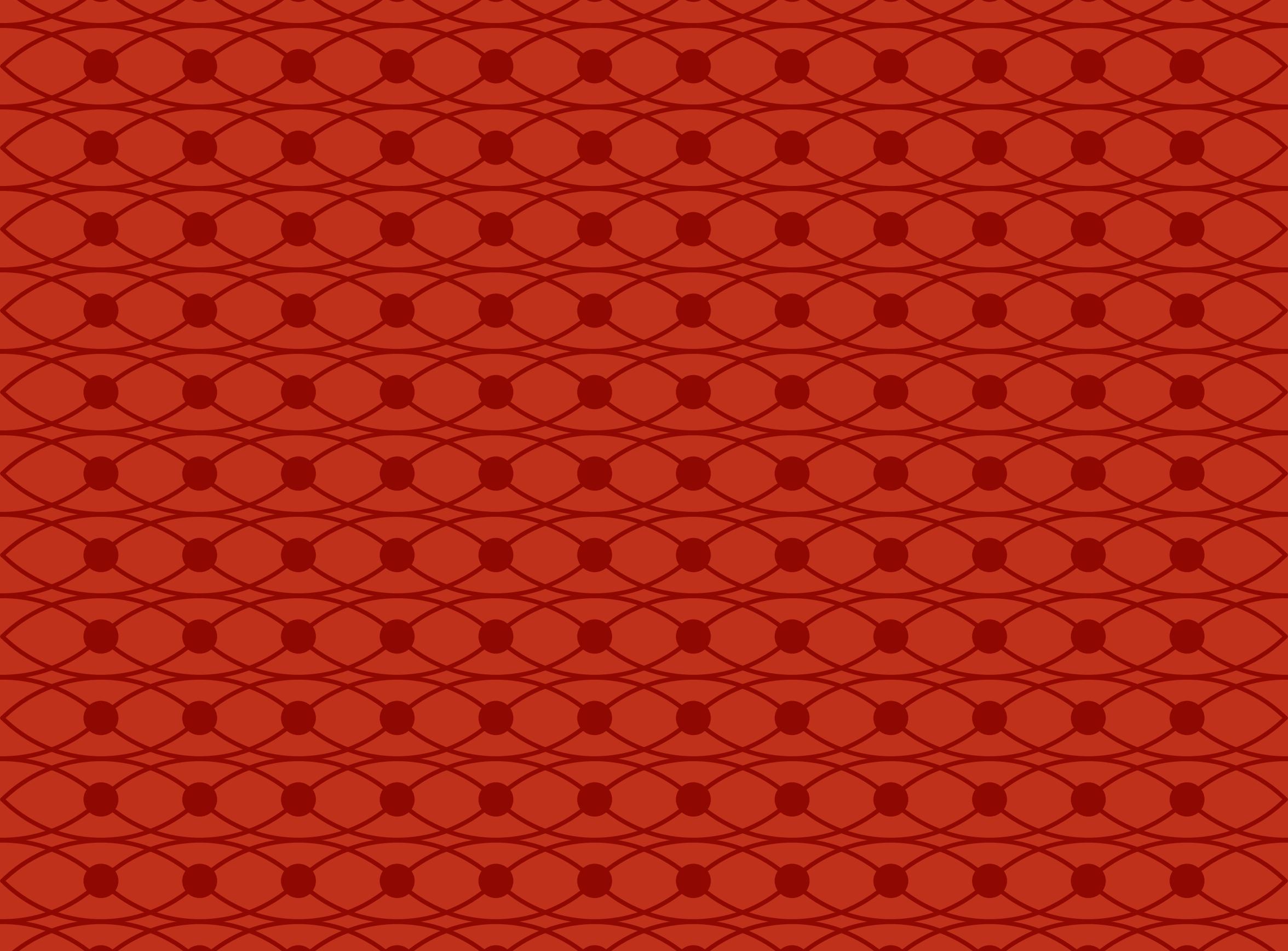
Poliana Cardoso Lopes

Rodrigo Guerra Furtado

Silvia Caroline Listgarten Dias







& ————— sumário —————

Introdução	18
Capítulo I. Evolução recente do Estado de Minas Gerais	23
1.1 O cenário que se configura em Minas Gerais	28
Capítulo II. Um Olhar para o Futuro	35
2.1 Estado e Sociedade	38
2.2 Globalização e Competitividade	41
2.3 Meio Ambiente e Sustentabilidade	47
Capítulo III. Visão de Futuro	51
Capítulo IV. A Estratégia de Desenvolvimento	61
4.1 Organização da Estratégia em Redes de Desenvolvimento Integrado	62
4.2 Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	66
4.3 Rede de Atenção em Saúde	71
4.4 Rede de Defesa e Segurança	77
4.5 Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	81



4.6 Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	85
4.7 Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação	91
4.8 Rede de Desenvolvimento Rural	96
4.9 Rede de Identidade Mineira	101
4.10 Rede de Cidades	105
4.11 Rede de Infraestrutura	110
4.12 Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	115
Capítulo V. Delineamento da Regionalização da Estratégia	121
5.1 Governança para viabilização da gestão regionalizada e participativa	124
5.2 Caracterização econômica das regiões de planejamento	125
5.3 Condições educacionais, de saúde e defesa social das regiões de planejamento	133
5.4 Indicadores e Metas por Região de Planejamento	142
Referências Bibliográficas	144
Anexo I. Quadro Comparativo dos Cenários	145
Anexo II. Nota Metodológica	148

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

● GRÁFICOS

Gráfico 1	Participação do Estado de Minas Gerais no PIB brasileiro (1995–2010)	24
Gráfico 2	Taxa de desemprego (1992–2009)	25
Gráfico 3	Variação da renda real do trabalho (1992–2009)	25
Gráfico 4	Variação líquida do nível de emprego formal em Minas Gerais (1996–2010)	25
Gráfico 5	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideab) – 2005 e 2009	26
Gráfico 6	Percentual de pobres no Brasil, Sudeste e Estados do Sudeste (2009)	27
Gráfico 7	Taxa de crescimento (%) do PIB, 2003–2010	30
Gráfico 8	Projeção populacional (2010–2050) – Minas Gerais	38
Gráfico 9	Massificação das telecomunicações	39
Gráfico 10	Índice de transparência dos governos (2010)	40
Gráfico 11	População mundial (em bilhões)	41
Gráfico 12	Investimento Estrangeiro Direto (IED) e Grau de Abertura da Economia, 1990–2010	42
Gráfico 13	Produção e produtividade de grãos no Brasil	44
Gráfico 14	Exportações mineiras em US\$ milhões FOB (2003–2010) e Composição por fator agregado, 2010	45
Gráfico 15	Estimativas das emissões líquidas de gases de efeito estufa de origem antrópica, por setor de atividade (Gg CO ₂ eq) – Brasil – 1990–2005	48
Gráfico 16	Proporção de jovens que concluíram o Ensino Fundamental e Médio (2009)	67
Gráfico 17	Percentual de Alunos por Padrão de Desempenho no 3º ano do Ensino Médio – Matemática (Proeb 2006–2010)	67
Gráfico 18	Esperança de vida ao nascer – Brasil, regiões e Estado de Minas Gerais (2000–2009)	71
Gráfico 19	Taxa de mortalidade infantil por estado, região, Brasil e OECD (2009)	72



Gráfico 20	Evolução da taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Minas Gerais (1986–2010)	77
Gráfico 21	Evolução dos crimes violentos em Minas Gerais, por Região Integrada de Segurança Pública (Risp) – taxa de crescimento em % (2003–2009)	78
Gráfico 22	Evolução do Índice de Gini (1992–2009)	81
Gráfico 23	Percentual da população considerada extremamente pobre (1991–2010)*	82
Gráfico 24	PIB <i>per capita</i> Brasil e Estados da Federação em milhares (2008)	85
Gráfico 25	Percentual de empresas que implementaram alguma inovação	92
Gráfico 26	Percentual de jovens de 18 a 24 anos frequentando curso superior	93
Gráfico 27	Participação de MG no PIB do Agronegócio Brasileiro (2002–2010)	97
Gráfico 28	Participação de Minas Gerais nas exportações do agronegócio brasileiro 2002–2010)	97
Gráfico 29	Evolução do emprego formal em Minas Gerais – Artes, cultura, esporte e recreação	102
Gráfico 30	Qualidade das rodovias de MG – classificação geral (2010)	111
Gráfico 31	Participação das despesas de capital em Minas Gerais (2002–2010)	115
Gráfico 32	Interatividade dos serviços prestados pelo Governo Estadual (2008–2010)	116
Gráfico 33	Taxa de cobertura do Programa Saúde da Família – 2010	137
Gráfico 34	Percentual da população urbana com acesso a disposição adequada de resíduos sólidos, por Região de Planejamento de Minas Gerais – 2010	138
Gráfico 35	Percentual de domicílios com acesso à rede geral de distribuição de água e à rede de esgoto ou fossa – Regiões de Planejamento de Minas Gerais, 2009	139
Gráfico 36	Taxa de crimes violentos contra o patrimônio por 100 mil habitantes – 2010	141

● FIGURAS

Figura 1	Cenários para o Horizonte 2007–2023	29
Figura 2	Minas Gerais 2030 – Visão integrada dos desafios e transformações	54
Figura 3	Minas Gerais 2030 – Visão integrada da Estratégia	65
Figura 4	Estrutura e conteúdo das Redes de Desenvolvimento Integrado	150

● MAPAS

Mapa 1	Distribuição do PIB por região	43
Mapa 2	Mapa da rede cidades – MG – Situação em 2007	46
Mapa 3	Participação das Regiões de Planejamento no PIB Mineiro (2008)	86
Mapa 4	Regiões de Planejamento	123
Mapa 5	Participação das Regiões de Planejamento no PIB Mineiro (2008)	125
Mapa 6	Atividades econômicas desenvolvidas em Minas Gerais	132
Mapa 7	Percentual de alunos do 3º ano do Ensino Médio da rede estadual no nível recomendável de desempenho em Língua Portuguesa – Regiões de Planejamento (2010)	135
Mapa 8	Taxa de mortalidade infantil (2010)	136
Mapa 9	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes (2010)	140

● TABELAS

Tabela 1	Tendências por dimensões	37
Tabela 2	População Residente segundo Município (2009)	106
Tabela 3	Percentual de alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com nível de proficiência recomendável nos exames Proalfa e Proeb (2010)	134
Tabela 4	Indicadores e Metas por Região de Planejamento	143



GLOSSÁRIO DE SIGLAS



AITN	Aeroporto Internacional Tancredo Neves
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
BCB	Banco Central do Brasil
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAED/UFJF	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação/Universidade Federal de Juiz de Fora
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEI	Centro de Estatística e Informações
CEPEA/USP	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada/Universidade de São Paulo
CEPP	Centro de Estudos de Políticas Públicas
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases de Efeito Estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IMDE	Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Índice Nacional de Preço ao Consumidor
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NESP	Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
P&D	Pesquisa de Desenvolvimento
PAD/FJP	Pesquisa por Amostra de Domicílios/Fundação João Pinheiro
PEA	População Economicamente Ativa
PELT	Plano Estratégico de Logística de Transportes
PINTEC/IBGE	Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica do IBGE
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNAD/IBGE	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE
POF/IBGE	Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
PSF	Programa de Saúde da Família
PTF	Produtividade Total dos Fatores de Produção
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMVA	Região Metropolitana do Vale do Aço
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEDE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação
SEMAD/IGAM	Instituto Mineiro de Gestão de Águas
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
SES-MG	Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
SIMI	Sistema Mineiro de Inovação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UBS	Unidade Básica de Saúde



INTRODUÇÃO



“Sei que nada será
como antes, amanhã.”

Milton Nascimento



O Brasil e Minas Gerais mudaram para melhor nos últimos 16 anos. Muitos foram os desafios superados e conquistas obtidas para possibilitar a transição econômica e social na qual o país e o Estado estão atravessando. O desafio de assegurar o crescimento acelerado, ambientalmente ajustado e com prosperidade melhor distribuída cabe a toda sociedade, embora se reconheça que é sobre o Estado que recaem as principais responsabilidades e as maiores incertezas.

Minas Gerais fez uma opção, especialmente nos últimos oito anos, pelo compromisso com o desenvolvimento, ancorado no binômio ajuste fiscal e melhorias inovadoras na gestão pública. Enfatizou o planejamento, a visão estratégica e a seletividade para promover mudanças na sociedade e no Governo. Aprendeu, contudo, que as tarefas de preparar o Estado para uma posição de destaque no enfrentamento dos desafios do desenvolvimento em um novo ambiente econômico é obra de vários (e para além dos) Governos.

Em 2003, quando foi implantado o Choque de Gestão, Minas Gerais encontrava-se em uma situação delicada do ponto de vista fiscal e de sua capacidade de investimentos, que era muito baixa. Nessa época, o grande desafio era a recuperação do equilíbrio nas contas públicas e a retomada da capacidade de investimento do Estado. Nesse sentido, duas agendas foram postas em prática: uma centrada no ajuste fiscal e outra na construção de uma agenda de desenvolvimento, de médio e longo prazos, relacionada à construção de um futuro melhor para Minas.

A evolução do Choque de Gestão deu lugar, em 2007, ao Estado para Resultados, que visava consolidar e aprimorar o processo de transformação em curso e garantir sua irreversibilidade. Buscou-se melhorar ainda mais a aplicação de recursos, por meio da priorização de metas e da consolidação de uma carteira de projetos estruturadores orientada para resultados. Nesse momento, prioridades e metas foram revistas em sintonia com as estratégias e orientações traçadas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2011–2030.

Os resultados obtidos, revelados pela evolução positiva dos indicadores econômicos e sociais, demonstram como o modelo de gestão implantado propiciou a recuperação do papel do Governo, além de produzir avanços importantes no atendimento às demandas da sociedade mineira.

Os últimos anos têm colocado Minas Gerais frente a novos desafios. A posição central que a economia mineira ocupa no Brasil, bem como a diversidade das suas regiões e sua grande extensão territorial, continua a requerer inovações na forma de governar. Se de um lado foram alcançados muitos progressos na oferta de serviços públicos em geral, de outro ainda persistem problemas relacionados à redução da pobreza, à desigualdade social, à diversificação da economia, aos serviços públicos de saúde, de educação e de segurança, dentre outros.

Neste momento, o desafio de tornar permanentes e contínuas todas as conquistas atingidas divide espaço com o compromisso do Governo em intensificar a evolução da trajetória de modernização da gestão pública e do desenvolvimento do Estado.

Para alcançar a visão de futuro de “Tornar Minas Gerais o melhor Estado para se Viver” é preciso fazer muito mais. E é com esse espírito e entusiasmo que esta nova versão do Plano Mineiro de Desenvolvimento – PMDI 2011–2030 foi elaborada. Com o objetivo de dar mais um passo na direção de uma Minas Gerais mais próspera, sustentável, com mais qualidade de vida e cidadania.

O compartilhamento de responsabilidades e a corresponsabilidade legalmente regulada encontram-se no centro dos novos desafios dos Estados contemporâneos e constitui-se em um dos elementos centrais da revisão da estratégia de desenvolvimento de Minas Gerais. Nesse sentido, o Governo adota o conceito de Estado Aberto e em Rede, que atua com outras esferas da sociedade, sem perder a sua força de regular a organização social e as atividades econômicas. Um Estado que opera em parceria e incorpora como pilar a Gestão para Cidadania, sem negligenciar o equilíbrio fiscal e a busca por maior produtividade e qualidade do gasto público, ambos visando a produção de mais e melhores resultados para a população. Os cidadãos, antes considerados apenas destinatários das políticas públicas implementadas pelo Estado, agora passam a ocupar também a posição de protagonistas na definição das estratégias governamentais.

A Gestão para a Cidadania incorpora como principal desafio para o Governo de Minas Gerais a participação da sociedade civil organizada na priorização e acompanhamento da implementação da estratégia governamental. Se o Governo de Minas Gerais já conseguiu demonstrar para a sociedade mineira e para o Brasil que a gestão pública é muito importante, agora é a hora de demonstrar que a participação da sociedade nas questões de Governo e de interesse público é igualmente relevante. A Gestão para a Cidadania está ancorada em quatro princípios: transparência, prioridades claras, engajamento da sociedade civil e participação com qualidade.

É nessa direção que se organiza a estratégia de desenvolvimento para os próximos 20 anos, explicitada no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2011–2030, que estabelece 11 Redes de Desenvolvimento Integrado – criadas com o objetivo de proporcionar um comportamento cooperativo e integrado entre agentes e instituições em torno de grandes escolhas para o futuro de Minas, de acordo com a capacidade de integração das ações de Governo e de agregação de valor para a sociedade. Tais Redes focalizam metas síntese e as desdobram em objetivos, estratégias e indicadores e metas de desempenho para produzir e medir as transformações desejadas em cada uma delas. E é por esses resultados que o atual Governo deverá ser cobrado.

Este documento está organizado em quatro partes.

A primeira parte traça a *evolução recente de Minas Gerais*, abordando os avanços recentes observados no Estado, nos campos econômico, social e ambiental, assim como os entraves e obstáculos ao seu desenvolvimento sustentável.

A segunda parte lança *um olhar para o futuro*, com uma análise prospectiva das tendências e incertezas para o desenvolvimento de Minas Gerais, que identifica e caracteriza os principais fatores externos – mundiais e nacionais – e internos que poderão influenciar a trajetória do Estado de Minas Gerais nos próximos 20 anos.

A terceira parte consolida a *estratégia de desenvolvimento*, que tem como norte uma visão de futuro para Minas Gerais em 2030 e indica os desafios a serem superados para que esse futuro desejado possa se consolidar. Em seguida, é feito um desdobramento dessa visão segundo o enfoque de Redes de Desenvolvimento Integrado abordando a situação atual, a meta síntese da rede, os objetivos estratégicos, os indicadores e metas e, sobretudo, as estratégias que precisam ser concretizadas para alcançar os resultados planejados.

A quarta parte esboça o *delineamento da regionalização da estratégia*, com a caracterização econômica e social das regiões de planejamento, o delineamento do modelo de governança para viabilização da gestão regionalizada e participativa e a indicação de indicadores e metas regionalizadas nas áreas da saúde, educação e segurança.

Com essa atualização do seu Plano de Desenvolvimento Integrado, Minas mantém a sua agenda estratégica alinhada às oportunidades e às questões mais relevantes para o seu desenvolvimento sustentável neste momento do século XXI. Agora, como nos oito anos anteriores, o desafio que se recoloca é traduzir essa estratégia em ações e resultados para os cidadãos e assim tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver.

Esse plano foi enriquecido e aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais sob a forma da Lei Estadual nº 20.008 de 04 de janeiro de 2012.



Capítulo I

EVOLUÇÃO RECENTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

“Se muito vale o já feito
Mais vale o que será
E o que foi feito
É preciso conhecer
Para melhor prosseguir.”

Fernando Brant

O Estado de Minas Gerais ocupa lugar de destaque no cenário nacional em vários quesitos estruturais: detém a segunda maior população brasileira, ocupa o quarto lugar em área territorial e, além disso, possui a terceira maior economia. Acresce que seu histórico protagonismo na cena política o coloca como referência no contexto nacional.

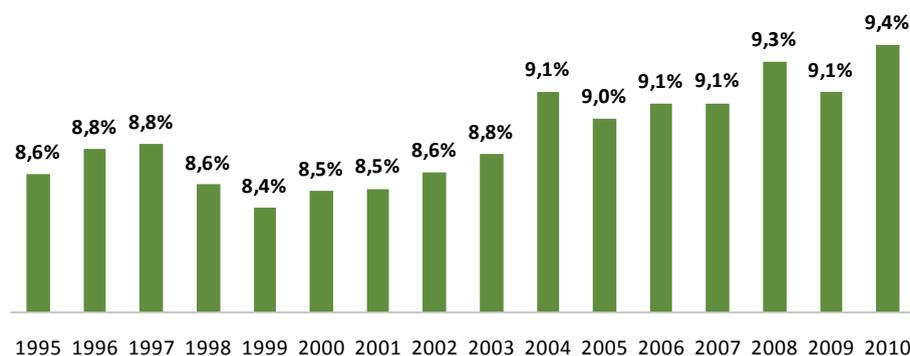
Mas são os avanços recentes verificados nos campos econômico, social e ambiental que contribuem para consolidar a posição de Minas Gerais como um ator de grande relevância para o desenvolvimento do país.

No campo econômico, a evolução recente indica que a economia mineira manteve-se como a terceira maior do Brasil, tendo elevado seu valor agregado à produção nacional de

8,4%, em 1999, para 9,4% em 2010 (Gráfico 1). Após queda nos anos 1990, o Estado também vem aumentando de forma consistente sua participação nas exportações brasileiras a partir de 2003, passando de 10,2% para 15,5% em 2010, o que lhe confere a posição de segundo maior estado exportador do Brasil.¹

A maior vulnerabilidade a choques externos da economia mineira ficou evidenciada na evolução recente do PIB. Se de um lado os efeitos da crise internacional, ocorrida em 2008, foram mais sentidos por Minas Gerais do que pelo país como um todo, por outro lado a recuperação do Estado foi mais forte do que a ocorrida no Brasil, de forma que, em 2010, o PIB mineiro alcançou uma taxa de crescimento de 10,9%.

Gráfico 1. Participação do Estado de Minas Gerais no PIB brasileiro (1995-2010)

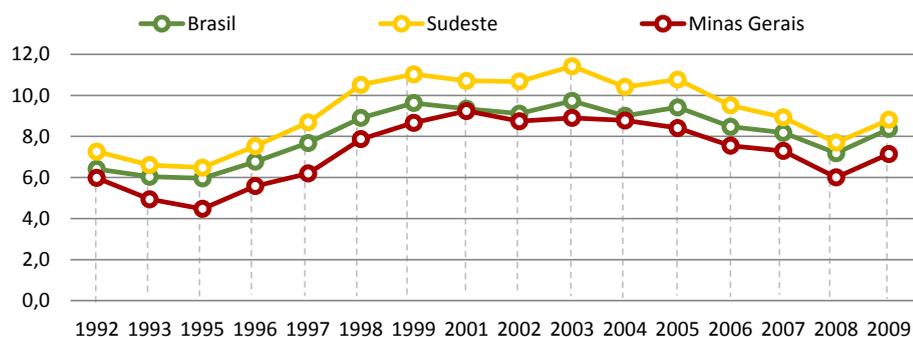


Fontes: Contas nacionais/IBGE e CEI/FJP. Notas: os anos de 2009 e 2010 consideram estimativas da Fundação João Pinheiro para o crescimento do PIB para Minas Gerais e do IBGE para o Brasil. Dados disponíveis a partir de 1995.

¹MDIC.

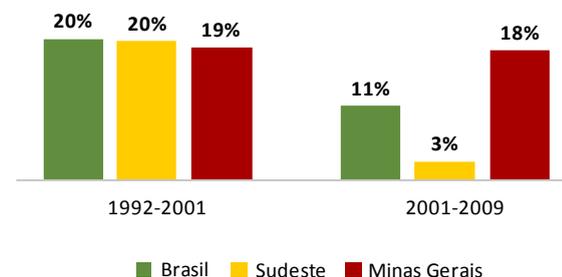
Os reflexos da conjuntura econômica **no mercado de trabalho** incidiram na redução do desemprego e no aumento dos rendimentos do trabalho. A taxa de desemprego mineira que – após crescimento nos anos 1990 acima da média – estava próxima à brasileira no início dos anos 2000, atingiu o patamar de 7,1%, em 2009, inferior à média nacional de 8,3% (Gráfico 2); e a renda real do trabalho, entre 1992 e 2009, cresceu 41% no Estado de Minas Gerais, enquanto a média brasileira cresceu 33% e a do Sudeste teve um crescimento de 23%. Nota-se pelo Gráfico 3 que o maior crescimento da renda do trabalho do Estado frente à média brasileira e à do Sudeste se deve ao dinamismo dos anos 2000. Considerando todas as fontes de renda, o crescimento do Estado frente à média brasileira foi ainda maior: entre 1992 e 2009, a renda real domiciliar *per capita* cresceu 81% em Minas Gerais, enquanto na média brasileira o crescimento foi de 59%. Considerando todas as fontes de renda, o crescimento do Estado frente à média brasileira foi ainda maior: entre 1992 e 2009, a renda real domiciliar *per capita* cresceu 81% em Minas Gerais, enquanto na média brasileira o crescimento foi de 59%.

Gráfico 2. Taxa de desemprego (1992-2009)



Fontes: IETS a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Nota: a pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000.

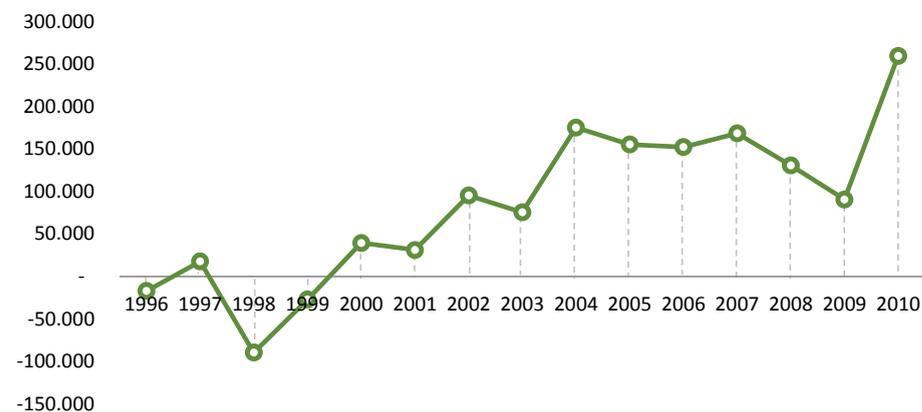
Gráfico 3. Variação da renda real do trabalho (1992-2009)



Fonte: IETS a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Outro aspecto positivo verificado no mercado de trabalho mineiro refere-se à formalização dos postos de trabalho no período recente, com a geração líquida de 1,2 milhão de postos de trabalho entre 2003 e 2010 (Gráfico 4). Mesmo com o fechamento de 180 mil postos de trabalho entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009, período mais impactado pela crise internacional, esses anos fecharam com saldos líquidos positivos do nível de emprego e 2010 foi o melhor ano da série iniciada em 1996, com quase 260 mil novos empregos formais no Estado.

Gráfico 4. Variação líquida do nível de emprego formal em Minas Gerais (1996-2010)

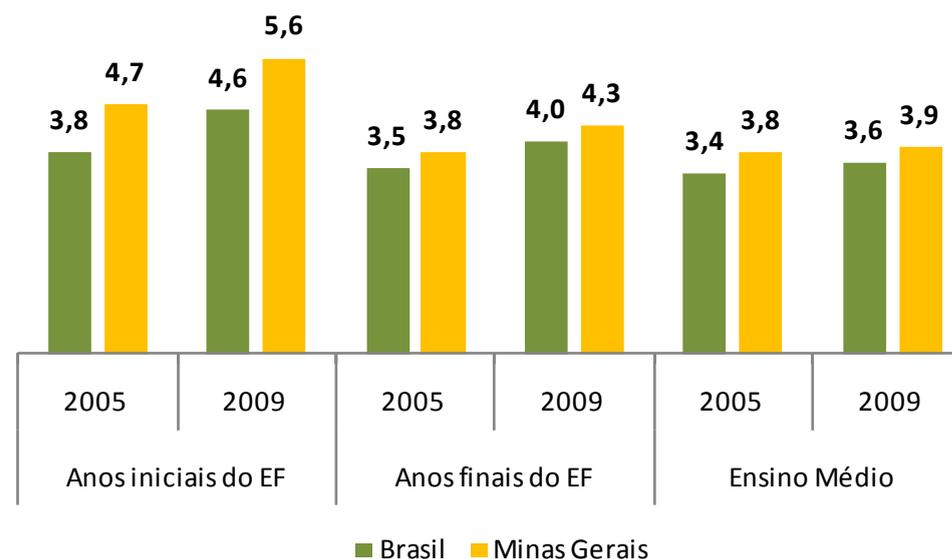


Fonte: Caged/MTE. Nota: dados disponíveis a partir de 1996.

No **campo social**, o Estado de Minas Gerais vem obtendo conquistas expressivas em várias esferas, com a melhoria dos indicadores na educação, saúde, segurança, pobreza e desigualdade abordados a seguir.

Quando se considera a **educação**, merecem destaque os progressos do sistema educacional mineiro tanto no que diz respeito ao fluxo como ao desempenho escolar. Em 2009, o Estado obteve o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do país nos anos iniciais do Ensino Fundamental e conquistou a terceira melhor posição nos anos finais do Fundamental e no Ensino Médio, considerando todas as redes de ensino (Gráfico 5). Conseguiu, também, reduzir a taxa de distorção série-idade da rede estadual tanto no Ensino Fundamental (passou de 30,5%, em 2001, para 19,3% de alunos com idade superior à adequada a cada série em 2010) como no Ensino Médio (diminuiu de 59,2% para 33,8% no mesmo período).²

Gráfico 5. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 2005 e 2009



Fontes: MEC/Inep. Notas: foram consideradas todas as redes de ensino. Indicador disponível a partir de 2005.

No que se refere à área da **saúde**, Minas Gerais vem promovendo melhorias expressivas nas condições de vida da sua população. A esperança de vida ao nascer passou de 66,4 anos, em 1991, para 75,1 anos, em 2009, superior à média brasileira de 73,1 anos. Os avanços do Estado nesse campo são expressivos também em termos de redução da mortalidade infantil (que passou de 26 para 14 por mil nascidos vivos, entre 1997 e 2009³) e do acesso da população à atenção primária, com o atendimento do Programa de Saúde da Família (PSF) alcançando 70% da população⁴.

²A partir de 2007, as informações do Censo Escolar passaram a ser coletadas por meio do Educacenso do MEC. Essa mudança provoca alterações nos dados coletados, sendo as principais: a introdução de ferramenta web na coleta de dados e a consideração do aluno como unidade mínima de análise e não mais a escola. (Caderno de Indicadores 2011. Indicadores da Gestão por Resultados do Governo do Estado de Minas Gerais)

³Fontes: MS/SVS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC e MS/SVS – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Dados disponíveis somente a partir de 1997.

⁴A população dependente do SUS representa 71% do total (Pnad/IBGE, 2008).

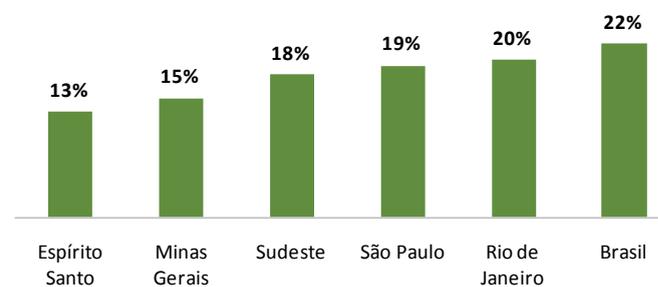
A redução da mortalidade infantil, em parte, pode ser atribuída aos progressos nas condições de saneamento básico. O percentual da população com acesso adequado a esgoto – rede geral ou fossa séptica – aumentou de 54,3%, em 1991, para 69,5%, em 2000, e 75,4%, em 2010.⁵

Quando se considera a **defesa social**, a estratégia adotada no Estado nos últimos anos vem apresentando resultados positivos. Após a escalada da violência nos anos 1990, os índices vêm registrando melhoras consecutivas após 2003. Houve redução de 47% na taxa de crimes violentos contra o patrimônio, que passou de 445,5 para 238 por 100.000 habitantes, entre 2005 e 2009.⁶ Já a taxa de homicídios por 100 mil habitantes diminuiu de 20,4 para 17,2, no mesmo período. Com isso, Minas Gerais deixou de ocupar a posição de 13º colocado, em 2005, para ser o estado com a 5ª menor taxa de homicídios entre as 27 Unidades da Federação, em 2008.⁷

Além disso, Minas Gerais também tem conseguido avançar nos indicadores de redução da **pobreza e de extrema pobreza**, mais até do que o verificado na média brasileira. O percentual de pobres no Estado, que no início dos anos 1990 era mais elevado do que a média do Sudeste, passou a ser inferior. O percentual de pessoas vivendo com renda inferior à linha de pobreza diminuiu de 26% para 15%, entre 2004 e 2009 (Gráfico 6), porém, ainda há no Estado, segundo dados do Censo 2010, cerca de 909 mil pessoas (ou 4,6%) vivendo em domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza definida pelo Gover-

no Federal (R\$ 70,00). Desse total de pessoas consideradas extremamente pobres, 45% estão na área rural e 55% na área urbana, indicando a necessidade de aprofundamento dos esforços de erradicação da extrema pobreza.

Gráfico 6. Percentual de pobres no Brasil, Sudeste e Estados do Sudeste (2009)



Fonte: Rocha, S. a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).
Disponíveis em http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915.
Acessado em 30/06/2011.

A diminuição da pobreza esteve associada à melhora na **distribuição de renda**, que também se mostrou expressiva no período. A desigualdade de renda – expressa pelo índice de Gini – apresenta trajetória consistente de queda a partir de 2002, passando do patamar de 0,6 para 0,509, em 2009. Com isso, Minas Gerais, que tinha a maior desigualdade de renda do Sudeste no início dos anos 1990, passou a ser o segundo estado menos desigual da região em 2009⁸.

⁵ Censos 2000 e 2010.
⁶ Dados do NESP-FJP.
⁷ WAISELFSZ, 2011.
⁸ Dados da Pnad/IBGE.

Com respeito ao **meio ambiente**, Minas Gerais tem avançado no tratamento de esgoto (em 2010, 52,1% da população dispunha de esgoto tratado ou disposto de forma adequada) e na disposição dos resíduos sólidos. Houve também avanços na proteção à vegetação nativa, porém, mesmo sendo o maior reflorestador do Brasil com aproximadamente 23% da área plantada no país, o Estado continua com focos de desmatamento ilegal – em especial na região Norte – que precisam ser erradicados⁹.

Cabe salientar que a forte diminuição da pobreza e da indigência e a melhora dos demais indicadores de qualidade de vida e crescimento econômico ocorreram paralelamente aos avanços obtidos na gestão pública e no equilíbrio fiscal

do Estado, bases fundamentais para o desenvolvimento de médio e longo prazos.

As reformas implementadas a partir de 2003 fizeram do Estado de Minas Gerais uma referência nacional em termos de gestão pública. Contudo, em que pese os inegáveis progressos na administração pública, persistem desafios relativos à ampliação da produtividade do gasto público e dos efeitos da reforma do Estado sobre a qualidade de vida da população dos seus diferentes territórios, particularmente no Grande Norte, região mais pobre do Estado e com grandes desigualdades frente às demais regiões, principalmente quando se comparam os indicadores educacionais e de saúde.

1.1 O CENÁRIO QUE SE CONFIGURA EM MINAS GERAIS

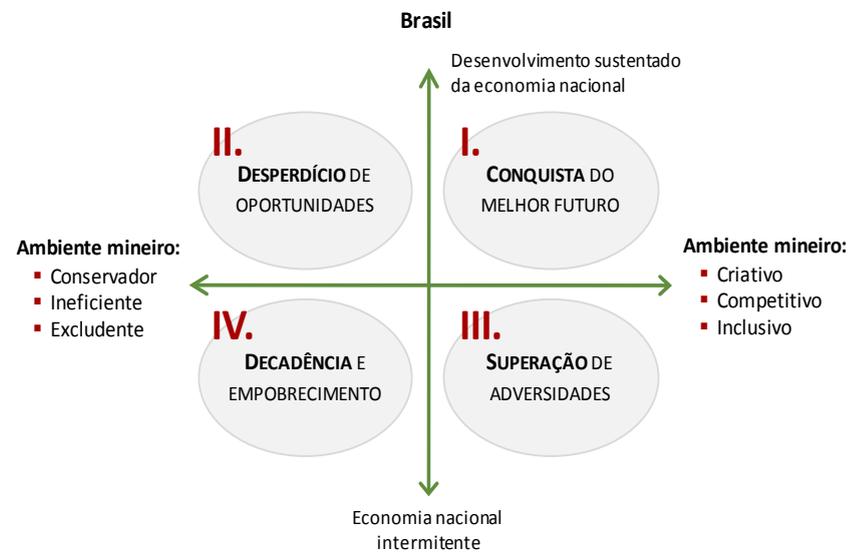
No Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2003–2020 foram traçados cenários possíveis e plausíveis para o Estado de Minas Gerais, posteriormente revisitados e atualizados em 2007 tendo como horizonte o ano de 2023. Na elaboração dos cenários, levou-se em consideração a análise situacional e da evolução política, econômica e social, bem como o mapeamento das incertezas críticas; isso é, dos condicionantes do futuro com baixo grau de previsibilidade e elevado impacto. A partir desses levantamentos, os condicionantes foram agrupados em incertezas críticas-síntese, que, combinadas, geraram a filosofia dos quatro cenários: **Conquista do Melhor Futuro**, **Superação das Adversidades**, **Decadência e Empobrecimento** e **Desperdício de Oportunidades** descritos sinteticamente no Quadro 1¹⁰.

⁹Dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

¹⁰O quadro comparativo dos cenários está disponível no Anexo I.

Quadro 1. Filosofia dos Cenários de Minas Gerais

Figura 1. Cenários para o Horizonte 2007–2023



Fonte: PMDI 2007–2023

• **Cenário I – Conquista do Melhor Futuro:** Minas Gerais aproveita as principais oportunidades oferecidas pelo contexto externo favorável e se insere em um ciclo duradouro de desenvolvimento sustentável, que combina elevado crescimento econômico, salto nos níveis educacionais, contínua redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais e uso sustentável dos ativos ambientais.

• **Cenário II – Desperdício de Oportunidades:** Minas Gerais e o Brasil caminham em ritmos diferentes. Apesar das imensas oportunidades oferecidas pelo contexto externo favorável, o estado mineiro não se mostra capaz de aproveitá-las e vive um período de crescimento econômico mediano, elevadas desigualdades sociais e regionais e meio ambiente em processo de degradação.

• **Cenário III – Superação de Adversidades:** Minas Gerais supera grandes adversidades do contexto externo, aproveita as escassas oportunidades e realiza um salto rumo ao futuro, fazendo do ambiente desfavorável um solo fértil à inovação e à quebra de paradigma nos campos sociais e econômicos.

• **Cenário IV – Decadência e Empobrecimento:** as adversidades trazidas por um contexto externo amplamente desfavorável a Minas Gerais são potencializadas pela ineficácia e ineficiência da gestão pública estadual, culminando em um quadro de decadência e empobrecimento, marcado pelo baixo crescimento econômico, elevadas desigualdades sociais e regionais e meio ambiente em processo de degradação.

Fonte: PMDI 2007–2023

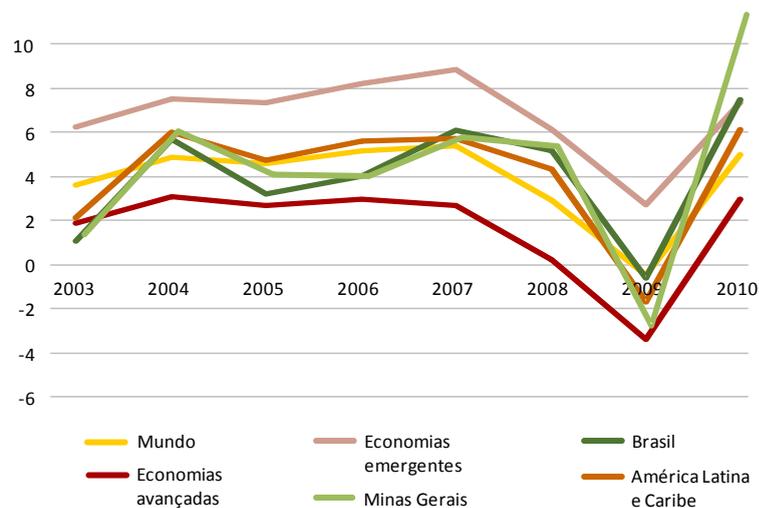
Com base na análise da trajetória recente do Estado, é possível identificar em qual direção, antecipada pelos cenários, Minas Gerais vem caminhando.

É importante observar que nenhum dos quatro cenários acontece exatamente como descrito. Os cenários não têm a pretensão de apresentar previsões categóricas do futuro. Ao contrário, apresentam visões do futuro que são simplificações da realidade – esta sim complexa, plural e multifacetada. Essa identificação, porém, é relevante enquanto ferramenta para localizar em quais áreas o Estado avançou bem, rumo ao melhor cenário, e em que áreas deve concentrar seus esforços para consolidar a estratégia de desenvolvimento de longo prazo que se redesenha por meio desse plano. Afirma-se, dessa forma, a principal utilidade do estudo dos cenários: inspirar a formulação de estratégias, antecipar decisões e traduzi-las em iniciativas concretas.

Antes de entrar na análise propriamente dita do posicionamento do Estado de Minas Gerais, é preciso avaliar como o mundo e o país caminharam nos últimos anos, condicionantes importantes do futuro mineiro.

O mundo cresceu a taxas médias de 3,9% ao ano entre 2003 e 2010, segundo os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse crescimento, obviamente, não se deu homogeneamente entre os países. Destaca-se, principalmente, que nos últimos anos, os países desenvolvidos e os emergentes registraram padrões de crescimento bastante distintos, com os últimos crescendo a taxas de 6,8% a.a. enquanto os primeiros apresentaram uma taxa média de 1,7% ao ano (Gráfico 7).

Gráfico 7. Taxa de crescimento (%) do PIB 2003–2010



Fonte: FMI (países) e FJP (MG).

Como se deu a dinâmica de desenvolvimento da economia brasileira? O país apresentou um ritmo de crescimento maior, entre 2003 e 2010, se comparado às duas décadas anteriores, comportamento mais condizente com os cenários I e II (“A conquista” e “O desperdício”) que previam um desenvolvimento sustentado da economia nacional. No período, o país evoluiu a uma taxa anual média de 4%, próxima à média mundial (3,9%) e à da América Latina e Caribe (4,1%), mas bem inferior à média dos países emergentes. Também, em termos de desenvolvimento humano, o país registrou avanços expressivos, transitando nos dois melhores cenários. No entanto, no que diz respeito à taxa de poupança, o Brasil não foi capaz de avançar nos melhores cenários previstos, registrando uma média de 17% do PIB.

O Estado de Minas Gerais avançou muito nos últimos anos em praticamente todas as dimensões, sobretudo nos anos 2000, como já visto na seção anterior.

No tocante à economia, as taxas recentes de crescimento do PIB mineiro permitem afirmar que o Estado avança rumo ao cenário de “Conquista do Melhor Futuro”, com um crescimento médio de 4,3% a.a. no período de 2003 a 2010.

Na esfera social, começando pela educação, os avanços obtidos na escolaridade média da população jovem e adulta, na alfabetização e na qualidade do ensino indicam que Minas Gerais tem evoluído numa trajetória positiva em direção aos melhores cenários traçados também nessa área.

Na saúde, a velocidade de redução da mortalidade infantil e a quase universalização do acesso da população à atenção primária indicam igualmente o caminhar rumo ao cenário mais positivo (Cenário I). Na defesa social, as conquistas foram substanciais até mesmo comparadas ao previsto no melhor dos cenários, principalmente quanto se toma a redução da taxa de homicídios.

Ao mesmo tempo, a trajetória recente de combate à pobreza coloca hoje o Estado de Minas Gerais próximo ao melhor cenário traçado para 2023. Se a redução da pobreza e da extrema pobreza é um fenômeno que pode ser observado nacionalmente, em Minas Gerais, os avanços dos indicadores nesse campo têm se revelado mais expressivos do que na média nacional¹¹.

Com respeito ao meio ambiente, pode-se considerar que, no decorrer dos últimos anos, o Estado também se encaixou no melhor cenário. Contribuíram para isso as melhorias nas

¹¹Nos últimos cinco anos (2004-2009), a proporção de pobres diminuiu 42% no Estado, ao passo que a redução brasileira e a do sudeste foi de 34% e 31%, respectivamente.



taxas de disposição adequada do lixo e de tratamento de esgoto. O fato de o Estado ter caminhado em direção ao melhor cenário traçado – **Conquista do Melhor Futuro** – significa que Minas Gerais tem aproveitado o crescimento econômico dos últimos anos para promover melhorias duradouras em termos de bem-estar social, investindo em melhores condições educacionais e de saúde, reduzindo a pobreza e a desigualdade e garantindo maior segurança pública para a população. Tudo isso se tornou possível com os avanços na gestão pública e a manutenção do equilíbrio fiscal do Estado.

Minas Gerais conta com grandes potencialidades, entre elas a presença de amplos recursos naturais, além de uma estrutura produtiva em sintonia com os mercados mundiais demandantes; uma localização geográfica competitiva em relação a outros estados da Federação; um dos melhores índices de qualidade da educação do Brasil; uma expectativa de vida acima da média brasileira; uma rede de universidades e instituições de pesquisa diversificada e de qualidade – requisitos essenciais para o desenvolvimento do capital humano e para um bom desempenho na economia do conhecimento; e conta com uma boa qualidade institucional e um ambiente de negócios confiável, que se destaca no cenário nacional pela maior agilidade de sua burocracia pela credibilidade e diálogo do Governo com os empresários.

Contudo, Minas Gerais, devido a algumas de suas características estruturais, apresenta também vulnerabilidades. O Estado exporta *commodities* intensivas em produtos primários, minerais e intermediários de baixo valor adicionado e vulneráveis à oscilação de preços internacionais, e importa bens e serviços de maior conteúdo tecnológico, havendo, portanto, uma elevada dependência da sua dinâmica econômica ao comportamento daqueles setores. Com isso, o Estado corre o risco de ficar exposto diante da concentração da sua estrutura produtiva no setor extrativo e minerometalúrgico.

Ao mesmo tempo, é crescente a participação da região central na produção do Estado, o que agrava as disparidades regionais da produção, e que, se mantidas no longo prazo, poderão prejudicar o desenvolvimento do Estado como um todo, restringindo o dinamismo e a competitividade das regiões menos desenvolvidas. Para evoluir para uma realidade na qual Minas capture as oportunidades emergentes no mundo e no Brasil e ao mesmo tempo reduza suas vulnerabilidades econômicas, as seguintes fragilidades precisam ser superadas ou minimizadas: baixa taxa de investimento, baixa produtividade dos setores agrícola e de serviços; baixa competitividade e valor agregado da produção; diversificação insuficiente da economia, com aumento da exposição às oscilações dos



mercados internacionais de *commodities*; deficiências na infraestrutura e logística com redução da competitividade do Estado e posição pouco confortável diante do acirramento da competição com outros estados. É preciso também avançar no combate às vulnerabilidades sociais, expressas pela baixa capacidade de geração de renda, persistência de desigualdades regionais e deficiências educacionais da força de trabalho que, diante da crescente demanda por mão de obra qualificada no mercado, exigem respostas rápidas e eficazes.

Portanto, o desafio atual que se apresenta ao Estado de Minas Gerais é garantir que o processo de desenvolvimento, já iniciado, seja sustentável pelos próximos 20 anos, promovendo as reformas necessárias que permitam superar os gargalos em cada uma das áreas essenciais para o futuro de Minas Gerais e minimizar as incertezas decorrentes de uma série de tendências em curso no Brasil e no mundo, objeto de aprofundamento no próximo capítulo.





Capítulo II

UM OLHAR PARA O FUTURO

Quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável.”

Lúcio Aneu Sêneca

O desenvolvimento de Minas Gerais, nos próximos anos, não é totalmente incerto nem tampouco obra do acaso. Por um lado, depende de fatores estruturais já consolidados ao longo da história mineira. Por outro, há uma série de mudanças externas, mundiais e nacionais, e transformações endógenas em curso que terão influência relevante na trajetória do Estado.

A análise prospectiva teve como objetivo identificar as principais tendências mundiais, nacionais e mineiras que poderão influenciar a trajetória do Estado de Minas Gerais nos próximos 20 anos e que, portanto, deverão ser consideradas na estratégia de desenvolvimento de longo prazo que se re-desenha por meio do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2011–2030¹². Como qualquer análise prospectiva é passível de alterações, mas algumas tendências estão consolidadas e outras se encontram em tal nível de maturação que dificilmente serão revertidas. O acompanhamento desses fatores possibilita o aproveitamento das oportunidades que cada tendência reserva à trajetória mineira. Esses fatores condicionantes, ou tendências, estão agrupados em três dimensões e referenciados ao contexto mundial, nacional e também ao próprio espaço mineiro:

2.1. ESTADO E SOCIEDADE.

2.2. GLOBALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE.

2.3. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.

¹²Essa análise levou em consideração a priorização das tendências feita na Oficina Estratégica, evento que contou com a presença de todos os Secretários de Estado, e que teve por objetivo avaliar, discutir e formular proposições para a Visão de Futuro, Metas Síntese, Objetivos e Estratégias.

TABELA 1. Tendências por dimensões¹³

TENDÊNCIAS MUNDIAIS	TENDÊNCIAS NACIONAIS	TENDÊNCIAS MINEIRAS
2.1 Estado e Sociedade		
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das pressões por ajustes e políticas públicas eficazes • Sociedade em rede e em tempo real 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte expansão da conectividade: computadores, internet, celulares e redes sociais • Preocupações crescentes com a erradicação da pobreza e inclusão social e produtiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança demográfica: aumento da proporção da população em idade produtiva e da população idosa • Fortalecimento das instituições, transparência dos governos, participação e <i>accountability</i>
2.2. Globalização e Competitividade		
<ul style="list-style-type: none"> • Globalização comercial, financeira e produtiva baseada em redes de valor distribuídas internacionalmente • Novo padrão de competitividade em nível global: larga escala de produção, baixo custo e alta densidade tecnológica • Ingresso de milhões de novos consumidores à economia de mercado, em especial na China e na Índia • Consolidação do conhecimento como um dos principais motores da economia mundial 	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção do Brasil na economia mundial e maior visibilidade internacional • Reconfiguração econômica e espacial • Modernização da economia rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção externa crescente e grande relevância do setor minerometalúrgico e do agronegócio • Urbanização e maior demanda por infraestrutura • Emergência de atividades de densidade técnico-científicas e articuladas com a Economia do Conhecimento
2.3. Meio Ambiente e Sustentabilidade		
<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças climáticas e a emergência da economia de baixo carbono • Crescente incidência e impacto dos eventos naturais extremos: necessidade de prevenção e mitigação dos seus efeitos 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da relevância da questão ambiental • Expansão da produção de biocombustíveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das pressões para a conservação, preservação e recuperação sustentável dos recursos naturais

¹³A descrição detalhada de cada uma das tendências encontra-se descrita no documento complementar ao PMDI denominado "Análise Prospectiva: Tendências e Incertezas para a Estratégia de Desenvolvimento de Minas Gerais".

2.1 ESTADO E SOCIEDADE

Estamos diante de uma nova transformação do Estado, que adicionou às questões anteriormente conhecidas, as dificuldades fiscais resultantes da crise financeira de 2008.

A crise do financiamento do Estado não é nova no cenário mundial, remonta aos anos 1980, quando de um lado ocorre uma disfunção dos sistemas tributários em relação à nova economia, cada vez mais financeira, terciária e global, e, por outro lado, surgem novas e crescentes demandas da população. A proposta de uma nova agenda para as políticas públicas surge a partir da transição de um Estado provedor para um Estado regulador. Noções de eficiência e eficácia são incorporadas às políticas, numa preocupação com a qualidade do gasto público, ao mesmo tempo em que emergem parcerias com setor privado e com o terceiro setor.

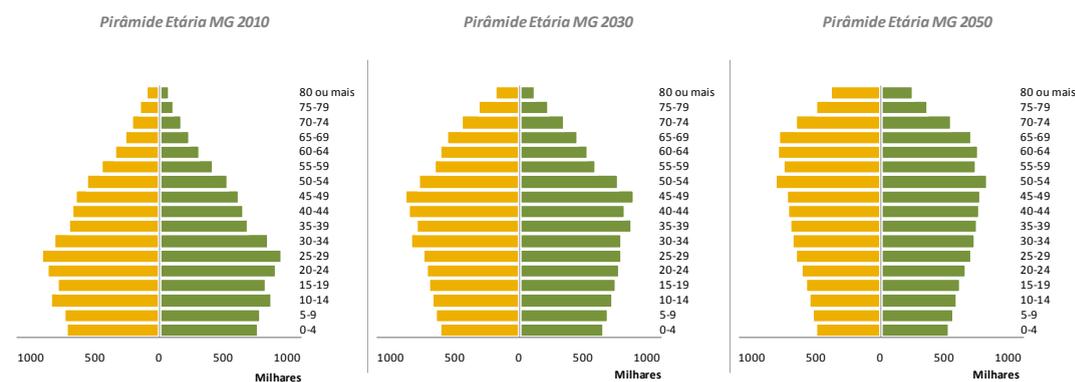
A crise internacional de 2008 e a aplicação de políticas anticíclicas para mitigar seus efeitos têm agravado significativamente os déficits dos governos dos países desenvolvidos. Há um desafio ainda maior de compatibilizar **ajustes fiscais com a demanda crescente por serviços públicos** em sociedades caracterizadas por forte envelhecimento da população e gastos crescentes com saúde e seguridade social.

No caso brasileiro, a política social ainda precisa solucionar questões mais emergenciais como a **erradicação da pobreza extrema e redução da pobreza e desigualdade**. As pressões por uma maior equidade e melhor distribuição de renda exigem, para além da transferência de renda, políticas públicas que ampliem o acesso a serviços básicos, a saúde e a edu-

cação, propiciando também a inclusão produtiva. O desafio que se coloca é o rompimento do ciclo da pobreza com igualdade de oportunidades que proporcione uma inserção de qualidade no mercado de trabalho. Enfrentar esse desafio diante do cenário demográfico de **envelhecimento da população** e seus efeitos nos gastos sociais demandará inovações crescentes nas políticas sociais.

À semelhança do que irá ocorrer com o Brasil, para os próximos 20 anos, a projeção da estrutura demográfica de Minas Gerais mostra uma estabilização da população na faixa de 0 a 24 anos e um incremento da população em idade produtiva (25 a 65 anos) como proporção da população total (Gráfico 8).

Gráfico 8. Projeção populacional (2010–2050) – Minas Gerais



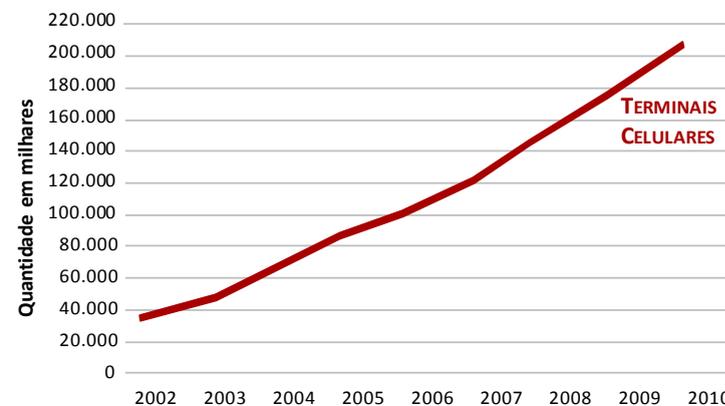
Fonte: Figoli, Moema G. Bueno et. al. 2009. Projeção populacional, por sexo e grupos de idades quinquenais. Elaboração própria.

Essa mudança demográfica representa uma situação de bônus demográfico que tende a favorecer o crescimento econômico de Minas em decorrência da predominância de pessoas economicamente ativas (PEA) em relação à população total. Por outro lado, a pirâmide projetada revela que haverá, até 2050, aumento considerável da população acima de 65 anos demandando gastos crescentes com assistência à saúde e previdenciários.

Assistimos também a uma **sociedade** cada vez mais consciente e participativa que, favorecida pelo avanço tecnológico, **se organiza em rede e em tempo real**, em um movimento crescente de compartilhamento de informações e conhecimentos e participação em processos de construção coletiva. Afirma-se cada vez mais o poder das redes digitais como ferramenta de informação, colaboração e mobilização social.

O Brasil acompanha essa tendência que se dá em nível global caminhando em direção à universalização das tecnologias de informação e comunicação que tem permitido **forte expansão de conectividade** e da participação das pessoas nas redes sociais. Nos últimos anos, houve uma grande expansão no número de usuários de internet no Brasil, passando de pouco menos de 7 milhões em 1999 para 73 milhões em 2010 (Gráfico 9)¹⁴. O número de aparelhos celulares já é maior que a população brasileira. Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), até março de 2011, o país já contava com 210,5 milhões de acessos na telefonia celular.

Gráfico 9. Massificação das telecomunicações



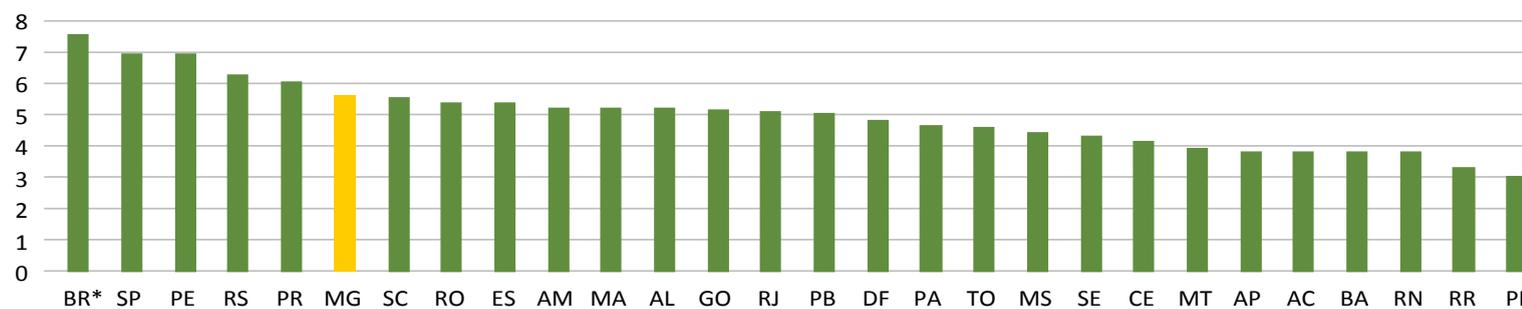
Fonte: Celulares e banda larga – Anatel e ABTA com Elaboração Teleco.
Computadores: CIA – FGV Easesp

¹⁴Pesquisa conduzida pela empresa de consultoria Teleco. Foi considerado usuário de internet a população de 10 anos ou mais de idade que acessou a internet, pelo menos uma vez, por meio de computador, em algum local nos 90 dias que antecederam a entrevista.

Para o Brasil e Minas Gerais, as práticas de compartilhamento e gestão do conhecimento podem contribuir para a sustentabilidade das vantagens competitivas das organizações que as empreenderem. Para os governos, uma melhoria na coordenação de esforços internos e maior integração com outras instituições públicas ou privadas podem gerar processos mais eficientes e melhores resultados. Ressalta-se que a difusão das tecnologias de informação e comunicação também pode ser forte mecanismo de aproximação com a sociedade, podendo resultar no aumento da qualidade dos serviços públicos. Deve-se buscar um alinhamento entre essa nova possibilidade tecnológica e a cultura política, com a articulação crescente de sistemas de participação, diálogo, e construção coletiva.

O Estado de Minas Gerais já vem dando respostas positivas às tendências relativas ao Estado e à sociedade, **fortalecendo as instituições, promovendo esforços de melhoria da gestão pública e de transparência dos governos** (Gráfico 10). O aprimoramento desse processo passa por construir formas de maior participação das diferentes esferas da sociedade e a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação como recursos estratégicos para maior *accountability* e participação.

Gráfico 10. Índice de transparência dos governos (2010)



* Executivo Federal

Fonte: Contas Abertas



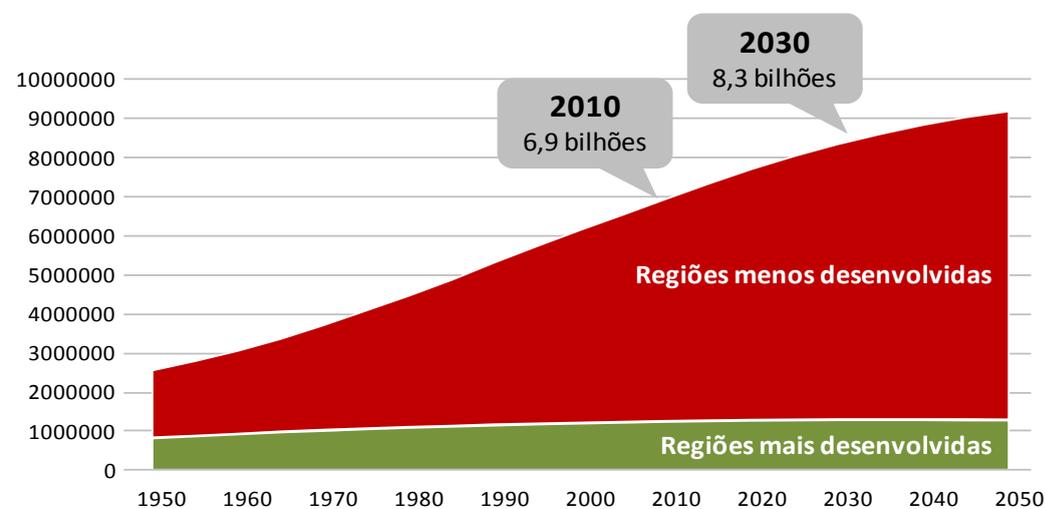
2.2 GLOBALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE

Nos últimos 20 anos, vivenciamos forte ampliação dos fluxos de pessoas, informação, tecnologia, produtos, serviços e capitais em todo o mundo, o que confere novos elementos a serem considerados em uma estratégia de desenvolvimento. Para ter sucesso nesse mundo de **globalização comercial, financeira e produtiva**, no qual a concorrência ultrapassa as fronteiras históricas, políticas e geográficas, um país ou região precisa rapidamente adaptar-se, aprimorar-se e posicionar-se, sabendo extrair de sua economia aquilo que de melhor pode ser oferecido ao mundo.

A capacidade de uma sociedade e de sua economia gerar e assimilar mudanças tecnológicas é, cada vez mais, um fator chave para a o crescimento econômico e o **conhecimento tem se consolidado como um dos principais motores da economia mundial**. Há um deslocamento gradual do valor da produção intensivo em materiais e energia, para a valorização do conhecimento e da inovação¹⁵. Nesse contexto, confere-se importância crescente aos ativos intangíveis das empresas, abrindo novos segmentos e oportunidades de negócios. A transição para a economia do conhecimento impõe desafios para Minas Gerais no campo da educação e da qualificação profissional. Neste mundo cada vez mais

global, China e Índia despontam como países com relevância crescente. Representando juntos 38% da população mundial e com o crescimento acentuado da população e da renda, esses países serão os principais responsáveis pelo **ingresso de milhões de novas pessoas à economia de mercado** nos próximos anos (Gráfico 11).

Gráfico 11. População mundial (em bilhões)



Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2008 Revision.

¹⁵O ranking das marcas mais valiosas do mundo é liderado por empresas do setor de tecnologia.

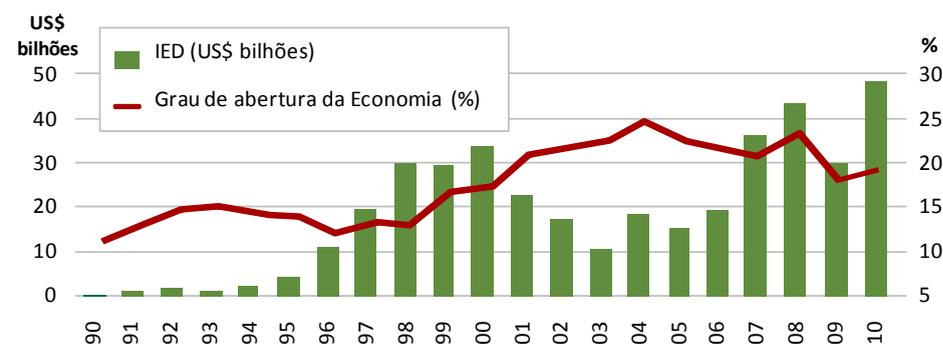
Minas Gerais tende a se beneficiar com o consequente aumento da demanda externa por *commodities* agrícolas e minerais e com a perspectiva de mudança nos preços relativos em favor dessas. Não obstante, é possível almejar outras possibilidades de participação neste mercado no médio e longo prazos reduzindo a dependência de produtos primários.

O crescimento chinês tem sido responsável também por imprimir um **novo padrão de competitividade em nível global** que utiliza as vantagens geradas pelo avanço tecnológico, aliadas ao baixo custo da mão de obra, para uma produção em larga escala com baixo custo, conseguindo assim capturar a grande massa de consumidores. O diferencial chinês provém não da criação de outros produtos, mas da capacidade de barateá-los drasticamente e de rapidamente oferecer em grande escala nos mercados globais.

Para o Brasil e Minas Gerais, os impactos desse novo padrão são a elevação do risco de perda de competitividade das indústrias mineiras frente à oferta de produtos e dos novos modos de produção dos chineses e dos demais países asiáticos. A estrutura produtiva e a capacidade de inserção dos produtos mineiros no mercado global podem ser prejudicadas por deficiências e gargalos na infraestrutura e nos sistemas logísticos. É reforçada também a necessidade de redirecionamento do sistema mineiro de inovação para acelerar a inovação nas empresas.

Nesse contexto global, **o Brasil tem ampliado sua inserção internacional**, seja por meio do crescimento do comércio exterior, do aumento da internacionalização das empresas brasileiras ou dos crescentes fluxos de investimentos estrangeiros (Gráfico 12).

Gráfico 12. Investimento Estrangeiro Direto (IED) e Grau de Abertura da Economia, 1990–2010

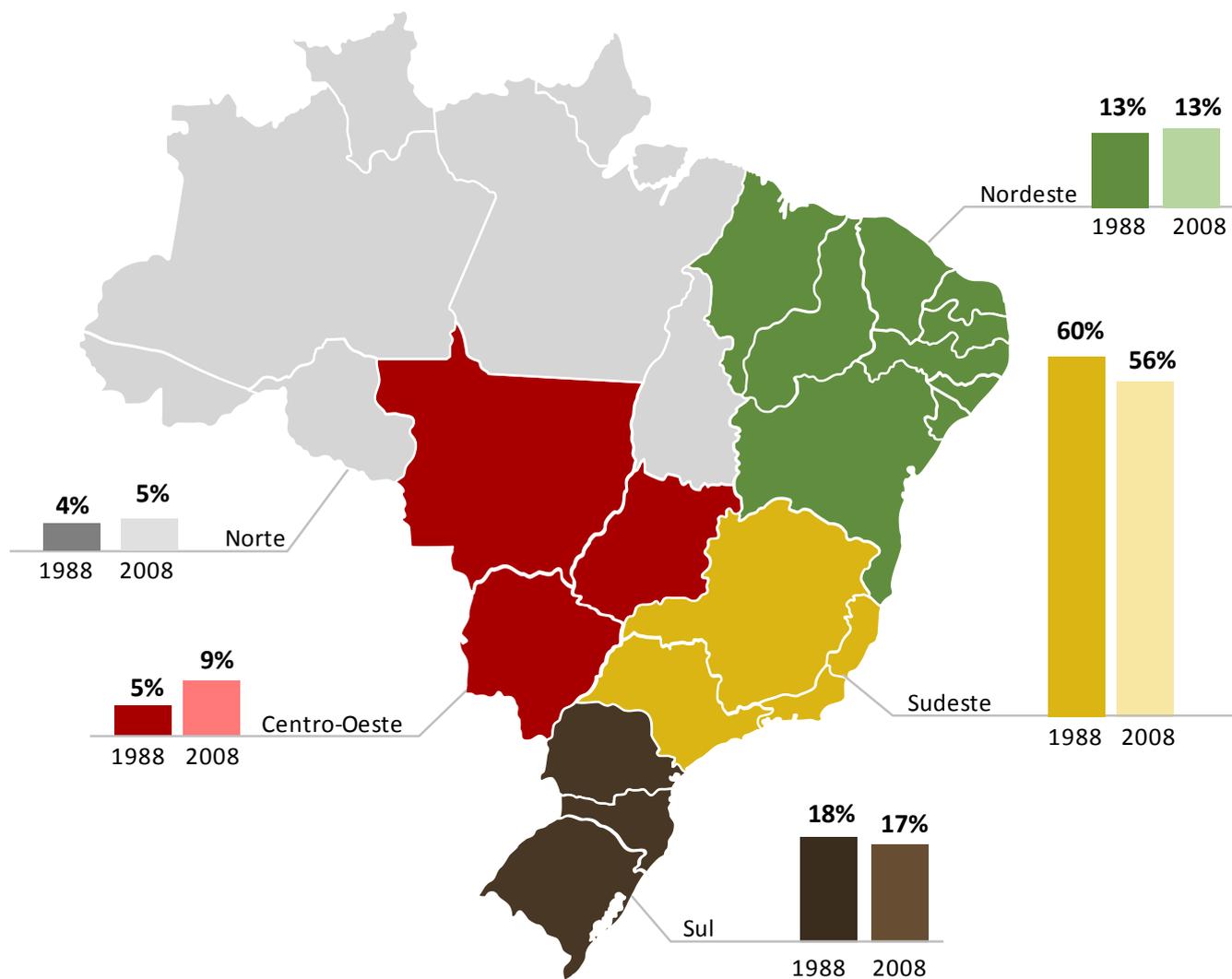


Fonte: Secex e BCB

Mas essa tendência não se restringe ao grau de abertura da economia. A maior visibilidade internacional do país já se verifica na escolha do Brasil para sediar eventos internacionais de grande porte. A inserção internacional do país, assim como seu maior protagonismo político, aparecem como oportunidades para o estado mineiro despontar, seja como espaço para geração de negócios, como fornecedor global ou mesmo como receptor do turismo internacional.

Verifica-se no Brasil **uma reconfiguração espacial da estrutura produtiva**. Nas duas últimas décadas, ocorreram alterações significativas nos padrões de localização das atividades produtivas no território brasileiro com destaque para o processo de interiorização do desenvolvimento, a ampliação do agronegócio, a desconcentração industrial e a constituição de novos polos econômicos nas cidades médias.

Mapa 1. Distribuição do PIB por região



Fonte: IBGE. Elaboração: Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão



Projeta-se a intensificação da disputa por atração de investimentos industriais entre os estados. Minas precisará oferecer uma boa infraestrutura, um ambiente institucional favorável, bem como uma força de trabalho qualificada para atrair investimentos crescentes. Há também ameaça de acentuação de perda de investimentos destinados à agropecuária, em face da maior concorrência originada pela expansão da fronteira agrícola e pelo alto desempenho do Centro-Oeste no setor. O desenvolvimento de negócios e de sistemas logísticos de alta capacidade é requerido para assegurar a inserção competitiva do Estado no movimento de interiorização do agronegócio, que é reforçado pela **modernização da agricultura no Brasil**.

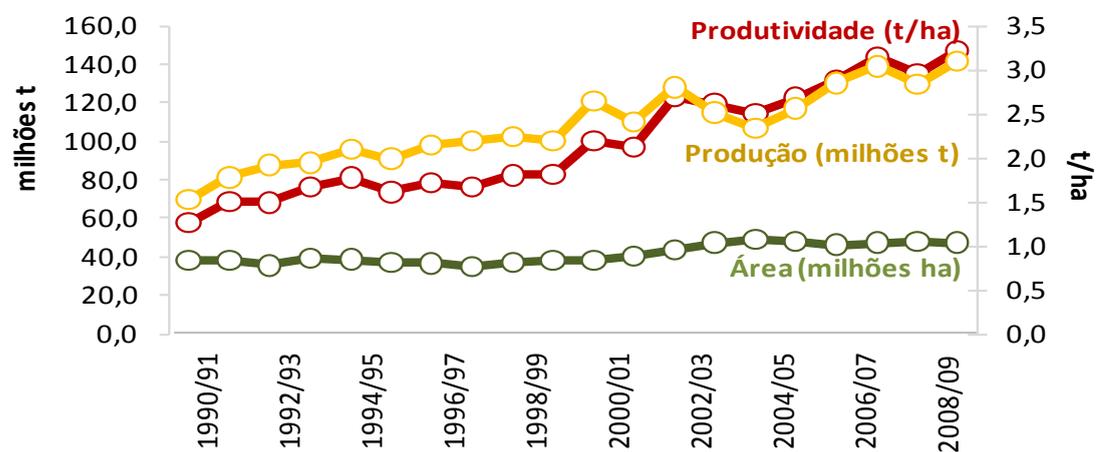
A análise recente da trajetória do agronegócio brasileiro demonstra que o uso intensivo da tecnologia e inovação impacta fortemente a produção, a produtividade e, conseqüentemente, a competitividade e o dinamismo do

setor (Gráfico 13). Para acompanhar essa tendência, o estado mineiro precisará investir crescentemente em qualificação profissional dos trabalhadores rurais e modernização dos métodos de gestão empresarial dos empreendimentos agrícolas.

O fenômeno do aumento da classe média mundial é verificado também em território nacional, com a **emergência uma nova classe média brasileira** de grande potencial de consumo, como resultado da estabilidade monetária, da expansão da oferta de crédito, da ampliação das transferências de renda e da redução da desigualdade social.

A ampliação significativa do mercado interno representa uma oportunidade de dinamização das economias locais das regiões menos desenvolvidas de Minas Gerais, em especial aquelas compreendidas nas regiões norte e nordeste. Ao mesmo tempo, cresce a demanda por infraestrutura social e econômica nesses territórios.

Gráfico 13. Produção e produtividade de grãos no Brasil

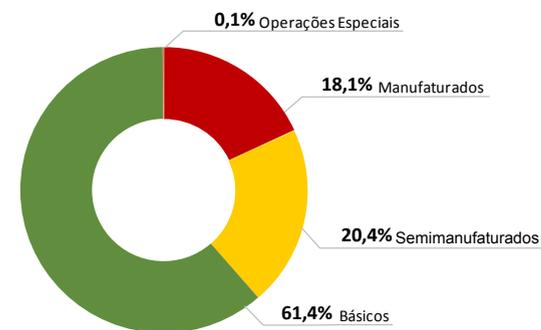
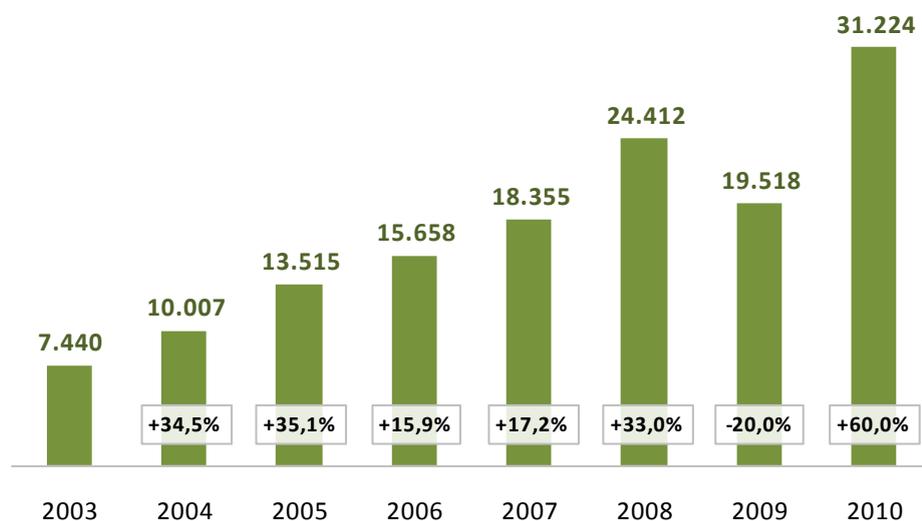


Fonte: Conab (2010)

A tendência de persistência da elevada demanda externa por energia, matérias-primas e *commodities* industriais, aliada à tendência de crescimento do mercado interno, provavelmente sustentará a **expansão das atividades do setor minerometalúrgico e a manutenção da sua relevância** na geração de riqueza no Estado. Da mesma forma, a crescente demanda externa por alimentos, que acompanha o crescimento dos principais países emergentes, indica ser muito provável a **manutenção da relevância do agronegócio** para o desenvolvimento econômico estadual mineiro.

A participação mineira nas exportações brasileiras passou de 10,2%, em 2003, para 15,5%, em 2010, o que posiciona Minas como segundo maior estado brasileiro exportador, atrás apenas de São Paulo. Os riscos de uma forte especialização em poucos setores e de alto grau de intensidade em recursos naturais deverão ser considerados. Os produtos básicos (61,4%) já representam a maior parte das exportações mineiras e essa participação é crescente (Gráfico 14).

Gráfico 14. Exportações mineiras em US\$ milhões FOB (2003–2010) e composição por fator agregado, 2010



Fonte: MDIC/Secex e Sede/Central Exportaminas.

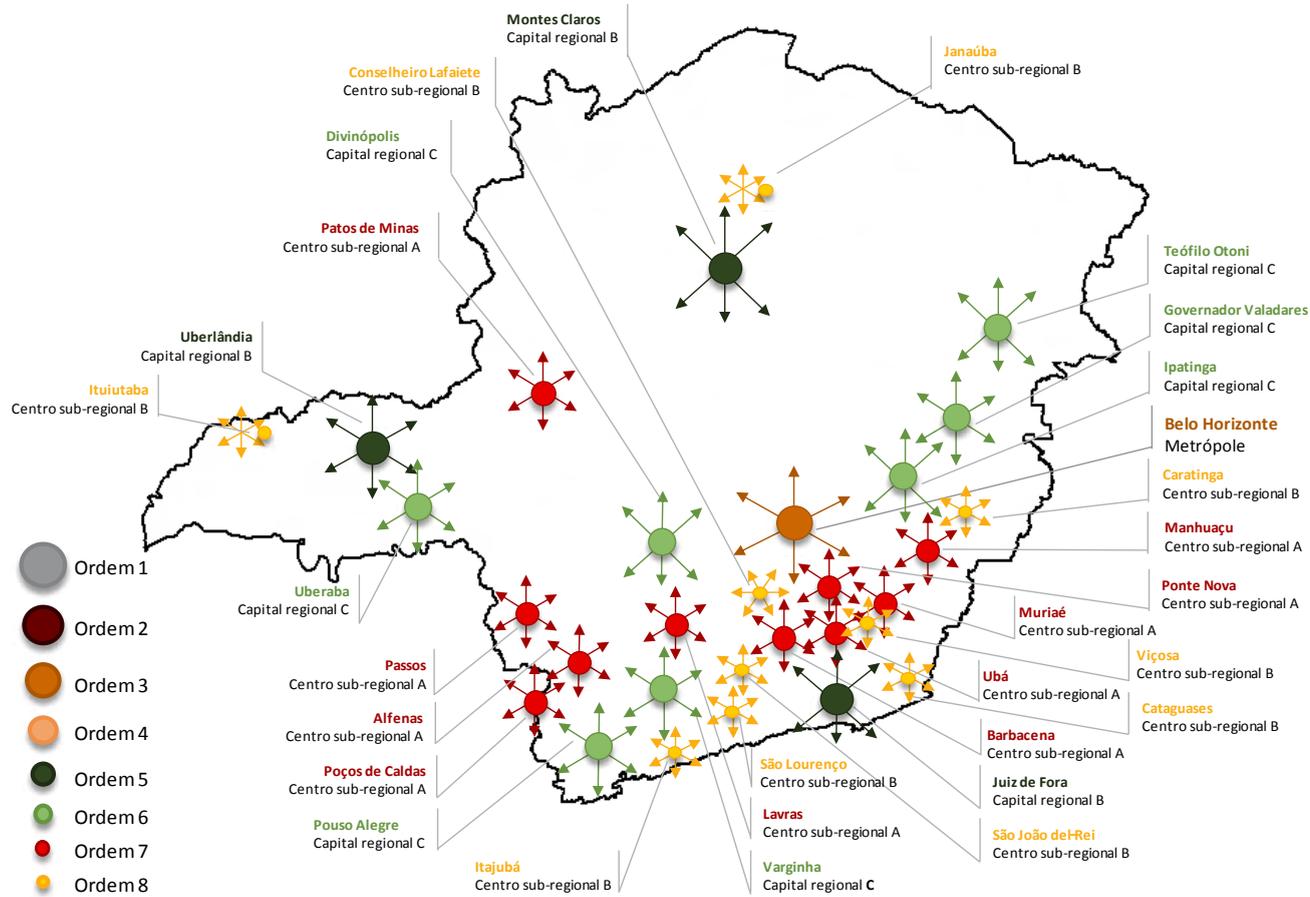
Apesar da crescente dependência de produtos primários e intensivos em recursos naturais no Estado de Minas Gerais, há um potencial de inserção na economia do conhecimento a ser explorado nos próximos 20 anos. A **emergência de atividades de densidade técnico-científicas e articuladas com a Economia do Conhecimento** pode ser constatada por iniciativas como o polo de biociências da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)¹⁶ e a indústria de *software*, bem como pelo potencial inovador das empresas presentes no Estado.

Diante do aumento significativo da importância da capacidade de inovação e da qualificação técnica e científica para a competitividade das empresas e da multiplicação de oportunidades de novos negócios neste campo, Minas Gerais deve garantir uma alta capacidade de conectividade e de logística para dar suporte às atividades econômicas neste campo, assim como aprimorar a infraestrutura das cidades que concentram essas atividades.

Segundo o Censo 2010, 85% da população do Estado é urbana. Nota-se uma **urbanização crescente** com ampliação do número de cidades consideradas centros urbanos no Estado, com potencial polarizador capaz de propiciar a irradiação do acesso a serviços coletivos de escala.

¹⁶ A RMBH figura como um dos principais polos nacionais de biociência, com 48 empresas distribuídas em 11 cidades, principalmente concentradas nas áreas de saúde humana e insumos, com especial destaque para o segmento de diagnósticos (Biominas, 2009).

Mapa 2. Mapa da rede cidades – MG – Situação em 2007



Fontes: Regiões de influências das cidades (Regic). Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

A partir dessa perspectiva para a rede urbana estadual, torna-se cada vez mais importante que os municípios estejam preparados para a concentração de pessoas e o decorrente aumento no volume de demandas por serviços públicos e infraestrutura apropriada. Deve-se garantir um crescimento ordenado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e das cidades médias, acompanhado de planos diretores para as cidades, assim como da oferta suficiente de habitação e serviços de saneamento, segurança pública, educação e saúde.

2.3 MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



As preocupações com o meio ambiente e com práticas sustentáveis ganham cada vez mais espaço nas decisões das nações, empresas e indivíduos. A incompatibilidade entre o desenvolvimento e os padrões de produção e consumo vigentes está no centro das discussões atuais sobre a economia sustentável, definida enquanto “a satisfação das necessidades presentes sem o comprometimento da capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”¹⁷.

O aquecimento global é a dimensão mais tensa e visível da crise ambiental, provocada pelo aumento dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera. No entanto, há outras dimensões como a perda de biodiversidade, a escassez de recursos hídricos e o aumento da poluição urbana¹⁸. Por outro lado, a visão do meio ambiente enquanto entrave ao desenvolvimento econômico vem sendo substituída por uma nova abordagem, na qual emergem múltiplas oportunidades de negócio das preocupações com a sustentabilidade ambiental.

As **mudanças climáticas** já são uma realidade global e seus impactos estarão condicionados crescentemente ao nível de adaptação, bem como ao **grau de transição para a economia de baixo carbono**.

Há dois cenários extremos: um primeiro, em que é mantida a tendência de emissões, e um segundo, no qual há mudança positiva na trajetória de diminuição das emissões de GEE.

No primeiro caso, espera-se que a intensidade das emissões modifique o clima da terra, levando a impactar diretamente a produtividade agrícola, com ganhos para as regiões frias e perdas para regiões temperadas e tropicais, inclusive para o Brasil. Sendo assim, para conter os efeitos negativos da mudança climática, seria preciso intensificar a pesquisa, desenvolvimento e inovação na agricultura e pecuária.

No segundo cenário, os esforços e custos necessários para a manutenção das mudanças climáticas em níveis seguros no longo prazo serão muito intensos, a ponto de causar mudanças nos preços relativos na economia, tornando crescentemente mais caras as fontes de energia de origem fóssil e outras atividades geradoras de emissões de GEE¹⁹. As pressões por substituição dos combustíveis fósseis resultarão no aumento mundial da procura por fontes de energia de baixo carbono, o que traz como oportunidade o desenvolvimento da produção de energia de biomassa (etanol, carvão vegetal, entre outras), bem como novos negócios associados à economia de baixo carbono.

¹⁷Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

¹⁸Giambiagi, F. e Porto, C. (orgs.), 2022: propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

¹⁹Além da geração de energia, outras atividades humanas são importantes na emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera: desmatamento, processos industriais, agricultura (uso de fertilizantes nitrogenados e de calcário, perdas de matéria orgânica do solo, emissão de metano em cultivos de arroz inundado) e tratamento de resíduos (emissões de metano e N₂O).



As mudanças climáticas vêm aumentando a vulnerabilidade de todas as regiões do planeta²⁰. Com isso, os eventos climáticos e ambientais extremos são cada vez mais frequentes. A **crecente intensidade dos danos provocados por eventos naturais extremos** está relacionada ao crescimento populacional e ao movimento de urbanização acelerado que levam à maior aglomeração populacional e à ocupação crescente de áreas de risco²¹. Os eventos têm, portanto, provocado custos financeiros crescentes e em termos de vidas demandado esforços prevenção e mitigação dos seus efeitos.

No Brasil, a **sustentabilidade ambiental tem tido relevância crescente**. Nos últimos 20 anos, o país dotou-se de legislação ambiental e de aparatos institucionais importantes, incluindo a criação do Ministério do Meio Ambiente. Mais recentemente, o tema entrou na pauta das ações empresariais.

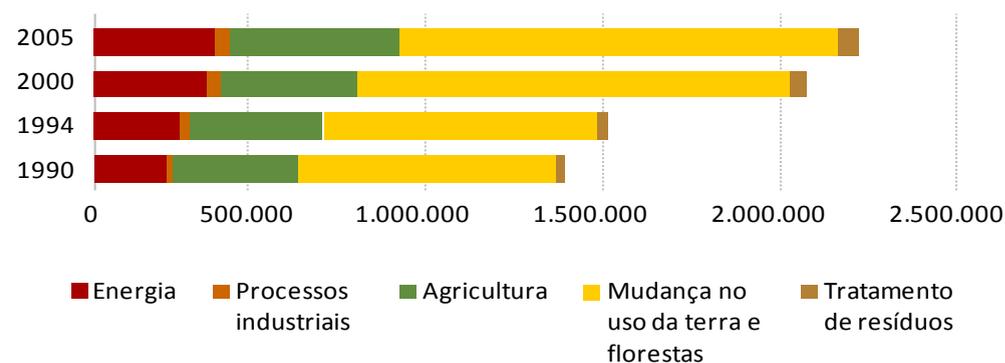
A principal fonte de emissão de CO₂ no Brasil é a destruição da vegetação natural, com destaque para o desmatamento na Amazônia e as queimadas no cerrado englobadas na atividade “mudança no uso da terra e florestas” (Gráfico 15). Essa atividade responde por mais de 75% das emissões brasileiras de CO₂, sendo a responsável por colocar o Brasil entre os dez maiores emissores de gases de efeito estufa para a atmosfera²².

Na perspectiva do uso sustentável dos recursos naturais, o Brasil tem fortes vantagens comparativas na **produção de biocombustíveis**, com uma crescente participação do etanol e do biocombustível, mas que ainda requer grandes avanços na área.

A preocupação ambiental é crescente também em Minas Gerais, com necessidade de tratar de assuntos relacionados à sustentabilidade da sua estrutura produtiva e a definição de políticas urbanas para a destinação adequada dos resíduos sólidos. Há também uma nova frente de oportunidades de negócios advindas da biodiversidade, do potencial turístico e de novos negócios associados à economia de baixo carbono que poderia ser mais bem aproveitada pelo Estado.

Todas as questões abordadas terão impacto sobre a trajetória do Estado em maior ou menor grau dependendo de fatores exógenos, mas também das escolhas e prioridades definidas pela estratégia de desenvolvimento do Estado. À luz dessas tendências, é possível antever o futuro e traçar um caminho de prosperidade, qualidade da vida, cidadania e sustentabilidade no Estado de Minas Gerais até 2030.

Gráfico 15. Estimativas das emissões líquidas de gases de efeito estufa de origem antrópica, por setor de atividade (Gg CO₂ eq) – Brasil – 1990–2005



Fonte: Relatório "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IBGE 2010"

²⁰A década de 2000–2009 foi a mais quente desde 1850, de acordo com a World Meteorological Organization (WMO).

²¹Entre 2004 a 2009, 543 mil pessoas morreram devido a eventos geofísicos (terremotos e erupções vulcânicas) ou climáticos e hidrológicos (tempestades, enchentes, avalanches, temperaturas extremas, secas e queimadas). As perdas econômicas chegaram a US\$ 753 bilhões, nesse período. Somente em 2010, as perdas econômicas causadas por esses eventos alcançaram US\$ 68 bilhões, com a morte de 304 mil pessoas.

²²Fonte: Relatório "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IBGE 2010".

Tendências mais relevantes para o Futuro de Minas Gerais

As tendências descritas anteriormente foram priorizadas durante o processo de reformulação do PMDI e as três tendências – mundiais, nacionais e mineiras – mais relevantes para o futuro de Minas Gerais estão listadas a seguir:

TENDÊNCIAS MUNDIAIS

1. Consolidação do conhecimento como principal motor da economia mundial.
2. Aumento das pressões por ajustes fiscais e políticas públicas mais eficazes.
3. Novo padrão de competitividade em nível global: larga escala de produção, baixo custo e alta densidade tecnológica.

TENDÊNCIAS NACIONAIS

1. Emergência da nova classe média brasileira.
2. Inserção do Brasil na economia mundial e maior visibilidade internacional.
3. Preocupações crescentes com a erradicação da pobreza e inclusão social e produtiva

TENDÊNCIAS MINEIRAS

1. Urbanização e maior demanda por infraestrutura.
2. Inserção externa crescente e grande relevância do setor minerometalúrgico e do agronegócio.
3. Emergência de atividades de densidade técnico-científicas e articuladas com a Economia do Conhecimento.



Capítulo III

VISÃO DE FUTURO

VISÃO DE FUTURO - MINAS GERAIS 2030

“Necessitamos sempre de
ambicionar alguma coisa
que, alcançada, não nos
torna sem ambição.”

Carlos Drummond de Andrade

TORNAR MINAS O MELHOR ESTADO PARA SE VIVER



Essa é a Visão de Futuro que os mineiros desejam para Minas Gerais – construída durante o PMDI em 2003, projetada para 2023 e afirmada novamente para 2030. Alcançá-la será uma conquista estratégica que repercutirá sobre a vida de todos os cidadãos – mineiros e brasileiros.

Essa visão é o ponto de partida para a construção da agenda de iniciativas estratégicas que contribuirá para que Minas Gerais empreenda uma trajetória de desenvolvimento ainda mais pujante nos próximos anos.

O melhor lugar para se viver incorpora quatro atributos fundamentais: prosperidade, qualidade de vida, cidadania e sustentabilidade.

a) Prosperidade

Representa a aspiração de um ambiente socioeconômico desenvolvido, com forte empreendedorismo, elevada produtividade da economia, mais e melhores oportunidades de trabalho, educação e alto padrão de bem-estar da população.

Uma economia dinâmica, competitiva, com forte base tecnológica, inclusiva e diversificada, que pressupõe infraestrutura adequada, incorpora novas formas de organização da produção, adota inovação permanente, fortalece sua identidade e insere Minas Gerais, cada vez mais, nos mercados globais e na economia do conhecimento.

b) Qualidade de Vida

Exprime o compromisso com a melhoria das condições vividas pela população, conjugando oportunidades de trabalho com acesso a serviços públicos de qualidade, em especial educação, saúde e segurança.

Busca a ampliação permanente das capacidades individuais e coletivas, da autonomia e da emancipação social.

c) Sustentabilidade

Promove o caráter duradouro e harmônico do desenvolvimento ao longo do tempo, com novos modelos de financiamento e uso racional dos recursos, vislumbrando as gerações futuras. Incorpora e harmoniza as dimensões ambiental, política, econômica e social.

Pressupõe transparência e austeridade, proporcionando um ambiente seguro e confiável, propício a atração e retenção de investimentos.

d) Cidadania

Consiste na garantia dos direitos fundamentais a toda a população mineira, ao mesmo tempo que reconhece e valoriza o indivíduo como protagonista no processo de desenvolvimento.

Busca o acesso equânime às oportunidades em todas as regiões do Estado e possibilita a participação do cidadão na formulação e no monitoramento de políticas públicas e nas questões de interesse público.



A realização dessa Visão de Futuro requer a superação, pela sociedade mineira, de dez **DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES** ao longo das próximas duas décadas. Esses desafios e transformações representam focos prioritários, de alta relevância e de elevado potencial de impacto, no desenvolvimento de Minas Gerais.

Figura 2. Minas Gerais 2030 – Visão integrada dos desafios e transformações



Elaboração: Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão

O primeiro desafio consiste em REDUZIR A POBREZA E AS DESIGUALDADES. Nesse campo, Minas Gerais apresentou avanços significativos nos últimos anos. O número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza vem diminuindo e a desigualdade social também. Mas ainda é preciso um esforço redobrado para romper o ciclo da pobreza, para que a miséria seja erradicada no Estado e para que as desigualdades sociais, que ainda persistem, sejam significativamente reduzidas.

TRANSFORMAR A SOCIEDADE PELA EDUCAÇÃO E CULTURA

é o segundo desafio a ser enfrentado. Nos dias de hoje, a educação é um dos mais valiosos ativos de uma sociedade e, apesar da melhora nos indicadores de educação nos últimos anos, ainda há muito espaço para crescer em Minas Gerais. A alta evasão escolar, principalmente no Ensino Médio, e o atraso relativo dos estudantes em relação à série adequada são problemas crônicos no Estado. Para enfrentá-los, o ensino em todos os níveis, nas redes pública e privada, deve primar pela qualidade, com um sistema educacional inclusivo e de alto desempenho. A escolaridade média da população precisa ser mais elevada do que a atual e as desigualdades educacionais regionais precisam ser reduzidas.

Em complemento à educação, é indispensável fortalecer a identidade cultural mineira e seus valores como instrumento de coesão de toda a sociedade. Os recursos culturais e turísticos do Estado devem ser preservados, protegidos e transformados em instrumentos mais geradores de negócios, emprego e renda.

É, sobretudo, a partir da educação que conseguiremos AUMENTAR A EMPREGABILIDADE E AS POSSIBILIDADES DE REALIZAÇÃO PROFISSIONAL das pessoas. Na última década, a taxa de desemprego em Minas Gerais baixou significativamente e hoje é inferior à média brasileira. Contudo, o desemprego continua especialmente elevado entre os jovens, que representam quase a metade dos desocupados do Estado. A informalidade da economia também tem diminuído, mas continua ainda muito elevada. É essencial gerar mais trabalho e estes devem ser de qualidade, para que a vida profissional seja uma grande fonte de realização para os mineiros.

A geração de mais empregos de qualidade pressupõe DESENVOLVER E DIVERSIFICAR A ECONOMIA MINEIRA E ESTIMULAR A INOVAÇÃO – o que representa o quarto desafio. Minas obteve nos últimos anos ganhos consideráveis em termos de PIB *per capita*, mas ainda é o 9º maior do Brasil. Para mudar de patamar é preciso aumentar a sua inserção nos mercados nacional e global e crescer acima da média brasileira por um longo período e de forma sustentável. A economia mineira ainda é muito dependente da exportação de *commodities* e esse é um fator que coloca o Estado em situação muito vulnerável ao contexto econômico internacional. Para reduzir essa exposição e acelerar o crescimento, é imprescindível avançar em direção a uma estrutura produtiva mais diversificada, competitiva e apoiada em produtos com maior qualidade, densidade tecnológica e valor agregado. Também é necessária a promoção da sinergia entre os setores produtivos existentes e o aumento do dinamismo dos negócios nas diferentes regiões do Estado.



Alcançar e manter um padrão de produção competitiva em um novo ambiente econômico é condição imprescindível para o desenvolvimento almejado para Minas Gerais, priorizando um ambiente de negócios pujante, um arranjo institucional renovado para a promoção e retenção de investimentos e um sistema de inovação fortemente articulado e sinérgico com o setor produtivo. Nesse campo, será preciso imprimir avanços tecnológicos na agricultura e agroindústria para aumentar a sua produtividade e o valor agregado dos produtos agrícolas. Ampliar a capacidade de inovação das empresas, inserindo Minas mais fortemente na economia do conhecimento, intensificar o apoio às micro e pequenas empresas inovadoras e ampliar os ambientes de inovação para gerar empregos de qualidade e atrair e reter talentos, despontam como objetivos importantes a serem alcançados nos próximos anos.

AMPLIAR E MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA E OS SERVIÇOS PÚBLICOS é um pressuposto para aumentar a competitividade da economia mineira, bem como para ampliar sua capacidade de atrair e reter investimentos. Estado mediterrâneo, com posição geográfica privilegiada no território nacional, Minas Gerais é particularmente sensível às deficiências de infraestrutura. Soluções gradualistas não são mais suficientes. Os gargalos na infraestrutura são crescentes barreiras à adaptação da economia ao novo padrão de competição mundial. Para o Estado crescer, é preciso dar um salto em investimentos públicos e privados para expansão,

modernização e diversificação da infraestrutura econômica e social, além de um substancial aumento de sua capacidade de implantação de projetos. Reduzir os tempos e custos de deslocamentos de bens, pessoas e cargas com segurança é um imperativo para o desenvolvimento.

Em relação aos serviços públicos, é imprescindível ampliar a efetividade das políticas públicas e a capacidade de inovação e integração do Governo para gerar mais e melhores resultados para a sociedade. Nesse contexto, não se pode desconsiderar o fato de que a população mineira hoje é majoritariamente urbana. Portanto, o bem-estar da população depende, em grande medida, do acesso aos serviços públicos disponíveis nas cidades. Há uma clara relação entre a qualidade e a agilidade da oferta desses serviços e o bom desempenho da economia e o desenvolvimento. É preciso coordenar as diversas políticas públicas, garantindo que as ações de governo nos campos do transporte, habitação, defesa social, combate à pobreza, saúde, saneamento e destinação de lixo e defesa civil sejam articuladas. O bem-estar da população tem uma natureza multidimensional que requer uma variedade de serviços públicos e privados que devem ser disponibilizados de forma integrada em todo o território. Nesse sentido, garantir o ordenamento territorial nas cidades, com governança ambiental e infraestrutura customizada para cada realidade local, é primordial.



O sexto desafio é o de **GARANTIR O DIREITO DE MORAR DIGNAMENTE E VIVER BEM**. Um grande número de mineiros ainda não tem moradia adequada e muitos ainda não têm acesso a serviços básicos. O alcance da visão de futuro pressupõe que todos os mineiros vivam em um lugar confortável, seguro e saudável.

Mas é importante lembrar que o desenvolvimento econômico, a ampliação da infraestrutura e o acesso amplo a serviços de qualidade perdem sentido se não permitir que os cidadãos possam **VIVER MAIS E COM MAIS SAÚDE**. Embora tal desafio envolva uma complexidade de determinantes, a garantia do acesso a serviços de saúde de qualidade e a universalização do saneamento básico são condições fundamentais. O aumento da qualidade e da expectativa de vida da população de Minas Gerais passa pela melhoria dos indicadores de morbimortalidade entre a população juvenil e pela redução da mortalidade infantil. Além disso, com a perspectiva de abrigar uma população cada vez mais idosa, Minas terá que responder, com eficiência, ao aumento das demandas pelo tratamento de doenças crônicas e aquelas ligadas ao envelhecimento. Também deverá ser capaz de universalizar completamente o acesso à atenção primária e reduzir as disparidades regionais no atendimento aos cidadãos, garantindo a presença de redes de atenção à saúde em todo o seu território.

Não há, entretanto, possibilidades de construção de um futuro com um ambiente de negócios atrativo, tampouco de atingir padrões aceitáveis de saúde e educação, se não existir um ambiente público seguro para os cidadãos e para as empresas. **AUMENTAR A SEGURANÇA E A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA** é essencial para o futuro do Estado. Isso passa pela redução da incidência de violência, de criminalidade e de desastres nas áreas urbanas e rurais e pela adoção de medidas para atuação mais intensiva nas áreas de risco e de alta vulnerabilidade social – assim como sua integração aos outros espaços das cidades. A criminalidade tem caído desde 2003, mas, apesar dessa redução, a sensação de segurança não tem aumentado nos mesmos níveis. Uma sociedade amedrontada acaba por paralisar-se, impactando negativamente a ocupação dos espaços públicos e piorando a convivência entre os cidadãos. O índice de homicídios entre os mais jovens é o mais alto, o que requer uma preocupação especial com essa faixa etária, notadamente por conta dos efeitos devastadores do consumo e do tráfico de drogas. A violência no trânsito também é preocupante e exige ação imediata do governo e da sociedade.



Não há futuro sem o cuidado com o meio ambiente. Minas Gerais está aprendendo a reconhecer a importância da exploração sustentável dos seus recursos naturais. Não apenas a economia, mas o bem-estar do mineiro depende imensamente da conservação de seus rios, matas e montanhas. Minas tem desenvolvido intensamente o potencial de se tornar um foco de turismo ligado ao usufruto da natureza. Além disso, as emissões de gases de efeito estufa precisam ser drasticamente reduzidas para que o Estado possa colaborar para o esforço global de evitar os efeitos desastrosos das mudanças climáticas – e nesse campo, medidas e incentivos para promoção da inovação ambiental são essenciais. Queremos que nossos filhos e netos possam usufruir da beleza e das riquezas naturais de Minas Gerais e viver bem aqui. É preciso que Minas se transforme em uma potência da economia verde e que saiba **PROMOVER E GARANTIR A UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS AMBIENTAIS**.

O último desafio, mas não menos importante, é **ASSEGURAR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO CIDADÃO** nas decisões sobre as políticas públicas em Minas Gerais. É preciso resgatar e garantir os princípios fundamentais, previstos na Constituição Federal, de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos mineiros e aos residentes em Minas a inviolabilidade do direito à vida,

à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Promover os direitos humanos dos grupos historicamente discriminados e ampliar e efetivar o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente devem ser tratados como prioridades estratégicas para superação desse desafio.

A superação dos desafios para Minas Gerais até 2030 passa por valorizar o conceito de fim público, não estatal, ampliar o campo de cooperação entre a Sociedade e o Estado e promover o engajamento e a participação do cidadão, ampliando a transparência e o controle social das ações de governo.

O compartilhamento de responsabilidades, a corresponsabilidade legalmente regulada, está no centro dos novos desafios do Estado contemporâneo. Adota-se, em Minas Gerais, o conceito de Estado Aberto, que atua com outras esferas da sociedade, sem perder a sua força de regular a organização social e as atividades econômicas. Um Estado que opera em parceria e adota como pilares a **GESTÃO PARA A CIDADANIA**, o equilíbrio fiscal e a busca por maior produtividade e qualidade do gasto público para produzir mais e melhores resultados para a população.



A eficácia do Estado será ainda maior com a mobilização da criatividade e da capacidade empreendedora da sociedade, do setor privado e da classe política. E as novas tecnologias da informação devem ser amplamente utilizadas para levar os serviços para mais perto dos cidadãos e facilitar sua vida.

Por fim, é importante destacar que, para a superação desses desafios e transformações, é necessário colocar o **JOVEM MINEIRO** como personagem central da estratégia de desenvolvimento de longo prazo. O futuro está nos jovens, na sua qualificação, na sua expectativa em relação ao futuro e no seu protagonismo social. Se por um lado são os mais atingidos por mazelas sociais, como a violência, o desemprego e a disseminação das drogas, por outro, eles são os agentes de inovação e transformação da sociedade e constituem a capacidade de produção e cidadania futura. Concentrar esforços, desenhando políticas públicas inovadoras, bem como coordenar e direcionar ações para esse grupo, é condição indispensável para a construção do futuro desejado para Minas Gerais.

Nesse sentido, até 2030, o empreendedorismo e protagonismo social dos jovens serão amplamente valorizados, com incentivos para a permanência e o desenvolvimento profissional dos jovens no Estado e o aumento de suas expectativas quanto ao futuro.

Orientada pelo objetivo final de **consolidar um padrão de desenvolvimento com prosperidade, qualidade de vida, cidadania e sustentabilidade, a estratégia para os próximos 20 anos está organizada em 11 Redes de Desenvolvimento Integrado** detalhadas no capítulo seguinte.





Capítulo IV

A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

“Quando os ventos de mudança sopram,
umas pessoas levantam barreiras,
outras constroem moinhos de vento.”

Érico Veríssimo

4.1 ORGANIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA EM REDES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

A sociedade tornou-se mais complexa e exigente nos últimos anos levando as organizações públicas e privadas a se redesenharem e pensarem em formas alternativas de organização e gestão. Não é mais suficiente ofertar um serviço com qualidade, é preciso fazê-lo de forma mais integrada, com mais eficiência e dentro dos novos padrões de tempo impostos pela dinâmica do mundo moderno. Uma das soluções que vêm sendo adotadas em escala crescente é a gestão em rede²³. A percepção das mudanças no contexto social e a necessidade de agir em rede começam nas empresas e, em seguida, transbordam para as organizações governamentais.

A introdução da noção de rede na gestão pública visa superar dois problemas centrais de governança: a setorialização (fragmentação) e a ineficiência na obtenção de resultados. Sua superação pressupõe a integração de perspectivas heterogêneas, em arranjos que otimizem esforços para fins comuns, ou seja; a organização em redes

dos atores inseridos direta ou indiretamente na atividade governamental, potencializa os esforços e conhecimentos de cada um, de forma cooperativa e integrada, em prol de um mesmo objetivo.

Em rede, o Estado passa a atuar de forma transversal, estabelecendo laços com diferentes setores da sociedade, no sentido de responder às demandas, resolver problemas e propor estratégias customizadas de desenvolvimento.

²³De forma simples, rede significa um conjunto de objetos e pessoas interligados entre si. Segundo Nohria (Introduction: is a network perspective a useful way for studying organizations?, 1992:4) é um “conjunto de pontos de intercessão (pessoas, organizações), ligados por um conjunto de relacionamentos sociais (amizades, transferência de fundos, participação) de um tipo específico”.



Quatro são os eixos da gestão pública em rede, preocupada com a obtenção de resultados.

O primeiro é o da melhoria da compreensão da realidade em que os governos estão inseridos, particularmente da dinâmica social e das demandas dos cidadãos. A ação em rede, na medida em que envolve um amplo leque de atores, ajuda na compreensão da diversidade, heterogeneidade e singularidade da sociedade, superando, em alguns aspectos, a uniformização e a padronização que não correspondem à complexidade do real. Dessa forma, proporciona a melhoria da qualidade dos diagnósticos e permite a compreensão mais sistêmica dos problemas a serem enfrentados, pela conjunção de olhares, percepções e informações de fontes diversas.

O segundo eixo reside na formulação das ações. Integrando em rede as áreas e os parceiros concernidos pelo problema a ser enfrentado, a possibilidade de melhoria das formulações cresce, na medida em que o governo mobiliza os conhecimentos produzidos pelas distintas entidades da sociedade sobre as diversas temáticas que impactam a qualidade de vida da população.

O terceiro eixo encontra-se na execução das ações. A organização dos esforços em rede permite o compartilhamento das informações concernentes à operacionalização, contribuindo, assim, para a redução do sobretrabalho, do desperdício de recursos e do setorialismo, muitas vezes, nocivo. A existência de um duplo fluxo de informações (horizontal e vertical) permite a articulação integrada entre os órgãos estatais, assegurando a resposta customizada, conservando as prioridades e racionalizando recursos. O compartilhamento de objetivos, perspectivas e conceitos inerentes ao conjunto de estratégias é condição para que todos os profissionais envolvidos estejam empenhados no alcance dos mesmos resultados.





O quarto eixo remete ao monitoramento e avaliação das ações, realizadas em parceria com a sociedade, permitindo uma compreensão melhor do alcance dos resultados e uma correção em tempo hábil dos equívocos.

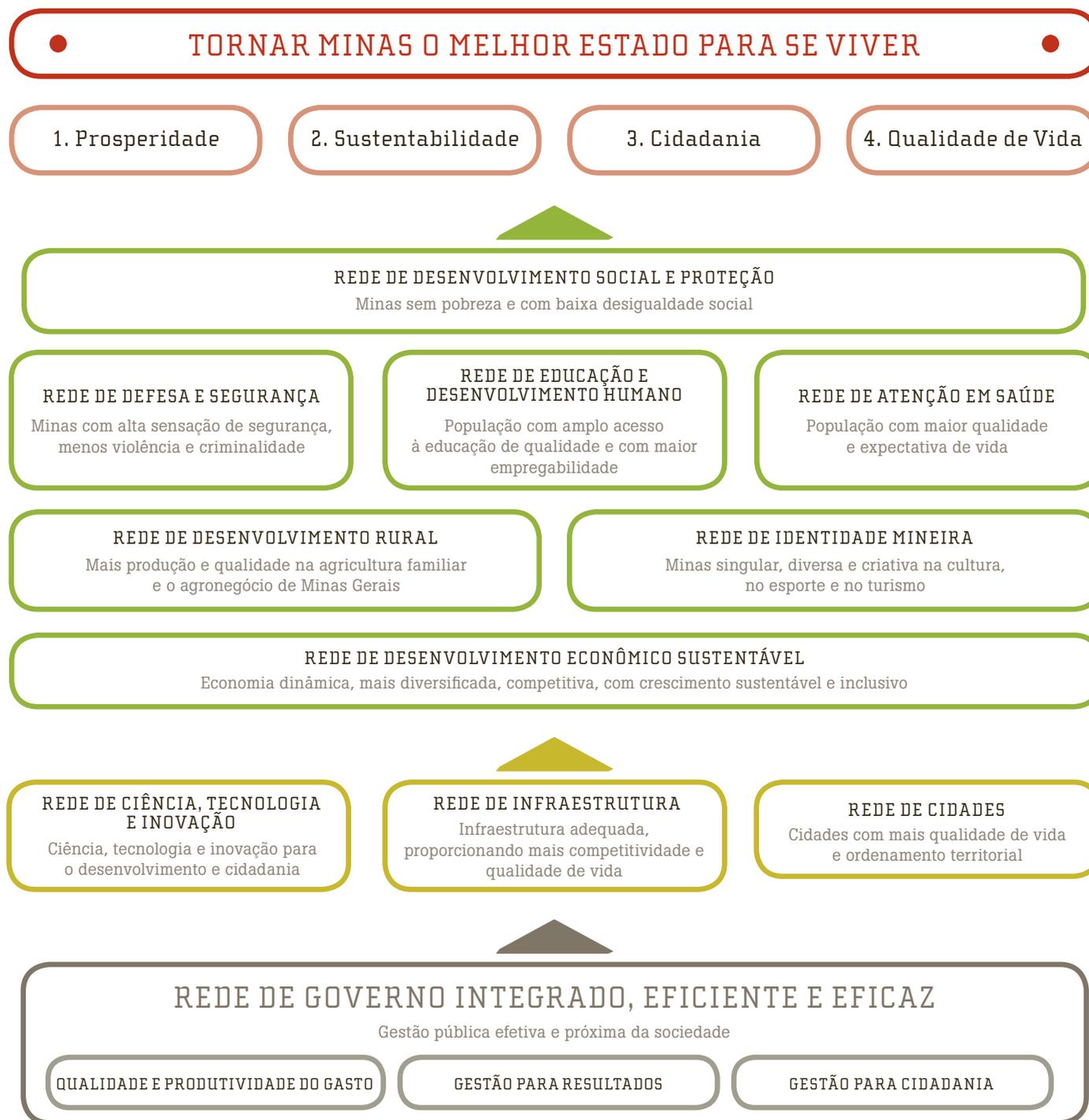
Em Minas Gerais, a nova articulação institucional proposta realiza-se a partir da organização da estratégia e do funcionamento do Estado em Redes. As Redes de Desenvolvimento Integrado, previstas em Lei, nas quais estão organizados os objetivos e estratégias deste PMDI, buscam, portanto, integrar as ações do governo estadual nas diferentes áreas e, ao mesmo tempo, proporcionar um comportamento cooperativo com os outros níveis de governo e outras instituições, públicas e privadas, para maior agregação de valor para a sociedade mineira. Não se trata, portanto, de estruturas institucionais formais, mas sim de formas de organização e conjunção de esforços em torno de grandes escolhas e prioridades.

Essas redes incorporam-se à organização da estratégia de atuação do Estado e se desdobram no funcionamento da administração pública estadual. O Estado em Rede viabiliza a reestruturação do governo de Minas a partir da incorporação de um modelo de gestão transversal do desenvolvimento, buscando a intersectorialidade das políticas públicas e a articulação dos atores responsáveis pelo sucesso de sua implementação ressaltando a participação da sociedade civil organizada como ator ativo e imprescindível nesta trajetória.

Nesse sentido, foram definidas 11 **REDES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO** como base para organização da estratégia de desenvolvimento do Estado. Cada uma se desdobra em metasíntese, dados e fatos situacionais, objetivos estratégicos, indicadores e metas para 2015, 2022 e 2030 e estratégias (a apresentação detalhada da estrutura de organização de cada rede encontra-se no Anexo II). A estratégia de desenvolvimento do Estado pode ser representada graficamente conforme a Figura 3 a seguir.



Figura 3. Minas Gerais 2030 – Visão Integrada da Estratégia



4.2 REDE DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

POPULAÇÃO COM AMPLO ACESSO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E COM MAIOR EMPREGABILIDADE.

Meta Síntese

Situação

A educação é entendida como um elemento central de uma estratégia de desenvolvimento integrado, base para o crescimento econômico, qualidade do trabalho e geração de renda. Ao focar nas políticas para a área educacional, os resultados positivos ultrapassam essa dimensão. Uma população qualificada para ocupar espaços de qualidade no mercado de trabalho levará, por consequência, ao rompimento do ciclo de reprodução da pobreza e da desigualdade.

É a partir da educação que se dá o desenvolvimento do capital humano e o aumento da produtividade do trabalho. Atualmente, a qualificação da força de trabalho é um dos entraves ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. O salário-hora dos empregados formais do Estado, visto como *proxy* de produtividade do trabalho, é de cerca de R\$ 32,70, inferior à média brasileira (R\$ 38,80) e mais baixa do que em 17 Unidades da Federação²⁴. Isso se deve, por um lado, à estrutura produtiva do Estado e, por outro, à baixa escolaridade média da população com 15 anos ou mais (7,4 anos de estudo), ainda inferior à média nacional (7,5) e à do Sudeste (8,2), considerada baixa para padrões internacionais.

Esse passivo educacional aos poucos tende a ser reduzido com os avanços educacionais dos últimos anos. Atualmente, há vagas para praticamente todos os alunos no Ensino Fundamental – 93,4% das crianças de 6 a 14 anos estão na escola –, mas apenas 68% dos jovens com 16 anos o concluem (Gráfico 16). No Ensino Médio, a situação é mais preocupante: dos adolescentes mineiros de 15 a 17 anos 85% estão na escola, porém, somente 54,4% deles cursam o Ensino Médio, nível de ensino adequado à faixa etária²⁵.

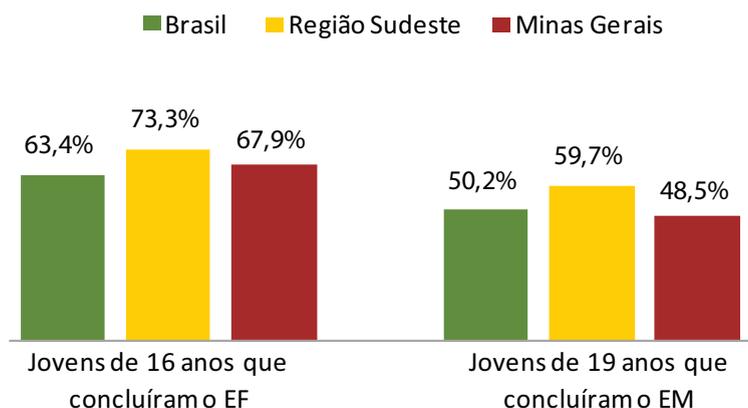
²⁴RAIS/MTE de 2010.

²⁵PNAD/IBGE 2009.

A oferta de educação infantil, por sua vez, ainda precisa ser equacionada em parceria com as redes municipais e o setor privado. Uma série de estudos²⁶ aponta que os primeiros anos de formação escolar determinam positivamente o futuro dos indivíduos de diversas formas, o que a coloca em destaque na cena educacional. Mas, apesar dos reconhecidos benefícios advindos dos cuidados na primeira infância, segundo a PNAD/IBGE de 2009, apenas 35,8% das crianças mineiras até cinco anos estavam frequentando estabelecimentos de ensino.

O desafio da qualidade da educação tem sido enfrentado com sucesso pelo Estado de Minas Gerais, que registra o melhor Ideb do país nos anos iniciais do Ensino Fundamental e o 3º melhor nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio²⁷. Os dados da Secretaria de Educação do Estado mostram uma tendência favorável dos indicadores de desempenho tanto em Língua Portuguesa como em Matemática. Conforme o Gráfico 17, o percentual de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, com nível recomendado de proficiência, praticamente dobrou entre 2006 e 2010. Mas persistem elevados índices de desigualdade educacional, sobretudo no Ensino Médio.

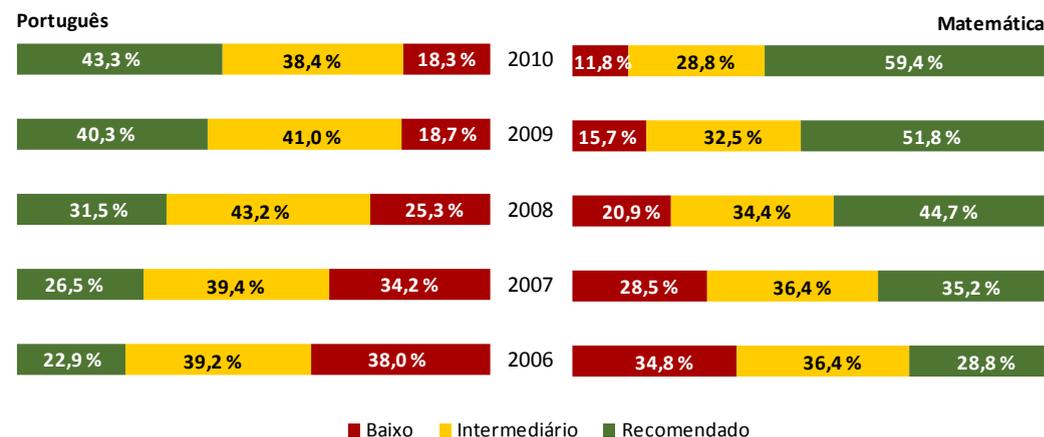
Gráfico 16. Proporção de jovens que concluíram o Ensino Fundamental e Médio (2009)



Fonte: Todos pela educação com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE)

Já segundo o Pisa – Avaliação Internacional de Proficiência em Ciências, Leitura e Matemática aplicado a estudantes de 15 anos – Minas tem o quarto melhor resultado dos estados brasileiros, acima da média brasileira (422 pontos, contra 401 na média nacional), mas abaixo da média da OCDE (496,67) em qualidade da educação.

Gráfico 17. Percentual de Alunos por Padrão de Desempenho no 5º ano do Ensino Fundamental – (2006–2010)



Fontes: Proeb, Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG); MEC/Inep/Deed.

Apesar dos progressos do Estado de Minas Gerais em termos de acesso e qualidade em todos os níveis de ensino, há um longo caminho a ser percorrido, uma vez que as disparidades educacionais permanecem muito elevadas e que os padrões educacionais são ainda insuficientes para enfrentar a competição econômica que se dá cada vez mais a nível global.

²⁶Ver VELOSO, 2009.

²⁷Considerando apenas a rede estadual de ensino.

Objetivos Estratégicos

- Acelerar o aumento da escolaridade média da população.
- Consolidar a rede pública como um sistema inclusivo de alto desempenho.
- Reduzir as desigualdades educacionais.
- Aumentar o emprego e a renda.
- Aumentar a qualidade e a produtividade do trabalho.

INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	2030
1	Escolaridade média da população adulta (25 anos ou mais)	Inep	6,9 (2009)	8	9	12
2	Ideb do Ensino Fundamental – anos iniciais (rede estadual)	Inep	5,8 (2009)	6,2	6,8	8,0
3	Ideb do Ensino Fundamental – anos finais (rede estadual)	Inep	4,1 (2009)	5,0	6,3	7,5
4	Ideb do Ensino Médio (rede estadual)	Proalfa	3,6 (2009)	4,4	5,3	7,0
5	Percentual de alunos do 3º ano do EF no nível recomendável de Leitura (rede estadual)	Saeb	86,2% (2010)	97,0%	98,0%	99,0%
6	Percentual de alunos do 5º ano do EF no nível recomendável de proficiência em Língua Portuguesa (rede pública) ²⁸	Saeb	46,8% (2009)	53,4%	70,0%	88,0%
7	Percentual de alunos do 5º ano do EF no nível recomendável de proficiência em Matemática (rede pública)	Saeb	48,7% (2009)	56,9%	70,0%	88,9%
8	8. Percentual de alunos do 9º ano do EF no nível recomendável de proficiência em Língua Portuguesa (rede pública)	Saeb	31,1% (2009)	41,9%	70,0%	87,0%
9	Percentual de alunos do 9º ano do EF no nível recomendável de proficiência em Matemática (rede pública)	Saeb	18,6% (2009)	26,1%	70,0%	85,0%
10	Percentual de alunos do 3º ano do EM no nível recomendável de proficiência em Língua Portuguesa (rede pública)	Saeb	26,0% (2009)	42,9%	70,0%	84,0%
11	Percentual de alunos do 3º ano do EM no nível recomendável de proficiência em Matemática (rede pública)	Saeb	9,4% (2009)	20,3%	70,0%	80,0%
12	PISA – percentual de alunos no nível recomendável em Leitura	OCDE/Inep	30,7% (2009)	37,0	44,0%	57,0%
13	PISA – percentual de alunos no nível recomendável em Matemática	OCDE/Inep	18,8% (2009)	26,0%	35,0%	56,0%
14	PISA – percentual de alunos no nível recomendável em Ciências	OCDE/Inep	25,9% (2009)	33,0%	41,0%	58,0%
15	Taxa de frequência líquida do Ensino Médio	PNAD	54,4% (2009)	60,5%	85,0%	93,4%
16	Renda mediana do trabalho (R\$)	PME/IBGE	806,52 (2010)	1036,50	1472,65	2200,00
17	Valor adicionado/horas trabalhadas	IBGE	11,4 (2008)	13,2	16,6	18,4

²⁸As metas de qualidade do Movimento Todos pela Educação definem que, em 2021, 70% dos alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio tenham desempenhos no SAEB superiores a notas que representam o nível essencial de habilidades.

Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Educação e Desenvolvimento Humano sejam alcançados, o Governo e a Sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes **estratégias prioritárias**:

- 1. Desenvolver os professores** desde a sua formação até o seu desempenho em sala de aula, dando ênfase à formação superior, à avaliação e premiação por resultados, à formação continuada, ao apoio metodológico e à valorização profissional.
- 2. Desenvolver a capacidade gerencial dos diretores das escolas públicas** por meio da seleção baseada em critérios de mérito e liderança, da avaliação e premiação por resultados, da interligação dos profissionais em rede e da certificação ocupacional dos gestores educacionais.
- 3. Universalizar o acesso e ampliar a atratividade do Ensino Médio.** Revitalizar o Ensino Médio a partir de uma perspectiva empreendedora e inovadora, expandindo sua relação com a formação técnica e com o mundo do trabalho, aumentando a diversidade e a flexibilidade dos currículos e adotando medidas para assegurar a permanência dos jovens na escola.
- 4. Promover uma mobilização ampla para elevar a qualidade da educação de forma sustentável,** consolidando os instrumentos de educação a distância e a implantação da Escola em Tempo Integral. Buscar soluções inovadoras, inclusive com o apoio de parcerias.
- 5. Implantar ampla parceria** entre entidades governamentais e privadas, universidades e instituições tecnológicas, para um **grande esforço conjunto de qualificação, capacitação e formação profissional técnica de qualidade,** orientada pela demanda das empresas e coerente com as principais dinâmicas territoriais.
- 6. Implantar a Rede Mineira do Trabalho,** visando a melhoria da qualidade na preparação da mão de obra no Estado e a ampliação das oportunidades profissionais.
- 7. Identificar as cidades com baixo dinamismo econômico, renda e empregabilidade** e organizar estratégias para criação de oportunidades profissionais.



Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:



- Aproximar as escolas das famílias e incorporar a comunidade à escola. Estimular a interação dos diretores e professores com os pais e alunos sobre os assuntos da escola e do desenvolvimento do aluno.
- Intensificar a implantação de programas de aceleração de aprendizagem, priorizando as escolas com avaliações insuficientes e os alunos com dificuldades de aprendizagem. Levar em consideração as regiões mais carentes do Estado e dar ênfase ao ensino de Matemática, de Ciências e aos programas de letramento e Educação para Jovens e Adultos.
- Ampliar o Programa Poupança Jovem, incluindo o acompanhamento e orientação aos jovens egressos por mais um ano.
- Promover a segurança e a sensação de segurança na escola e no seu entorno, mediante parcerias com a Polícia Militar, Prefeituras, Ministério Público, Juizado da Infância e da Juventude, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Desenvolvimento Social e outras instituições.
- Apoiar os municípios na ampliação e qualificação da oferta de Educação Infantil (creches e pré-escolas), com prioridade às famílias em situação de maior vulnerabilidade social. Apoiar as escolas municipais no desenvolvimento de estratégias para melhorar o desempenho dos alunos.
- Aperfeiçoar e consolidar o sistema de avaliação do ensino, visando torná-lo um instrumento efetivo de planejamento, monitoramento e gestão escolar. Investir em medidas de comunicação social para divulgar os resultados alcançados e os casos bem-sucedidos, tendo em vista o estímulo à formação de novas parcerias e o aumento do desejo da sociedade por uma educação de alta qualidade.
- Intensificar as ações de capacitação e qualificação a distância, visando aumentar a abrangência regional do ensino no Estado.
- Prover condições adequadas de infraestrutura e recursos tecnológicos em toda a rede de ensino estadual, incluindo a melhora da acessibilidade nas escolas, a modernização dos instrumentos tecnológicos e a capacitação dos profissionais da educação básica.



4.3 REDE DE ATENÇÃO EM SAÚDE

POPULAÇÃO COM MAIOR QUALIDADE E EXPECTATIVA DE VIDA.

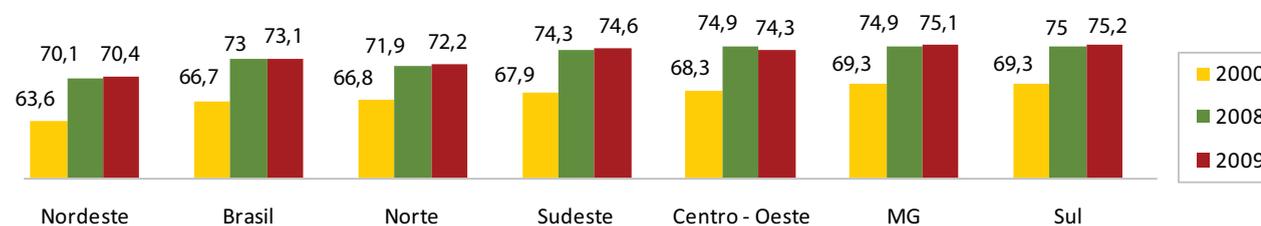
Meta Síntese

Situação

Estruturado em torno do desenvolvimento de redes de atendimento em diversos níveis, desde a atenção primária até o atendimento de alta complexidade e passando pela atenção secundária, o setor da saúde busca abranger a população de todos dos municípios do Estado para propiciar melhores condições de saúde e ampliar a expectativa de vida do cidadão mineiro.

No Brasil, a expectativa de vida passou de 59,5 anos, em 1991, para 73,1 anos em 2009. Nesse caso, o Estado de Minas Gerais ocupou o 4º lugar no *ranking* nacional, com uma expectativa de vida de 75,1 anos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 18. Esperança de vida ao nascer – Brasil, regiões e Estado de Minas Gerais (2000–2009)



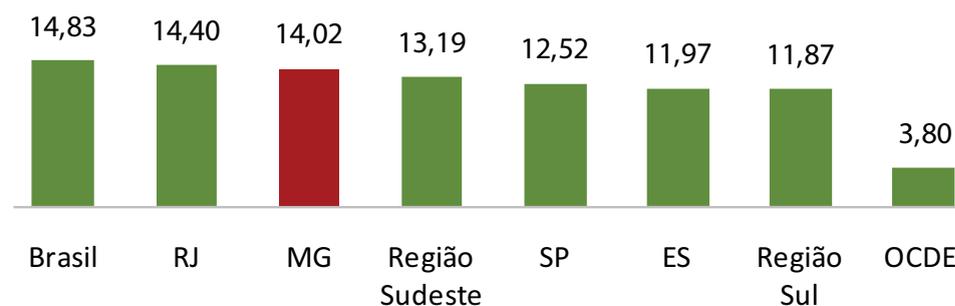
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000 e PNAD 2001-2008. Projeto IBGE/Fundo de População das Nações Unidas (dados de 2009).

O Brasil vive uma situação de saúde caracterizada por uma transição demográfica acelerada. Em Minas Gerais, o quadro não será diferente: o Estado já tinha, em 2010, cerca de 1,6 milhões de sua população com mais de 65 anos (8,2% da população total). Em 2020, serão cerca de 1,8 milhões (8,8% da população total) e 2,7 milhões em 2030 (12,2% da população total).

Essa tendência de envelhecimento populacional é acompanhada por uma mudança no perfil epidemiológico. Minas Gerais vive hoje uma situação denominada de tripla carga de doenças, que envolve, ao mesmo tempo: i) uma agenda não concluída de infecções, desnutrição e problemas de saúde reprodutiva; ii) o desafio das doenças crônicas e iii) uma alta incidência de causas externas, devido à violência. Desses, as doenças crônicas representam o maior desafio.

Por outro lado, a mortalidade infantil apresenta tendência decrescente no Estado, tendo havido uma redução significativa nos óbitos de crianças menores de um ano de idade por mil nascidos vivos, que passou de 22,3, no ano 2000, para 14,02, em 2009. Contudo, o valor considerado aceitável pela Organização Mundial da Saúde é inferior a dez óbitos de crianças menores de um ano de idade por mil nascidos vivos, sendo que nos países da OCDE a média é de 3,8 por mil nascidos vivos. Ou seja, apesar dos avanços, Minas Gerais possui ainda níveis elevados de mortalidade infantil superiores a oito estados brasileiros, entre eles todos estados da região Sul (Gráfico 19).

Gráfico 19. Taxa de mortalidade infantil por estado, região, Brasil e OECD (2009)



Fonte: MS/SVS – Datasus – Pacto pela Saúde – 2010/2011, e OCDE Health Data 2009 (dado referente a 2008).

Já a incidência de doenças crônicas tem se mantido em patamares elevados no Estado, principalmente nos casos de neoplasias malignas, doenças cardiovasculares e diabetes, com maior impacto nas faixas etárias mais avançadas. Em 2008, mais de 74% dos mineiros com idade superior a 50 anos reportaram ter uma doença crônica²⁹.

As ações de prevenção, especialmente associadas ao combate das chamadas “causas externas”, têm importância crescente para a melhoria dos indicadores de saúde. Embora os índices de violência entre os jovens mineiros tenham acompanhado a tendência de redução da criminalidade verificada no Estado, a morbimortalidade entre a população juvenil continua elevada. Ainda que em queda nos últimos anos, a taxa de homicídios entre jovens de 15 e 24 anos por 100 mil habitantes em 2008 era de 41,6, mais do dobro da média do Estado.

²⁹PNAD/IBGE 2009.

O modelo de atuação em redes tem por pilar a Atenção Primária à Saúde como a porta de entrada do cidadão no sistema de saúde. O Programa Saúde da Família (PSF) é uma das formas de organização da Atenção Primária nos municípios e, nesse campo, Minas Gerais tem alcançado níveis satisfatórios de cobertura populacional. Em 2010, o PSF tinha uma cobertura de 70,1% da população mineira. Em termos de população SUS dependente, pode-se afirmar que houve a universalização do acesso à atenção primária, uma vez que os demais 29% da população mineira possuía um plano de saúde privado³⁰.

No que se refere ao saneamento básico, Minas Gerais ainda convive com desigualdade de acesso e situações de carência extrema em algumas regiões. Houve evolução positiva nos últimos anos, com uma ampliação significativa do acesso aos serviços de água e esgoto, porém, o Estado ainda não alcançou os níveis de desenvolvimento da Região Sudeste. O percentual de domicílios integrados à rede geral de distribuição de água evoluiu de 83% em 2000 para 86,3% em 2010, porém, ainda está abaixo da média da região Sudeste, de 90,3%, segundo os dados do Censo.

Apenas 75,4% das habitações mineiras são equipadas com a rede de esgotamento sanitário. Se comparado aos 69,5% verificados em 2000, houve um avanço importante, porém, a Região Sudeste como um todo já apresenta 81% das habitações com rede de esgoto e apenas 0,4% das habitações sem banheiro, enquanto, em Minas, ainda 1,3% das casas não conta com tal facilidade. Quanto ao destino do lixo, 12,4% das habitações de Minas Gerais ainda não têm seu lixo coletado. Na Região Sudeste, a proporção é de apenas 5% de acordo com os dados do Censo 2010.

Para alcançar a melhoria dos níveis de saúde da população, é imprescindível a conciliação do modelo de atenção à saúde e as condições de saúde no Estado que, como visto, se caracteriza pela transição demográfica acelerada, elevada morbimortalidade por doenças cardiovasculares e diabetes, forte presença de causas evitáveis de mortalidade infantil e elevada morbimortalidade por causas externas e por agudizações de doenças crônicas.

³⁰PNAD/IBGE de 2008.

Objetivos Estratégicos

- Universalizar o acesso à Atenção Primária.
- Reduzir as disparidades regionais no atendimento em saúde.
- Consolidar as redes de atenção em saúde em todo o Estado.
- Melhorar os indicadores de morbimortalidade entre a população juvenil.
- Estimular maior cuidado do cidadão com a própria saúde.

INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	2030
1	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	SES-MG/ Datasus	13,1 (2010)	9,9	7,5	5,5
2	Esperança de vida ao nascer (anos)	IBGE	75,1 (2009)	76,3	77,7	79,3
3	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas pré-natal	Datasus	64,8% (2009)	75%	80%	90%
4	Taxa de APVP por doenças cardiovasculares, causas externas e neoplasias ³¹	SES-MG	46,7% (2009)	44,2%	38,8%	33,5%
5	Taxa de resolubilidade macrorregional	SES-MG	87,4% (2010)	89,3%	92,0%	95,0%
6	Percentual da população que realiza atividade física regular (14 anos ou mais)	PAD/FJP	14,9% (2009)	15,5%	16,2%	17,0%
7	Percentual da população declarada tabagista (15 anos ou mais)	PAD/FJP	16,4% (2009)	14,6%	12,5%	10,1%
8	Proporção de óbitos por causas externas	SES-MG/ Datasus	10,4% (2010)	9,4%	7,0%	3,5%

³¹Anos Potenciais de Vida Perdidos (APVP) por doenças cardiovasculares, causas externas e neoplasias é um indicador que reflete os anos de vida perdidos por morte prematura, considerando a distância entre a idade em que o óbito ocorreu e a expectativa de vida ao nascer.



Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Atenção em Saúde sejam alcançados, o Governo e a Sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes estratégias prioritárias:

- 1.** Expandir e aprimorar as redes de atenção em saúde, com prioridade para as redes de urgência e emergência e redes da mulher e da criança.
- 2.** Desenvolver, implantar e manter ações de estímulo ao autocuidado, baseadas na mobilização da sociedade e orientadas para a alteração de comportamentos nocivos à saúde individual e coletiva.
- 3.** Universalizar e aprimorar a qualidade da atenção primária com foco na população usuária do SUS e ênfase em ações de promoção da saúde e de prevenção.
- 4.** Ampliar a cobertura e o número de equipes do Programa Saúde da Família (PSF) e capacitá-las, mediante apoio aos municípios na estruturação, organização e custeio dessas equipes e das Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- 5.** Qualificar a gestão da Saúde, com estímulos à criação e manutenção de modelos orientados para resultados, que promovam parcerias entre o Estado e Organizações não Estatais, priorize o pagamento de provedores e profissionais por desempenho, incorpore novas tecnologias e métodos de gestão que aumentem a qualidade do atendimento e qualifique melhor o gasto público.
- 6.** Integrar os órgãos públicos e instâncias não governamentais de todas as esferas, criando instâncias para coordenação das ações intersetoriais, em especial na política sobre drogas.
- 7.** Ampliar a rede de saneamento básico.



Em complemento às estratégias prioritárias, as seguintes estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos.



- Ampliar e fortalecer os hospitais regionais e os novos centros de atenção especializada.
- Intensificar a capacitação permanente dos profissionais da saúde, em especial os diretores de hospitais, postos e unidades de atendimento e os gestores municipais de saúde.
- Estruturar sistemas logísticos de apoio e governança do SUS no Estado, incluindo a implantação do serviço de registro eletrônico, a universalização do sistema estadual de transporte, a expansão da rede de apoio da assistência farmacêutica e o sistema de apoio diagnóstico.
- Aperfeiçoar os mecanismos legais e criar incentivos para expansão dos consórcios públicos intermunicipais em saúde, visando fortalecer a governança regional e possibilitar ganhos de escala no atendimento.
- Consolidar a gestão orientada para resultados na Saúde, com prioridade para a pactuação de resultados dentro e fora do governo, a implantação de sistema de recompensas com base em resultados fundamentados em referências territoriais e a incorporação de novas tecnologias e métodos de gestão que aumentem a qualidade do atendimento e reduzam custos.
- Ampliar a longevidade da população portadora de doenças do aparelho circulatório e diabetes.
- Aprimorar o financiamento da saúde, priorizando a implantação das redes de saúde, a sustentação financeira da atenção primária e o aperfeiçoamento dos critérios para alocação equitativa dos recursos em função dos riscos à saúde em cada uma das regiões do Estado.



4.4 REDE DE DEFESA E SEGURANÇA

MINAS COM ALTA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA, MENOS VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE.

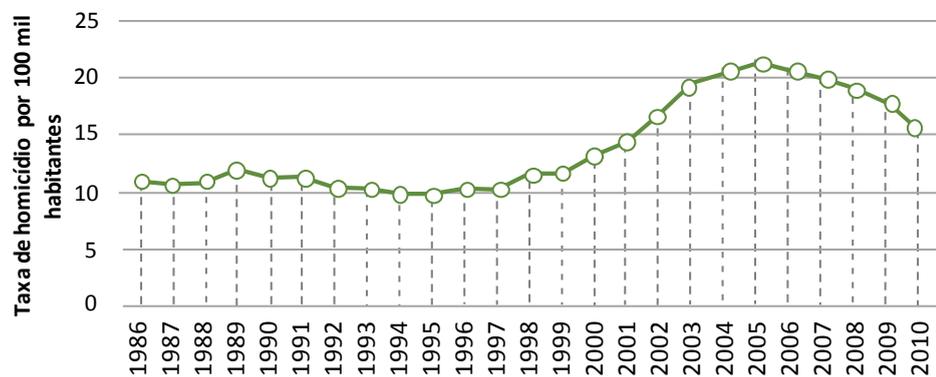
Meta Síntese

Situação

A garantia de segurança é tarefa multidimensional que envolve a atuação de vários órgãos e entidades – não apenas aqueles relacionados diretamente à segurança – assim como exige o envolvimento de toda a sociedade.

Minas Gerais tem a quinta menor taxa de homicídios do país, uma posição conquistada recentemente³². Em 2005, o Estado tinha a 15ª maior taxa de homicídios entre as 27 Unidades da Federação e, desde então, tem registrado quedas contínuas nesse indicador (Gráfico 20). Entretanto, as conquistas ainda não foram suficientes para retornar ao patamar anterior à escalada da violência do final dos anos 1990 e começo da década de 2000.

Gráfico 20. Evolução da taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Minas Gerais (1986–2010)



Fonte: Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro (Nesp-FJP).

³²WAISELFISZ, 2011.

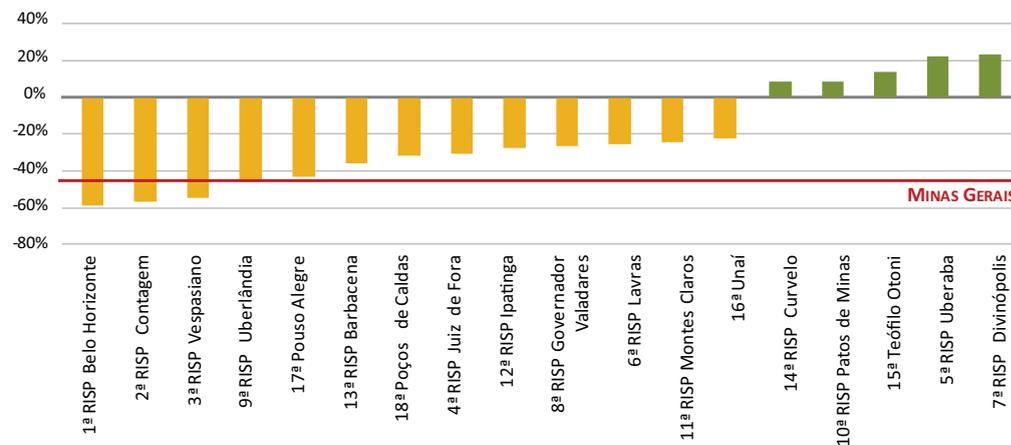
No caso das taxas de crimes violentos e contra o patrimônio a redução foi ainda mais acentuada³³. Os crimes violentos passaram de 521,0 por 100 mil habitantes, em 2005, para 296,1, em 2010, enquanto os crimes contra o patrimônio passaram de 445,5 por 100 mil habitantes para 238,0 no mesmo período.

A despeito dos avanços nos índices de criminalidade no Estado, a percepção de segurança ainda pode ser considerada baixa uma vez que 51,3% da população sente medo de se tornar vítima de algum ato de violência³⁴. Embora esse percentual tenha declinado em relação ao ano anterior (2008), o fato de mais da metade da população mineira ter medo de vitimização impacta diretamente a qualidade de vida e o comportamento das pessoas.

É importante notar que a evolução da criminalidade não tem ocorrida de modo uniforme em todo o Estado. Um terço dos crimes violentos está na RMBH, embora aqui a tendência recente aporte para sua redução. Belo Horizonte e Contagem, regiões responsáveis pela metade dos crimes violentos no Estado, registraram as maiores quedas (59% e 57% entre 2003 e 2009, respectivamente). Em contrapartida, os crimes violentos cresceram em outras localidades, particularmente nas cidades médias. Além da RMBH, a criminalidade concentra-se no Triângulo Mineiro, no Nordeste e no Noroeste do Estado (Gráfico 21).

Entre as cidades – além de Belo Horizonte, que no segundo trimestre de 2010 apresentou a mais elevada taxa média mensal de criminalidade de (60,74 ocorrências por 100 mil habitantes) –, também se destacam pelas taxas elevadas: Uberaba (46,28), Montes Claros (37,08), Uberlândia (36,71), Governador Valadares (32,72)³⁵.

Gráfico 21. Evolução dos crimes violentos em Minas Gerais, por Região Integrada de Segurança Pública (Risp) – Taxa de crescimento em % (2003–2009)



Fonte: Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro (Nesp-FJP).

Em Belo Horizonte, os homicídios estão concentrados em áreas consideradas de risco: aglomerados Morro das Pedras, Morro do Papagaio, Cabana de Pai Tomas, Pedreira Prado Lopes e Cafezal destacam-se pelas suas altas taxas de criminalidade. Programas de prevenção, como o Fica Vivo, vêm obtendo sucesso em reduzir o número de crimes violentos nessas regiões, mas ainda precisam ser expandidos. É importante ainda reforçar a política antidrogas: os centros socioeducativos vêm apresentando um bom desempenho, porém, ainda é necessário implementar políticas preventivas, em especial para o controle do uso do crack, que tem relação direta com a criminalidade.

A sustentabilidade do processo de redução da criminalidade no Estado, iniciado em 2003, depende da combinação das políticas de segurança – como a integração das atividades de todos os órgãos voltados para a defesa social – com medidas de prevenção, investimentos sociais nas áreas de risco, melhoria da qualidade do espaço urbano e geração de oportunidades de trabalho e renda.

³³NESP-FJP 2010.

³⁴CRISP/UFMG 2009.

³⁵NESP/FJP 2010.

Objetivos Estratégicos

- Reduzir as incidências de violência, de criminalidade e de desastres nas áreas urbanas e rurais.
- Ampliar a segurança e a sensação de segurança.
- Integrar as áreas de risco à dinâmica das cidades, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).
- Combater o consumo e o tráfico de drogas.
- Reduzir a violência no trânsito.

INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	2030
1	Taxa de crimes violentos (por 100 mil habitantes)	FJP/Nesp	284,8* (2010)	244	197	161
2	Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)	FJP/Nesp	15,9* (2010)	12	9,7	8,2
3	Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito (por 100 mil habitantes)	Datasus	19,3 (2009)	17,2	14,3	12,7
4	Percentual de pessoas que afirmam ter medo de vitimização	Crisp/UFMG	51,2% (2009)	48,8%	46,2%	44,2%
5	Taxa de mortalidade por uso de drogas (por 100 mil habitantes)	Datasus	6,2 (2010)	5,5	3,5	2,8
6	Índice de qualidade do serviço prestado (PM, PC, CBM)	Seds	71,6 (2009)	73,5	76	80
7	Grau de confiança no atendimento policial e corpo de bombeiros (% de pessoas que confiam e confiam muito)	Seds	68% (2009)	72%	75%	80%
8	Taxa de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos (por 100 mil habitantes)	Datasus	38,9 (2009)	26,0	20,0	16,0

* Estimativa preliminar.

Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Defesa e Segurança sejam alcançados, o Governo e a Sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes **estratégias prioritárias**:

- 1. Consolidar a integração das ações das Polícias Militar e Civil, Defensoria Pública, Sistema Prisional e Socioeducativo e Corpo de Bombeiros Militar, compartilhando formação e qualificação continuada, bancos de dados, métodos de gestão, informações e conhecimentos.**
- 2. Modernizar as técnicas de gestão e aumentar a integração dos sistemas socioeducativo e prisional, de forma a romper com ciclo vicioso da criminalidade juvenil e garantir saúde, educação e trabalho ao preso, tendo em vista a sua reintegração social.**
- 3. Consolidar e disseminar projetos focados na prevenção da violência e dos sinistros no meio urbano, particularmente nas áreas de maior risco e vulnerabilidade social.**
- 4. Aumentar a efetividade das políticas sobre drogas, com ênfase na intervenção dos espaços urbanos propícios ao tráfico e ao consumo.**
- 5. Promover atividades de educação, conscientização, fiscalização e prevenção de acidentes no trânsito.**

Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:

- Expandir a atuação preventiva dos órgãos do sistema de defesa social, intensificando a implantação de programas de proteção nas áreas rurais, com a participação ativa das Polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros Militar.
- Investir em inteligência de segurança pública, centralizando os sistemas de informação e comunicação e ampliando o quadro técnico de profissionais das áreas de estatística e de análise criminal.
- Modernizar a Polícia Civil para ampliar a sua capacidade de identificação e esclarecimento de crimes. Adotar a perspectiva de mediação de conflitos na investigação criminal. Ampliar a articulação com a esfera pública federal, em especial nos temas relacionados ao crime organizado.
- Fortalecer as ações das Corregedorias e das Ouvidorias de polícia e criar núcleos de avaliação e controle da qualidade das instituições do sistema de defesa.

4.5 REDE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROTEÇÃO

MINAS SEM POBREZA E COM BAIXA DESIGUALDADE SOCIAL.

Meta Síntese

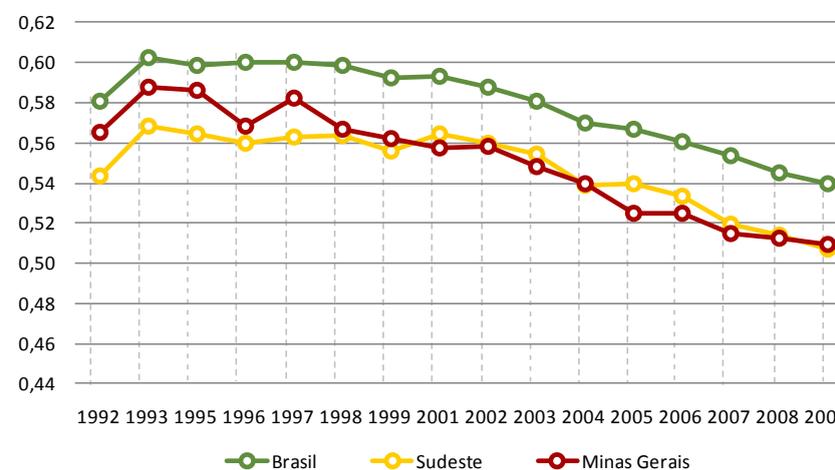
Situação

O desenvolvimento social envolve muitas dimensões que devem ser tratadas de forma integrada para a obtenção de patamares mais elevados de bem-estar da população. A Rede abrange ações de assistência social – sempre imbuidas de um caráter emancipatório – e proteção aos direitos sociais e humanos, além das políticas voltadas para a juventude.

Minas Gerais possui um Índice de Desenvolvimento Humano superior à média brasileira e que evolui a uma velocidade mais acelerada³⁶. Dos três componentes que compõem o IDH – educação, saúde e renda – o Estado possui uma posição relativamente menos favorável na dimensão de renda. Apesar de ter registrado crescimento recente acima de outros estados, a renda domiciliar *per capita* de Minas Gerais, R\$ 631,00 em 2009, ficou próxima à média nacional e inferior a oito estados brasileiros.

Em contrapartida, o crescimento da renda domiciliar *per capita* do Estado tem sido mais favorável aos mais pobres. Com um Índice de Gini de 0,51, Minas Gerais registra uma desigualdade inferior à média brasileira e equivalente à média do Sudeste. (Gráfico 22)³⁷. O crescimento da renda aliado à redução da desigualdade entre 2003 e 2009, permitiu a redução do percentual de pobres no Estado a menos da metade: de 29,5% para 14,1% (Gráfico 23)³⁸.

Gráfico 22. Evolução do Índice de Gini (1992–2009)



Fonte: IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: a pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000.

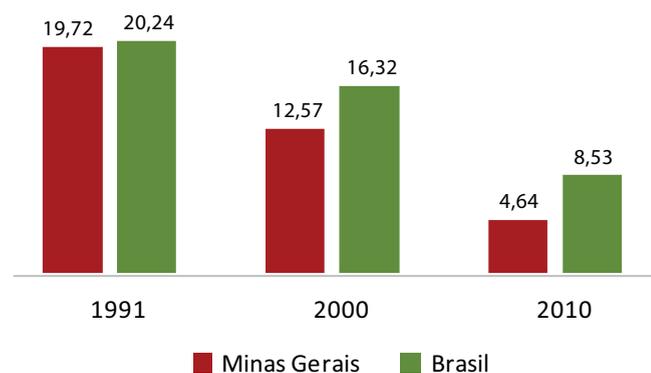
³⁶Fundação João Pinheiro (FJP) e Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP).

³⁷Pnad/IBGE 2009.

³⁸Iets com base na PNAD/IBGE.

Apesar dos avanços recentes no combate à pobreza e desigualdade, ainda persistem altos contingentes de pessoas extremamente pobres. Segundo o Censo 2010, há 909.660 indivíduos com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 70,00, linha de extrema pobreza recém-definida pelo Governo Federal. Esse número representa 4,64% da população total do Estado, conferindo a Minas Gerais o nono menor percentual de extremamente pobres entre as 27 Unidades da Federação. Nota-se que esse percentual é cerca de um terço do verificado em 2000 e que Minas Gerais foi mais eficiente no combate à extrema pobreza comparativamente com o país nos últimos 20 anos.

Gráfico 23. Percentual da população considerada extremamente pobre (1991–2010)*



* Em 1991 e 2000, foi considerado o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita de R\$ 37,75, em 2000, equivalente a ¼ do salário-mínimo vigente. Em 2010, considerou-se o corte de R\$ 70,00 que, deflacionando pelo INPC, equivale a R\$ 35,63 em 2000, permitindo certa comparação com os anos anteriores.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Censo 2010.

Entretanto, é importante ressaltar que em Minas Gerais a extrema pobreza persiste principalmente em algumas regiões, com destaque para a Grande Norte. As regiões do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte são historicamente marcadas pelo fraco dinamismo econômico e pelo baixo grau de integração a mercados, cujos efeitos são visíveis nos indicadores sociais.

Além de desigualdades regionais, constata-se a permanência das desigualdades de gênero e de raça em Minas Gerais. Em 2009, o rendimento-hora do trabalho principal das pessoas de cor preta e parda foi de 56,8% e 64,3% do valor recebido pelos brancos, respectivamente, ante a média brasileira de 57,4% para ambos os casos. Já em relação ao gênero, o rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas era 68,7% do rendimento médio aferido pelos homens, contra uma média nacional de 70,8%³⁹.

Atenção especial deve ser dada aos jovens, os mais atingidos por mazelas sociais como violência, desemprego e disseminação do uso de drogas. Há um expressivo contingente de jovens entre 15 e 24 anos em Minas Gerais que não trabalha nem estuda. São aproximadamente 600 mil jovens ou 15% da população entre 15 e 24 anos que se situam, sobretudo, nos extratos de renda mais baixa, com o futuro em risco. Representantes da capacidade de produção futura, é preciso concentrar esforços, desenhando políticas públicas inovadoras para esse grupo.

³⁹PNAD/IBGE 2009.

Objetivos Estratégicos

- Erradicar a miséria em Minas Gerais.
- Romper o ciclo da pobreza e reduzir a desigualdade social.
- Aumentar as expectativas dos jovens quanto ao futuro e o protagonismo destes na sociedade.
- Promover os direitos humanos dos grupos historicamente discriminados.
- Ampliar e efetivar o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente.

INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	2030
1	Proporção de indigentes ⁴⁰	Censo/IBGE	4,6% (2010)	0,0%	0,0%	0,0%
2	Proporção de indigentes ⁴¹	PNAD/IBGE	3,3% (2009)	0,0%	0,0%	0,0%
3	Índice de Gini	PNAD/IBGE	0,504 (2009)	0,477	0,448	0,417
4	Proporção de pobres ⁴²	PNAD/IBGE	15,0% (2009)	8,4%	5,7%	3,7%
5	Taxa de ocupação infantil (5 a 14 anos incompletos)	PNAD/IBGE	3,3% (2009)	2,2%	1,1%	0,0%
6	Taxa de desocupação dos jovens (15 a 24 anos)	PNAD/IBGE	15,91 (2009)	13,51	10,7	7,5

⁴⁰A linha de extrema pobreza adotada neste indicador é a de R\$ 70,00 definida pelo Governo Federal.

⁴¹A linha de indigência é a mesma contida no Caderno de Indicadores e segue a metodologia proposta por Rocha, S. Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata? Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006. Os valores em setembro de 2009 eram R\$ 66,88 (RMBH), R\$ 57,55 (urbano) e R\$ 46,25 (rural).

⁴²A linha de pobreza adotada neste indicador é a mesma contida no Caderno de Indicadores e proposta pelo EPE: R\$ 231,92 (RMBH), R\$ 155,92 (urbano) e R\$ 92,30 (rural) em setembro de 2009. Metodologia proposta por ROCHA, 2006.

Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Desenvolvimento Social e Proteção sejam alcançados, o Governo e a Sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes **estratégias prioritárias**:

- 1. Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (Suas)** em 100% dos municípios mineiros.
- 2. Assegurar uma Agenda Jovem** e integrar todas as ações do Governo Estadual voltadas para a juventude, por meio da criação de um núcleo estratégico intersetorial de articulação.
- 3. Implantar o sistema estadual de promoção e proteção de direitos humanos.**
- 4. Ampliar o acesso à moradia segura, inclusive saneamento.**
- 5. Identificar a população em extrema pobreza** e direcionar ações de desenvolvimento social para superação do estado de pobreza.
- 6. Promover a segurança alimentar e nutricional sustentável** de famílias mineiras em condições de vulnerabilidade social e implantar as ações da política nacional de alimentação e nutrição.

Em complemento as estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:

- Ampliar o Programa Travessia, por meio da expansão das parcerias e da integração do Programa com ações de outros entes governamentais, do setor privado e o do terceiro setor.
- Universalizar o Piso Mineiro de Assistência Social, por meio de compartilhamento financeiro da infraestrutura da rede de assistência social, em complementaridade aos recursos federais e municipais.
- Integrar as ações das áreas da saúde, educação, assistência social e segurança alimentar e nutricional para garantir às famílias mais vulneráveis as condições de propiciarem às suas crianças um ambiente seguro e acolhedor.
- Disponibilizar a todos os alunos do Ensino Médio da rede pública estadual uma rede mineira de inclusão do jovem, com a oportunidade de adquirir experiência profissional e concluir seus estudos.
- Mobilizar lideranças da sociedade mineira para a implantação e gestão de uma Rede, não estatal, de espaços da juventude que promovam atividades culturais, esportivas, sociais, de conectividade eletrônica e outros temas de interesse dos jovens.
- Desenvolver programas e ações integradas de prevenção à violência, às doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez precoce e ao uso de álcool e drogas.
- Promover ações de empreendedorismo e microcrédito, especialmente para as mulheres.
- Consolidar e expandir os conselhos de direitos, as conferências temáticas e os comitês estaduais e municipais para a ampliação da participação da sociedade civil nas temáticas de desenvolvimento e proteção social. Criar o comitê mineiro para a erradicação da miséria.

4.6 REDE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

ECONOMIA DINÂMICA, MAIS DIVERSIFICADA, COMPETITIVA, COM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSO.

Meta Síntese

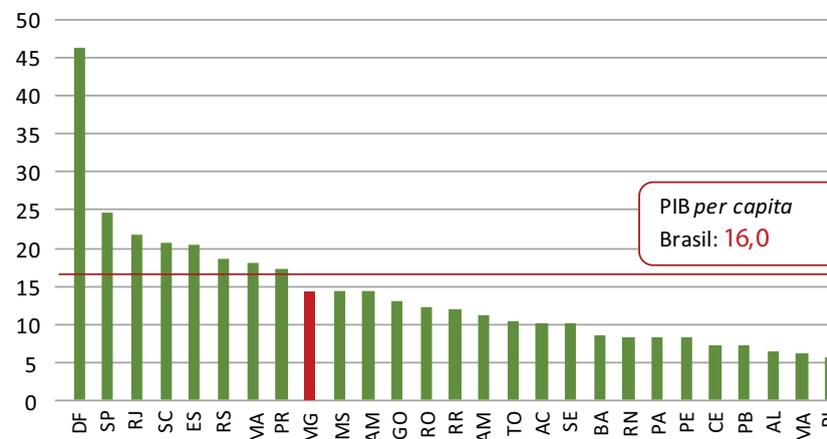
Situação

A Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável busca harmonizar o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental e com a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Dentro desse conceito de desenvolvimento sustentável, é fundamental estabelecer políticas públicas que melhorem o ambiente de negócios, estimulem mudanças no processo produtivo e nas relações entre a sociedade e o meio ambiente, intensificando as conexões entre as diferentes esferas de Governo, setor privado e sociedade em prol do desenvolvimento integrado.

Responsável por cerca de 9% da renda total gerada no Brasil, Minas Gerais possui o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, atrás apenas dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. A decomposição do PIB mineiro revela a predominância do setor de serviços na geração desta renda (58,3%), seguido pela indústria (32,2%) e pela agropecuária (9,5%).

Observa-se que a estrutura produtiva da economia mineira é baseada na produção de bens primários, com destaque para as atividades agropecuária e minerometalúrgica. A participação mineira nas exportações brasileiras passou de 10,2%, em 2003, para 15,5%, em 2010, sendo que os produtos primários representaram 62% do total exportado em 2010, 23 pontos percentuais superior ao registrado em 2003.

Gráfico 24. PIB *per capita* Brasil e Estados da Federação em milhares (2008)



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Regionais

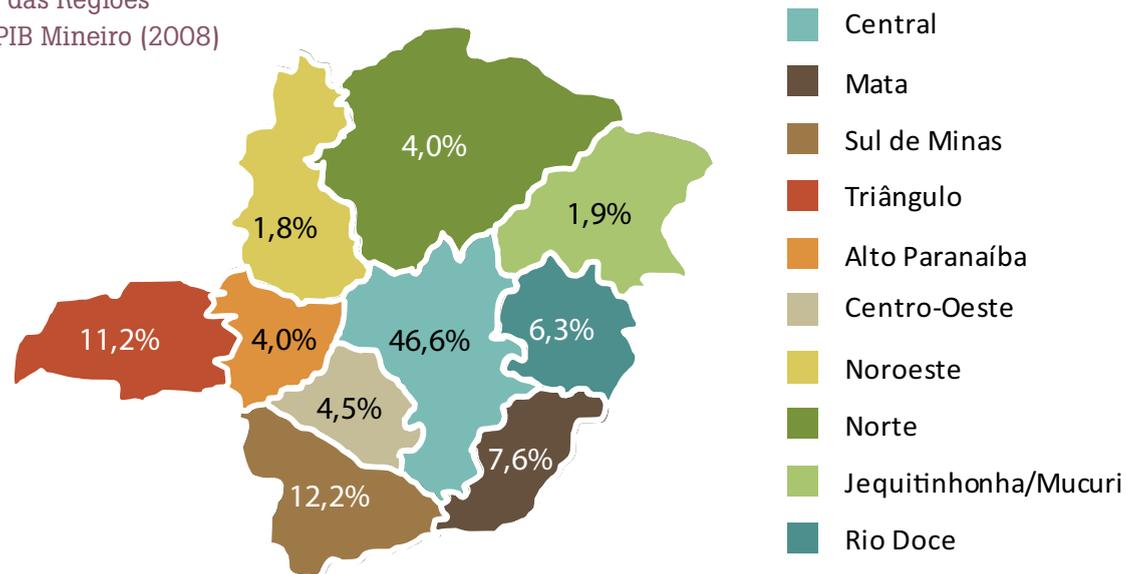
Se de um lado, a evolução do PIB estadual no período 2002–2010 revela que, na maioria dos anos, Minas Gerais esteve acima da média de crescimento do Brasil, por outro, quando se considera o PIB *per capita*, o posicionamento de Minas Gerais no *ranking* econômico nacional apresenta situação distinta. De fato, o patamar de Minas Gerais em termos de PIB *per capita* ainda encontra-se abaixo da média nacional. O Estado ocupa a nona posição no *ranking* das unidades da federação, inferior aos demais estados do Sudeste (Gráfico 24).

O baixo patamar do PIB *per capita* de Minas Gerais está relacionado à baixa escolaridade média da população. A produtividade total dos fatores (PTF) do Estado de Minas Gerais é inferior à dos estados do Sul e Sudeste devido, principalmente, à baixa produtividade por trabalhador⁴³.

Um trabalhador mineiro produz somente 60% do produto por trabalhador de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Nesse sentido, elevar a PTF requer intensificar iniciativas voltadas ao aumento da produtividade da mão de obra e à construção de um ambiente econômico competitivo, estável, seguro ao investidor e atrativo ao desenvolvimento de negócios.

Dentre os avanços observados nessa área nos últimos anos em Minas Gerais, tem destaque a simplificação e agilização do processo de abertura de empresas. Em Belo Horizonte, o tempo médio para abrir uma empresa, caiu de 26 dias, em 2007, para 7 dias em 2010. No interior do Estado, a redução foi de 45 dias em 2007 para 11 dias em 2010 (Seplag).

Mapa 3. Participação das Regiões de Planejamento no PIB Mineiro (2008)



Fonte: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais – Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

⁴³Ferreira (2010).

Embora seja fator fundamental para o desenvolvimento, o crescimento econômico por si só não garante o seu alcance. Para que o desenvolvimento econômico ocorra em bases sustentáveis, é essencial que ele integre as dimensões territorial e ambiental.

Relacionado à dimensão ambiental faz-se necessário a adoção de medidas de adequação do processo produtivo dos setores responsáveis pela emissão dos gases de efeito estufa (GEE) e pela geração de resíduos sólidos minimizando os impactos do aquecimento global e garantindo a proteção da biodiversidade.

No que se refere à dimensão territorial, observa-se que a geração de riqueza em Minas Gerais é muito concentrada

regionalmente. Quase metade do PIB estadual é gerada na Região Central (46,6%). Essa evidência indica que, nos próximos anos, o desenvolvimento harmônico de Minas Gerais, sob o enfoque territorial, vai requerer a adoção de estratégias diferenciadas de integração espacial, de acordo com as especificidades e potencialidades inerentes a cada espaço geoeconômico (Mapa 3).

Soma-se a isso o fato de que considerar a sustentabilidade ambiental do crescimento econômico passou a ser um item importante na agenda de desenvolvimento da maior parte dos países e regiões. Nesse campo, Minas Gerais vem experimentando importantes avanços nos últimos anos, apesar de alguns desafios persistirem.



Objetivos Estratégicos

- Alcançar maior crescimento econômico, do trabalho e da renda.
- Aumentar a competitividade da economia, a qualidade e o valor agregado dos produtos mineiros.
- Incrementar a promoção, a atração e a retenção de investimentos.
- Implementar e integrar a gestão, aprimorar a conservação, a preservação, a defesa e a melhoria da qualidade ambiental.
- Conferir dinamismo e competitividade aos negócios nas diferentes regiões do Estado.
- Diversificar a base econômica e promover a sinergia entre os setores produtivos.
- Ampliar a inserção de Minas Gerais na economia nacional e global.



INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	2030
1	Razão entre o PIB <i>per capita</i> de Minas Gerais e do Brasil	FJP/IBGE	0,89 (2008)	0,94	1,00	1,06
2	Razão de concentração das exportações	MDIC	2.585 (2010)	2.395	2.151	1.800
3	Participação de Minas Gerais no PIB do Brasil	IBGE	9,3% (2008)	10,2%	11,1%	12,3%
4	Taxa de investimento	FJP	16,2% (2009)	19,1%	22,5%	25,0%
5	Número de bacias hidrográficas com melhoria no Índice de Qualidade das Águas (IQA)	Semad/Igam	7 (2010)	11	11	11
6	Participação de Minas Gerais nas exportações de bens de capital	MDIC	3,97% (2010)	4,95%	6,73%	9,56%
7	Percentual de áreas preservadas em relação ao território total	Semad	6,4% (2010)	7,3%	8,5%	9,8%
8	Percentual das medições de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) no Rio das Velhas que atendem à legislação	Semad/Igam	93,7% (2010)	100%	100%	100%
9	Percentual da população urbana com acesso à disposição adequada de Resíduos Sólidos Urbanos	Semad/Feam	52,7 (2010)	75%	90%	100%
10	Intensidade energética ⁴⁴	Cemig/IBGE/ FJP	9,8 (2008)	8,8	7,8	6,8
11	Grau de informalidade ⁴⁵	PNAD/IBGE	42,9% (2009)	35,8%	28,6%	24,6%
12	Participação das regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce no PIB de Minas Gerais	IBGE/FJP	12,1% (2008)	12,5%	13%	13,5%

⁴⁴A intensidade energética é uma medida da eficiência energética, calculada pelo valor global da energia consumida dividido pelo PIB, de forma que uma intensidade energética elevada reflete um alto custo de conversão de energia em produção, enquanto que uma intensidade energética reduzida reflete um baixo custo de conversão de energia em produção.

⁴⁵O indicador avalia a informalidade dos postos de trabalho, expressando o percentual de empregados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria sobre o total de ocupados.

Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável sejam alcançados, o Governo e a Sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes estratégias prioritárias:

- 1.** Criar condições que garantam um ambiente de negócios atrativo, competitivo e favorável ao empreendedorismo, com mão de obra qualificada, infraestrutura diversificada, processos ágeis e simplificados, eficiência institucional e estabilidade dos marcos regulatórios.
- 2.** Tratar adequadamente os resíduos sólidos, visando equacionar a destinação dos resíduos e fomentar o seu reaproveitamento.
- 3.** Intensificar o apoio a empreendimentos produtivos e/ou de inclusão social nas regiões com menores índices de desenvolvimento econômico.
- 4.** Reconfigurar o arranjo institucional de promoção do desenvolvimento econômico e sua governança para que o Estado assegure uma postura competitiva, de grande agilidade e de atuação global.
- 5.** Rever os mecanismos e intensificar o apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas inovadoras e intensivas em conhecimento.
- 6.** Constituir agenda estratégica para um novo ambiente econômico, que seja compartilhada por todos os órgãos do Poder Executivo e do setor privado que atuam na promoção do desenvolvimento do Estado.
- 7.** Estimular o setor de serviços para um esforço de modernização e de melhoria da qualidade e da produtividade.
- 8.** Implementar o Plano de Proteção à Biodiversidade e o Plano de Mudanças Climáticas.



Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:

- Estimular a modernização e a inovação tecnológica nos setores dominantes (siderurgia, mineração e agronegócio) da economia mineira de modo a torná-los mais competitivos internacionalmente.
- Aprimorar a competitividade tributária do Estado com inteligência, priorizando os setores estratégicos para o desenvolvimento da economia mineira. Atrair e estimular empresas nacionais e estrangeiras de perfil inovador.
- Conferir maior agilidade e efetividade ao licenciamento ambiental.
- Fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o uso sustentável dos biomas do Estado, utilizar instrumentos econômicos de compensação por serviços ambientais e intensificar os programas de educação ambiental.
- Ampliar a divulgação das potencialidades e realizações mineiras e aumentar os efeitos econômicos, sociais e ambientais dos grandes investimentos privados.
- Melhorar a governança e assegurar o alinhamento de todas as secretarias, órgãos e entidades do Estado em torno da estratégia de desenvolvimento sustentável.
- Aumentar a inserção das empresas mineiras, com potencial de atuação internacional, em redes globais de fornecimento, processamento e comercialização e inovação.
- Implementar o macro plano estrutural do Vetor Norte da RMBH.
- Apoiar programas de geração de trabalho e renda local.
- Fortalecer o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos para a adequada gestão de bacias hidrográficas, observando as diretrizes contidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos.



4.7 REDE DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA.

Meta Síntese

Situação

As ideias promissoras precisam encontrar espaço para resultar em soluções inovadoras, responsáveis por trazer competitividade à economia mineira. Nessa tarefa, o Estado de Minas quer afirmar sua atuação por meio da Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação, aqui entendida como um conjunto de esforços que direciona instituições de todas as esferas a potencializar em quantidade e qualidade a criação e disseminação de conhecimento e de tecnologia em diferentes áreas para transformar conhecimento em negócios e riquezas e qualidade de vida.

Minas Gerais tem alto potencial de inserção na economia do conhecimento. O Estado é o segundo com maior número de pedidos de patentes entre os estados da Região Sudeste, tendo também superado todos os estados da Região Sul⁴⁶. A UFMG é referência nacional na obtenção de patentes, sendo a única universidade brasileira a entrar no *ranking* internacional da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI, 2009) de instituições com o maior número de patentes depositadas. Além disso, constata-se uma ampliação da participação do Estado nas exportações brasileiras dos produtos intensivos em

tecnologia, saindo de 4,3% em 2002 para 6,7% em 2010⁴⁷. No grupo de setores com alto potencial tecnológico, Minas se destaca no campo das biociências concentrando 28% das empresas existentes no Brasil⁴⁸.

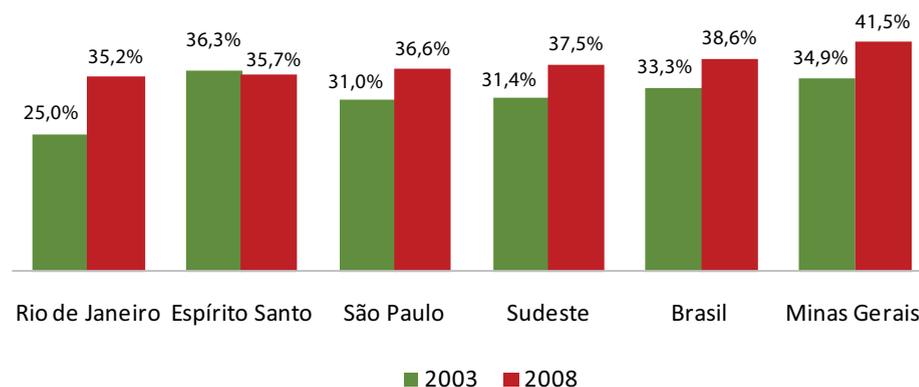
A capacidade inovativa das empresas no Estado também tem evoluído. De acordo com os dados da última Pintec/IBGE de 2008, Minas Gerais tem uma taxa de inovação mais elevada do que a média nacional e registrou maiores avanços nessa área. A proporção de empresas inovadoras passou de 35%, em 2003, para 41,5%, em 2008, maior percentual de todos os estados do Sudeste (Gráfico 25). O percentual de empresas cujos produtos inovadores representam mais de 40% das suas vendas internas passou de 7,7% para 11,7%, entre 2005 e 2008. Na média brasileira, esse indicador é inferior: representa 8,4% das empresas, em 2008. O dispêndio das empresas com atividades internas de P&D no Estado cresceu seis vezes mais do que a média brasileira, entre 2003 e 2008.

⁴⁶Dados do INPI para 2007.

⁴⁷MDIC, 2010.

⁴⁸BIOMINAS, 2009.

Gráfico 25. Percentual de empresas que implementaram alguma inovação



Fonte: Pintec/IBGE.

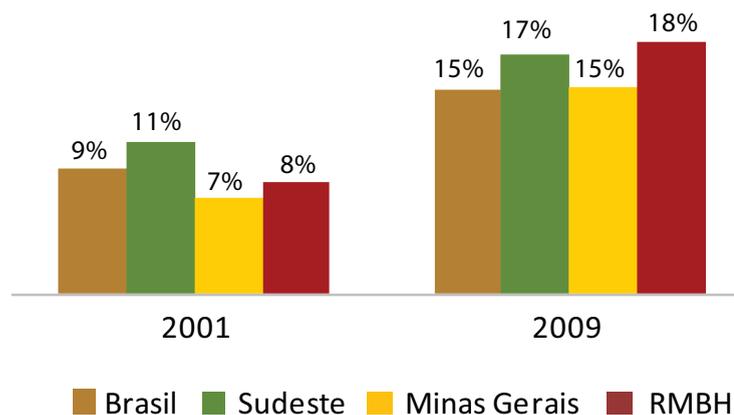
Frente aos desafios da nova economia é necessário um enfoque diferenciado no desenvolvimento tecnológico voltado para a difusão do conhecimento e criação de um ambiente propício à inovação.

Para tanto, é importante promover uma aproximação entre as instituições de ensino e pesquisa – universidades, escolas de ensino técnico, centros de pesquisa – e o setor produtivo, buscando o incremento da qualidade e da inovação científica e tecnológica dos produtos e serviços mineiros, além da ampliação das oportunidades de emprego de qualidade.

Para que a aproximação entre as universidades e a sociedade seja cada vez mais proveitosa é importante garantir formação técnica e superior de qualidade. Apesar da tendência de crescimento, o acesso ao Ensino Superior no Estado ainda é considerado baixo. A taxa de retenção na 3ª série do Ensino Médio é de 62% em Minas Gerais, ou seja, a grande maioria das pessoas com 25 anos ou mais que concluem o Ensino Médio não continuam os estudos⁴⁹. O percentual de jovens mineiros de 18 a 24 anos frequentando o Ensino Superior é de 15%, equivalente à média brasileira e inferior à do Sudeste (Gráfico 26). Embora restrito, o Ensino Superior vem ganhando qualidade. O número de cursos de pós-graduação de Minas Gerais com nota 7 na Capes dobrou de 6 para 13 cursos, entre 2004 e 2010.

⁴⁹ETS com base nos dados da PNAD/IBGE de 2009.

Gráfico 26. Percentual de jovens de 18 a 24 anos frequentando curso superior



Fonte: PNAD 2009 – IBGE.

No campo da ciência, tecnologia e inovação, são primordiais os avanços nos setores tradicionais como a agricultura e agroindústria para agregação de valor à cadeia, bem como o apoio às micro e pequenas empresas inovadoras. Ademais, com as crescentes preocupações com o meio ambiente e a transição para a economia de baixo carbono nascem novas oportunidades para pesquisa e desenvolvimento, tais como os segmentos de energias limpas, bioprodutos e serviços ambientais, que devem também ser aproveitadas por meio da maior articulação entre instituições de CT&I e as empresas inovadoras.



Objetivos Estratégicos

- Ampliar a inserção de Minas Gerais na economia do conhecimento.
- Reestruturar e ampliar a oferta do ensino tecnológico e superior para qualificação de pessoas, alinhada à demanda do setor empresarial.
- Ampliar os ambientes de inovação gerando empregos de qualidade, retendo e atraindo talentos.
- Promover a inovação ambiental para o enfrentamento das mudanças climáticas.
- Fortalecer a cidadania digital.



INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	2030
1	Participação de Minas Gerais nos depósitos de pedidos de patentes	INPI	8,8% (2009)	11,0%	13,6%	16,5%
2	Taxa de inovação (percentual de empresas inovadoras)	Pintec/IBGE	41,5% (2008)	45,8%	49,3%	53,6%
3	Percentual de ocupados em Minas Gerais com pelo menos o Ensino Superior (22 anos ou mais)	PNAD/IBGE	11,6% (2009)	15,0%	18,0%	22,0%
4	Participação de MG nos cursos nota 7 ⁵⁰	Capes	11,1% (2009)	13,0%	21,0%	24,0%
5	Participação de MG nas exportações de produtos intensivos em tecnologia	MDIC	6,7% (2010)	8,0%	10,2%	13,4%

⁵⁰A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) publica trienalmente uma avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros. Os resultados da avaliação são expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7", que leva em conta os critérios: produção técnica, teses e dissertações, produção bibliográfica, disciplinas, produção artística, corpo docente (vínculo e formação), proposta e linhas de pesquisa do programa, projetos de pesquisa, produção e atuação docente.

Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação sejam alcançados, o Governo e a Sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes estratégias prioritárias:

- 1.** Impulsionar o desenvolvimento de setores portadores de futuro, organizando seus arranjos produtivos, tais como: eletroeletrônica, TI, ciências da vida, biotecnologia, biocombustíveis, nanotecnologia, farmacoquímicos, aeronáutico, espacial e defesa.
- 2.** Criar instrumentos de incentivo e transformação de conhecimento em negócios.
- 3.** Incentivar a produção de pesquisas científicas que contribuam para a geração de conhecimento vinculado aos novos paradigmas ambientais, notadamente os relacionados a economia de baixo carbono, redução da poluição, produção e uso de energias limpas e conservação da biodiversidade.
- 4.** Reestruturar o Sistema Mineiro de Inovação (SIMI) para permitir a interiorização de suas ações.
- 5.** Impulsionar a capacidade de absorção e geração de inovações por parte das empresas localizadas no território mineiro por meio do desenvolvimento e da atração de laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), de Centros de Excelência e da aquisição de novas tecnologias.
- 6.** Ampliar a oferta de vagas no ensino superior e democratizar o acesso por meio da educação a distância.

Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:

- Consolidar os parques tecnológicos no Estado, visando aumentar o empreendedorismo e impulsionar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica.
- Atrair e estimular empresas produtoras de bioenergia e de bens ou serviços da economia de baixo carbono. Desenvolver programas de estímulo à eficiência energética.
- Intensificar o apoio às pequenas e médias empresas inovadoras e intensivas em tecnologia e conhecimento, mobilizando o poder de compra do Estado e a oferta de capital de risco.
- Explorar potencialidades a partir de oferta diferenciada de financiamento em P&D, com base territorial e atuação diferenciada das principais instituições de fomento de acordo com as características específicas de cada região.
- Apoiar as instituições de Ensino Superior, visando induzir o aumento qualificado de doutores.
- Promover a educação para as águas no sentido de melhorar a gestão de recursos.
- Fortalecer a competitividade a partir da ampliação da capacidade de inovação das empresas.
- Ampliar a produtividade científica de Minas Gerais como base para o seu desenvolvimento tecnológico e para a inovação.



4.8 REDE DE DESENVOLVIMENTO RURAL

MAIS PRODUÇÃO E QUALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO AGRONEGÓCIO DE MINAS GERAIS.

Meta Síntese

Situação

A Rede de Desenvolvimento Rural integra principalmente as ações de provimento de infraestrutura, crédito e apoio à comercialização, tendo como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio e da agricultura familiar. Busca, dessa maneira, valorizar a vocação da produção rural mineira, conjugando crescimento econômico, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, de modo a proporcionar melhores condições de vida e de competitividade para todo o setor rural.

Em Minas, 14,7% da população é rural, o equivalente a 2,9 milhões de pessoas, respondendo por 9,5% do PIB do Estado e concentrando 19,6% do emprego formal⁵¹.

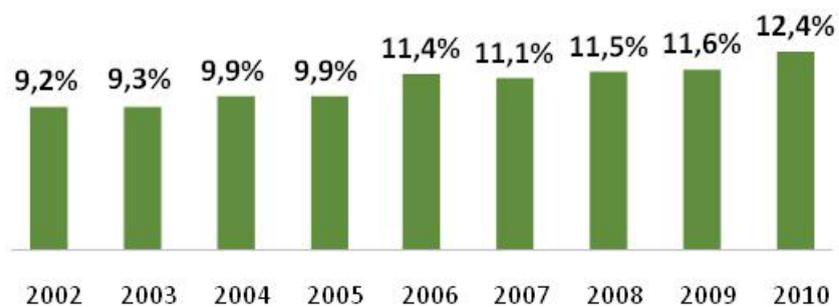
Minas Gerais tem a maior produção nacional de café e leite, a 3ª maior de milho, a 2ª maior de cana-de-açúcar, o maior rebanho equino do país e o 2º maior rebanho bovino. O Estado também tem registrado expansão significativa da silvicultura, com oportunidades associadas a setor de papel e celulose.

Além disso, merece destaque a crescente participação de Minas na formação do PIB do agronegócio brasileiro, que aumentou de 9,2%, em 2002, para 12,8%, em 2010 (Gráfico 27).

⁵¹PNAD 2009.



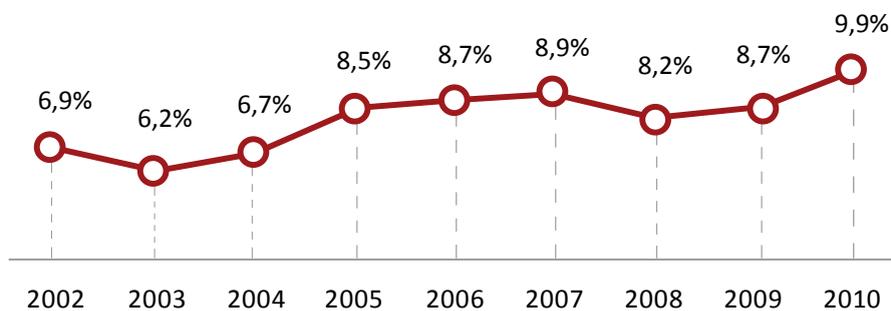
Gráfico 27. Participação de MG no PIB do Agronegócio Brasileiro (2002–2010)



Fonte: Cepea-USP/Faeng/Seapa.

Acompanhando a trajetória ascendente, o Estado conseguiu ampliar a receita de suas exportações agrícolas em relação às exportações brasileiras, que passou de 6,9% em 2002 para 9,9% em 2010 (Gráfico 28).

Gráfico 28. Participação de Minas Gerais nas Exportações do Agronegócio Brasileiro (2002–2010)



Fonte: MDIC

Contudo, em Minas Gerais, coexistem regiões de base produtiva intensiva em tecnologia e de alta produtividade com outras, cuja produção é essencialmente rudimentar e voltada para a subsistência. Em 2006, a agricultura familiar era responsável por 62% dos empregos no campo, abrangendo 1,2 milhão de pessoas, que representava cerca de 6% da população. Eram 437 mil propriedades, o equivalente a 8,8 milhões de hectares ou 27% da área total de terras utilizadas. Entre os produtos de maior expressão da agricultura familiar, encontram-se o milho e a mandioca, com 47% e 83% da safra, respectivamente, sendo que a participação da agricultura familiar no total da produção estadual de grãos é na ordem de 40%⁵².

⁵²IBGE 2006.

Objetivos Estratégicos

- Aumentar a produtividade e a competitividade na área rural.
- Aumentar o valor agregado da produção agropecuária de Minas Gerais.
- Valorizar os produtos e serviços da agricultura familiar, proporcionando segurança alimentar, sustentabilidade e aumento da renda.

INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	2030
1	Participação de Minas Gerais no PIB do agronegócio nacional	Cepea/USP	12,4% (2010)	13,5%	15,0%	17,2%
2	Razão entre a renda domiciliar <i>per capita</i> no meio rural e a renda domiciliar <i>per capita</i> total	PNAD/IBGE	0,54 (2009)	0,57	0,61	0,66
3	Valor adicionado do setor agropecuário / número de horas trabalhadas na atividade agropecuária	IBGE	6,4 (2008)	9,0	12,7	16,7
4	Distorção idade série Ensino Fundamental (rede pública)	Educacenso	24,8 (2010)	19,8%	12,4%	6,2%
5	Redução da taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	PNAD	19,44 (2009)	15,8%	9,7%	4,8%

Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Desenvolvimento Rural sejam alcançados, o Governo e a Sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes estratégias prioritárias:

- 1.** Induzir o desenvolvimento da capacidade empresarial e tecnológica da agricultura e da agroindústria, atraindo e fomentando empresas e instituições inovadoras, com elevada capacidade de agregação de valor.
- 2.** Agregar valor à produção agropecuária de Minas Gerais com prioridade para os produtos tradicionais da economia mineira, inclusive por meio da ampliação de certificações.
- 3.** Melhorar a infraestrutura para o desenvolvimento rural.
- 4.** Promover a inclusão produtiva, por meio do estímulo ao cooperativismo e ao associativismo da agricultura familiar e apoiar a sua comercialização nos âmbitos municipal, regional, estadual e nacional, inclusive nos mercados institucionais.
- 5.** Fomentar e regularizar os empreendimentos agroindustriais de pequeno porte.

Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:

- Expandir e fortalecer programas de apoio ao desenvolvimento e ao combate à pobreza no meio rural.
- Ampliar ações para a perenização de rios e abastecimento de água e a preservação do meio ambiente no Estado de Minas Gerais, priorizando a região do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Pardo e Mucuri.
- Criar incentivos para a ampliação de produção de produtos orgânicos e desenvolver soluções para racionalização do uso de produtos agrotóxicos.
- Implantar e ampliar programas voltados para o fortalecimento da cadeia produtiva do leite e do café.
- Articular, junto ao Governo Federal, a criação e implantação da Política Nacional do Café, a fim de evitar perdas aos produtores, estimular a exportação e controle da qualidade do produto.
- Ampliar e facilitar o acesso a crédito agrícola e seguro rural, visando promover a aquisição de terras, maquinário e equipamentos agrícolas e a adoção de tecnologias voltadas à agregação de valor e diversificação da produção agropecuária.
- Incentivar práticas de conservação do solo e recuperação de áreas degradadas, visando reestabelecer as condições de sustentabilidade existentes anteriormente.
- Apoiar a utilização das águas represadas para a agricultura irrigada e produção de pescado.
- Aumentar a cobertura da transferência tecnológica e da assistência técnica e extensão rural pública, apoiando, de forma efetiva, a produção familiar.
- Criar meios e instrumentos, inclusive financeiros, para garantir a regularização fundiária e ambiental das propriedades familiares.
- Expandir a produção de biocombustíveis no território mineiro (etanol, biodiesel, florestas energéticas).
- Fortalecer as localidades na zona rural associadas à produção agrícola e ao abastecimento de alimentos.



4.9 REDE DE IDENTIDADE MINEIRA

MINAS SINGULAR, DIVERSA E CRIATIVA NA CULTURA, NO ESPORTE E NO TURISMO.

Meta Síntese

Situação

Minas Gerais tem uma forte identidade marcada pelo seu grande peso histórico. Essa identidade, referência nacional, se manifesta em ações que se situam no âmbito da cultura, do turismo e dos esportes. O fortalecimento dessa identidade requer políticas integradas e transversais, por meio da atuação conjunta entre a sociedade e o Governo do Estado, que possam valorizar as características do povo e de Minas Gerais.

Há enorme potencial para o desenvolvimento do turismo como atividade econômica de grande relevância para o Estado. Situado na Região Central do país, o Estado de Minas Gerais possui localização privilegiada para o turismo de negócios. Sua participação no turismo internacional, apesar de ainda muito restrita, cresceu substancialmente nos últimos anos. Dados do Ministério do Turismo mostram que a chegada de turistas estrangeiros a Minas Gerais cresceu 179% em apenas dois anos, passando de 20.115 ingressos, em 2008, para 56.230, em 2010 (o crescimento nacional foi de apenas 2% no período)⁵³. A maior parte

dos turistas estrangeiros é proveniente de países como Estados Unidos, Argentina, Portugal, Itália e França. A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) participou em 2010 com 5,16% dos embarques e desembarques do país, segundo dados da Infraero.

Quando se considera os empregos formais do setor turismo nas áreas metropolitanas brasileiras, a RMBH tem aumentado sua contribuição ao longo dos últimos anos, passando de 6,9% em 2003 para 8,2% em 2009⁵⁴.

Além disso, Minas Gerais concentra 12% do emprego formal e 13% dos estabelecimentos relacionados às artes, cultura, esporte e recreação existentes no Brasil, abaixo apenas de São Paulo, tendo mantido sua participação nos últimos quatro anos, segundo a Rais/MTE de 2010. Contudo, o rendimento médio no setor cultural em Minas é 30% mais baixo do que a média do Rio de Janeiro e de São Paulo.

⁵³Dados do Anuário Estatístico de Turismo da Embratur de 2011.

⁵⁴Rais/MTE.



Gráfico 29. Evolução do emprego formal em Minas Gerais – Artes, cultura, esporte e recreação



Fonte: Rais/MTE.

Acresce que o Estado tem aumentado de maneira significativa o número de projetos aprovados nos programas de incentivo à cultura passando de 930 projetos, em 2007, para 1595, em 2009. Já do ponto de vista cultural, a RMBH, em especial a capital, tem sido alvo de importantes investimentos, como o Circuito Cultural Praça da Liberdade, que recebeu 474.523 visitantes em 2010⁵⁵, além da implantação de outros equipamentos culturais relevantes.

Acompanhando a importância cultural do Estado, a porcentagem da renda familiar destinada a gastos com recreação e cultura é ligeiramente superior à média nacional e do Sudeste, com 1,8% da renda familiar média do Estado destinada a tal propósito ante 1,6% do Brasil e 1,7% do Sudeste⁵⁶.

Na área de esportes, os maiores investimentos têm sido em torno da Copa de 2014, sobretudo destinados à reforma do Estádio Mineirão, em Belo Horizonte. Dentre as iniciativas com intuito de desenvolver o segmento esportivo em todo o Estado destaca-se a proposta do ICMS Esportivo

que destina parte do ICMS arrecadado para municípios que investem no desenvolvimento de atividades esportivas; e a criação do Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo (IMDE) que mensura o desenvolvimento esportivo dos municípios mineiros a partir da presença de instalações esportivas diversas e o esforço orçamentário voltado ao esporte, contribuindo para o planejamento estratégico da situação do esporte como um todo no Estado.

Nesse contexto, há espaço e condições para que Minas Gerais se torne foco da economia criativa, que hoje é um dos “setores” mais dinâmicos e com maior potencial de geração de trabalho e renda do século atual. A criatividade aliada à qualidade do serviço prestado no Estado pode ser gerador de um ambiente de retenção e atração de investimentos e talentos com impacto não apenas nas atividades criativas, mas também em outros setores da economia.

⁵⁵Dados da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.
⁵⁶POF/IBGE 2008.

Objetivos Estratégicos

- Fortalecer a identidade cultural mineira e seus valores, como instrumento de coesão de toda a sociedade.
- Preservar e proteger o patrimônio cultural.
- Aumentar a geração de negócios relacionados ao setor de cultura, esporte e turismo em Minas Gerais.
- Aumentar a participação da população mineira na prática de esporte e atividade física orientada.
- Tornar Belo Horizonte mais competitiva e atrativa ao grandes eventos nacionais e internacionais.

INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	2030
1	Percentual de ocupados em atividades turísticas na RMBH em relação às outras regiões metropolitanas	Rais/MTE	8,3% (2010)	9,1%	10,2%	11,4%
2	Total de empregos no setor de artes, cultura, esporte e recreação	Rais/MTE	11,7% (2010)	12,2%	13,0%	14,0%
3	Desembarques rodoviários de passageiros provenientes de cidades mineiras nos destinos turísticos indutores	DER	9.140 (2010)	9.956	11.303	13.065

Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Identidade Mineira sejam alcançados, o Governo e a Sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes **estratégias prioritárias**:

- 1.** Potencializar o legado da **Copa do Mundo** e a realização dos grandes eventos internacionais e nacionais para ampliar a visibilidade da identidade mineira.
- 2.** Trabalhar em rede para gerar **empregos de qualidade** nos setores da cultura, esporte e turismo.
- 3.** Descentralizar, no território, as ações das políticas estaduais de cultura, esporte e turismo.
- 4.** Promover a **excelência na prestação de serviços turísticos** com ações integradas de melhoria da infraestrutura: construção e manutenção das estradas, melhoria na gestão de aeroportos, aumento do número de rodoviárias no interior do Estado, ampliação do número de hotéis, qualificação profissional e revitalização dos espaços públicos e turísticos.
- 5.** Promover o **desenvolvimento de atividades físicas** em benefício da saúde por meio da prática de **esportes**.



Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:

- Apoiar a divulgação e comercialização de novos destinos turísticos no Estado.
- Implantar polos de turismo em unidades de conservação ambiental, sob a modalidade de parcerias com o setor privado. Aperfeiçoar a gestão dos parques estaduais e nacionais.
- Promover a proteção do patrimônio cultural de Minas Gerais incluindo desenvolvimento de mecanismos de divulgação, a garantia da qualidade das vias de acesso ao circuito do patrimônio histórico e cultural, a melhoria da qualidade de acondicionamento e guarda dos objetos de arte e o aperfeiçoamento da infraestrutura local.
- Dotar Minas Gerais de uma moderna e inovadora rede de produção, exibição, circulação e formação cultural e artística nas cidades-polo.
- Estimular a iniciativa privada e grupos organizados da sociedade para atuação em parceria com o Estado em projetos de interesse público, nas áreas de cultura, turismo e esporte.
- Transformar o ativo intangível da cultura mineira (a história, os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as tradições e os costumes, dentre outros) em negócios geradores de trabalho.
- Estimular o empreendedorismo e o intercâmbio cultural com foco na projeção nacional e internacional da cultura produzida em Minas Gerais.
- Estimular a prática dos esportes de alto rendimento.
- Fomentar festivais integrados de cultura, turismo e gastronomia no interior de Minas.



4.10 REDE DE CIDADES

CIDADES COM MAIS QUALIDADE DE VIDA E ORDENAMENTO TERRITORIAL.

Meta Síntese

Situação

Minas Gerais se consolida como um estado preponderantemente urbano. Dos seus 19,6 milhões de habitantes, 85% (16,7 milhões) moram em cidades. Portanto, focar na melhoria do ambiente urbano trará benefícios para a maioria da população mineira⁵⁷. Com relação ao padrão das cidades, nota-se a predominância das cidades de porte pequeno e médio, sendo que a concentração populacional da área metropolitana é notadamente menor do que o padrão verificado para as demais regiões metropolitanas brasileiras. Segundo os dados do Censo 2010, a RMBH concentra apenas 24,9% da população, enquanto no Rio de Janeiro essa proporção atinge 74%, e em São Paulo 47,7%.

A estimativa mais recente do IBGE destaca que Minas Gerais possui 30 municípios com população de aproximadamente 100 mil habitantes ou mais. Para os próximos 20 anos, há boas oportunidades para a consolidação de uma rede de cidades, com alto potencial polarizador, capaz de propiciar a irradiação do acesso a serviços coletivos de escala. Dentre elas, sobressai a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) como grande centro provedor de serviços avançados. Num segundo nível hierárquico, destaca-se a cidade de Uberlândia, seguida da Região Metropolitana do Vale do Aço e de Juiz de Fora.

⁵⁷Estudos recentes apontam tendência de redução do número de municípios de porte pequeno (menos de 20 mil habitantes), estabilidade dos grandes centros (com mais de 100 mil habitantes) e elevação da quantidade das chamadas cidades médias (entre 20 e 100 mil habitantes).



Tabela 2. População Residente Segundo Município (2009)

Município		População Residente	Município		População Residente
1	Belo Horizonte	2.452.612	16	Patos de Minas	139.840
2	Uberlândia	634.349	17	Teófilo Otoni	130.519
3	Contagem	625.390	18	Barbacena	128.572
4	Juiz de Fora	526.709	19	Pouso Alegre	127.975
5	Betim	441.749	20	Sabará	126.195
6	Montes Claros	363.226	21	Varginha	121.788
7	Ribeirão das Neves	349.306	22	Conselheiro Lafaiete	114.577
8	Uberaba	296.259	23	Araguari	111.100
9	Governador Valadares	263.278	24	Itabira	110.414
10	Ipatinga	244.509	25	Passos	107.617
11	Santa Luzia	231.610	26	Coronel Fabriciano	105.042
12	Sete Lagoas	225.362	27	Vespasiano	101.844
13	Divinópolis	216.100	28	Ubá	99.706
14	Ibirité	157.441	29	Muriaé	99.628
15	Poços de Caldas	151.454	30	Ituiutaba	96.760

Fonte: IBGE, 2009.



Essa distribuição equilibrada da população entre os centros urbanos de diferentes tamanhos em Minas Gerais pode ser aproveitada como um fator positivo para o desenvolvimento do Estado. Para tanto, é necessário potencializar o acesso e a qualidade dos serviços públicos nos diferentes territórios, como também a geração de oportunidades de trabalho ao longo de toda a rede de cidades. Alcançar um alto grau de coordenação da ação governamental nas cidades é, portanto, condição indispensável para qualidade de vida da população mineira.

São muitos os desafios das cidades e a maioria deles decorre das dificuldades na gestão articulada de políticas públicas. Especialmente das que têm maior influência sobre a qualidade de vida urbana tais como: transportes, habitação, defesa social, combate à pobreza, saúde, saneamento e destinação de lixo e resiliência a eventos extremos. Cabe ressaltar que esses desafios se intensificam nas cidades de maior porte e, sobretudo, nas regiões metropolitanas, em virtude da elevada concentração populacional e da baixa capacidade de resposta das instituições existentes para a solução dos problemas enfrentados.

Um conceito que vem ganhando força internacionalmente é o de cidades sustentáveis, que pressupõe elevado grau de governança e compromisso com o coletivo e com o meio ambiente, o que por sua vez implica em um novo conceito de gestão urbana e de qualidade de vida. A incorporação desse conceito é também atributo importante para atrair investimentos, sobretudo de setores intensivo em conhecimento que valorizam esses aspectos para reter recursos humanos altamente especializados e estimular o desenvolvimento de redes de serviços avançados.

Objetivos Estratégicos

- Melhorar a qualidade de vida nas cidades.
- Viabilizar o acesso da população a novos serviços públicos e privados de qualidade.
- Garantir o ordenamento territorial com governança ambiental e infraestrutura customizada.
- Reduzir as disparidades socioeconômicas regionais, aumentando o dinamismo das regiões menos avançadas.



INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	2030
1	Percentual de domicílios em aglomerações subnormais ⁸⁸	PNAD/IBGE	2,3% (2008)	1,1%	Menos de 0,5%	Menos de 0,5%
2	Percentual de domicílios com inadequação fundiária	PNAD/IBGE	2,89% (2009)	2,10%	1,25%	0,65%
3	Índice de Desenvolvimento Tributário e Econômico	FJP	55 (2009)	60	65	70
4	Déficit habitacional	PNAD/PAD	521.085 (2007)	403.400	282.800	134.000

Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Cidades sejam alcançados, o Governo e a Sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes estratégias prioritárias:

- 1.** Intervir nas áreas urbanas de concentração de pobreza e de vulnerabilidade social mediante a combinação de investimentos estruturantes com medidas articuladas de desenvolvimento social, qualidade ambiental, geração de emprego e de prestação de serviços públicos locais.
- 2.** Melhorar a mobilidade e a acessibilidade nas principais cidades mineiras por meio da expansão, integração e melhoria da qualidade dos modais de transporte.
- 3.** Criar um sistema de intercâmbio com os municípios para difusão de tecnologia de gestão que contribuam para a melhoria do planejamento, ordenamento territorial e a gestão das cidades mineiras.
- 4.** Induzir e apoiar a formulação de planos regionais estratégicos para as regiões do Estado com a participação da população local, bem como estimular e assessorar a formação de consórcios públicos intermunicipais, nos casos pertinentes, e fortalecer os arranjos metropolitanos.
- 5.** Estimular a cooperação entre o Estado, os municípios e os agentes privados para aceleração da redução do déficit habitacional mineiro, por meio de projetos habitacionais sustentáveis.

⁸⁸O IBGE considera como setor aglomerado subnormal o conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos em geral de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:

- Ampliar a capacidade de prestação de serviços públicos de educação, saúde, segurança e assistência social referenciada à rede de cidades. Desenvolver e consolidar novas centralidades regionais e sub-regionais, com serviços, espaços e equipamentos públicos qualificados, como forma de reduzir a pressão sobre os serviços na RMBH.
- Incentivar, nas cidades, a cooperação de atores privados e públicos, capazes de articular recursos e competências, formular e gerir projetos.
- Adotar, nos instrumentos de contratação internos ao Governo estadual, numa primeira etapa, indicadores referenciados às cidades e, numa segunda etapa, acrescentar indicadores combinados de melhoria da qualidade de vida com a mesma referência.
- Aumentar a resiliência urbana a eventos extremos. Reduzir a vulnerabilidade das cidades mineiras às transformações decorrentes do aquecimento global e à ocupação desordenada do solo.
- Fazer funcionar as Agências de Desenvolvimento Metropolitano, com foco na RMBH e RMVA, imprimindo-lhes um modo de atuação que combine a articulação de atores com objetivos convergentes e a capacidade técnica e a articulação com os organismos de financiamento de projetos.
- Mobilizar e orientar a inteligência das universidades para o planejamento, a gestão e a regulação urbanas em linha com a realidade das cidades mineiras.
- Acentuar o critério territorial nas estratégias de promoção e atração de investimentos, com vistas a gerar oportunidades de trabalho ao longo da rede de cidades.



4.11 REDE DE INFRAESTRUTURA

INFRAESTRUTURA ADEQUADA, PROPORCIONANDO MAIS COMPETITIVIDADE E QUALIDADE DE VIDA.

Meta Síntese

Situação

A despeito dos avanços observados na última década, há amplo consenso de que os atuais padrões de qualidade da infraestrutura em Minas Gerais são insuficientes para sustentar um novo ciclo de desenvolvimento no Estado. Daí decorre que a ampliação da magnitude e a melhoria da qualidade e produtividade dos investimentos públicos e privados nessa área estão entre os elementos centrais da estratégia de desenvolvimento de Minas Gerais nos próximos anos. Segundo o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), as condições de infraestrutura em Minas Gerais são bastante heterogêneas: há um razoável acesso aos serviços básicos de energia e telecomunicações, mas persistem carências no acesso a serviços de transportes e logística⁵⁹.

Na área energética, quando comparado aos demais estados brasileiros, Minas Gerais é o segundo maior consumidor de energia elétrica industrial em capacidade instalada e em potência instalada das usinas hidrelétricas. Adicionalmente, o Estado se diferencia pela composição de sua matriz energética: as fontes renováveis representam 54,3% da sua energia.

No segmento de telecomunicações, Minas Gerais é o quinto estado com maior percentual de domicílios com telefones

fixos e o nono em telefones celulares⁶⁰. Em termos de acesso a banda larga, no entanto, Minas situa-se abaixo da média nacional: 37,6% dos municípios e 19,8% dos domicílios mineiros possuíam acesso à internet de alta velocidade, ao passo que os indicadores nacionais situam-se, em 2008, em 46,6% e 20,8%, respectivamente⁶¹.

Apesar da existência de importantes desafios nas áreas energética e de telecomunicações, é em logística e transportes que residem as principais carências da infraestrutura de Minas Gerais. Não obstante às realizações dos últimos anos, há precariedade nas rodovias e insuficiência dos modais ferroviário e aéreo. Os portos, responsáveis pelo escoamento da produção estadual, também são um gargalo logístico e se constituem em importante inibidor da base industrial mineira.

Em Minas Gerais, existem 35,5 mil km de rodovias, das quais 77,8% encontram-se pavimentadas. Desse total, 68,4% apresentam condição regular, ruim ou péssima (Gráfico 29). Cabe ressaltar que, do total de rodovias, 67% são estaduais, 25% federais e cerca de 8% são federais delegadas. Segundo o Sistema Rodoviário Estadual e a CNT, as rodovias federais apresentam piores condições quando comparadas às estaduais.

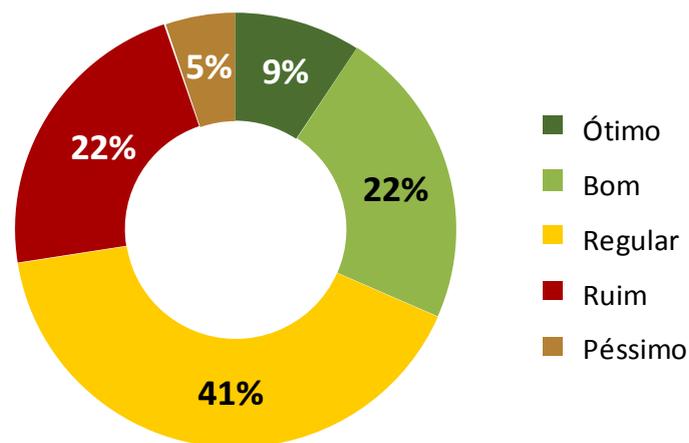
⁵⁹BDMG, 2004.

⁶⁰IBGE 2009.

⁶¹IPEA 2010.



Gráfico 30. Qualidade das rodovias de MG –
Classificação geral (2010)



Fonte: CNT – Pesquisa de Rodovias.

No que se refere ao modal aeroviário, dados do BNDES apontam que, em 2009, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves operava acima de sua capacidade de tráfego de passageiros, ocupando o sexto lugar no *ranking* nacional. A estimativa é de que a demanda para os aeroportos mineiros, incluindo o Aeroporto da Pampulha, tende a aumentar em 27% até 2014 e em 195% até 2030, enquanto a demanda para os aeroportos de São Paulo tende a aumentar 20,5% até 2014 e 133% até 2030⁶².

O enfrentamento a esses gargalos tem o potencial de alçar Minas Gerais à condição de “Estado Logístico do Brasil”, em função de seu posicionamento geográfico estratégico em âmbito nacional e sul-americano.

Em termos de infraestrutura social, vale mencionar as extensas redes de educação, saúde e defesa existentes no Estado. Dos 18.177 estabelecimentos escolares do Estado⁶³ (ensinos de Educação Infantil, Fundamental, Médio, de jovens e adultos e especial), 54,3% são municipais, 24,5% privados; 20,9% estaduais e 0,2% privados. Na área da saúde, o Estado conta com 672 hospitais, sendo 594 gerais e 78 especializados; 1.186 postos de saúde e 4.108 centros de saúde/unidades básicas, além de 101 prontos-socorros gerais. Com relação à segurança pública, atualmente existem 112 presídios e penitenciárias no Estado (52 criadas e 60 assumidas). A grande extensão territorial de Minas exige que essas redes tenham grande capilaridade e conectividade.

⁶²BNDES, 2009.

⁶³Censo escolar de Minas Gerais, abril 2010.

Objetivos Estratégicos

- Reduzir tempos e custos de deslocamento de bens, pessoas e cargas com segurança.
- Ampliar e diversificar a infraestrutura, proporcionando competitividade logística, maior dinamismo e integração das diversas regiões do Estado.
- Ampliar e modernizar a infraestrutura econômica e social.



INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	2030
1	Percentual de domicílios com acesso à rede de abastecimento de água	PNAD/IBGE	2,3% (2008)	100,0%	100,0%	100,0%
2	Percentual de domicílios com acesso à rede de esgoto ou fossa séptica	PNAD/IBGE	2,89% (2009)	87,2%	96,2%	100,0%
3	Percentual da malha rodoviária de Minas Gerais em ótimas ou boas condições de conservação ⁶⁴	CNT	55 (2009)	50,7%	63,2%	81,3%

⁶⁴A classificação das rodovias é resultado da Pesquisa CNT de Rodovias, que se propõe a avaliar a situação das rodovias brasileiras a partir da perspectiva dos seus usuários. As características viárias analisadas dizem respeito às condições de pavimento, sinalização e à geometria, analisadas segundo os níveis de conservação, segurança e conforto perceptíveis aos usuários.



Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Infraestrutura sejam alcançados, o Governo e a sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes estratégias prioritárias:

- 1.** Melhorar a qualidade da malha rodoviária mineira e a integração das regiões do Estado.
- 2.** Explorar o evento da *Copa do Mundo* para alavancar o crescimento do Estado, atuando em cinco áreas: infraestrutura aeroportuária, rodoviária e esportiva, mobilidade urbana, turismo e hotelaria, comunicação e marketing e utilidade pública.
- 3.** Implantar o Pelt e o Plano de Segurança Viária, transformando-os em instrumentos de planejamento e monitoramento de políticas públicas de transportes.
- 4.** Transferir à iniciativa privada a gestão de equipamentos de infraestrutura econômica e social, que demonstrem viabilidade econômica e sejam de interesse público.
- 5.** Implantar o *hub* logístico no entorno do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN).



Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:

- Estabelecer parcerias com o Governo Federal, estados, municípios e setor privado para ampliar investimentos em infraestrutura.
- Inovar em soluções técnicas, na implementação do novo marco regulatório, no financiamento e na tarifação para permitir a universalização do acesso da população mineira às redes de coleta e tratamento de esgotos, tornando-se o primeiro estado brasileiro a atingir esse patamar.
- Atuar de forma articulada com o Governo Federal para viabilizar a ampliação e a restauração das rodovias federais, mediante sua transferência para o Governo do Estado de forma sustentável.
- Estabelecer parcerias na busca de soluções para a disposição adequada dos resíduos sólidos.
- Ampliar, melhorar e integrar a infraestrutura aeroportuária que venha a propiciar a melhoria da malha aérea do Estado, com novo padrão de logística, provendo acesso aeroviário a todas as regiões de Minas Gerais.
- Reduzir tempo e custo de investimentos em infraestrutura econômica e social mediante a elaboração antecipada de projetos básico e executivo.
- Fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação, de modo a universalizar o acesso à conexão de dados e voz.
- Criar força-tarefa de contratação, concentrando capacidades técnicas e jurídicas internas e externas, para conduzir os principais processos de licitação e execução dos contratos de serviços e obras de investimentos estratégicos.
- Ampliar a geração de energia, por meio de uma matriz energética diversificada, com vistas à redução de custos, ao aumento da eficiência energética e à sustentabilidade ambiental.
- Aprimorar a metodologia de gerenciamento de projetos de investimentos públicos para incorporar a participação e comunicação com partes interessadas (órgãos ambientais, de controle, etc.) nas fases de formulação e aprovação dos projetos, com vistas a ampliar a taxa de execução.
- Ampliar a oferta de gás natural canalizado por meio da construção de novos gasodutos e da saturação de redes de distribuição nas cidades, a fim de abranger todas as regiões do Estado.



4.12 REDE DE GOVERNO INTEGRADO, EFICIENTE E EFICAZ GESTÃO PÚBLICA EFETIVA E PRÓXIMA DA SOCIEDADE.

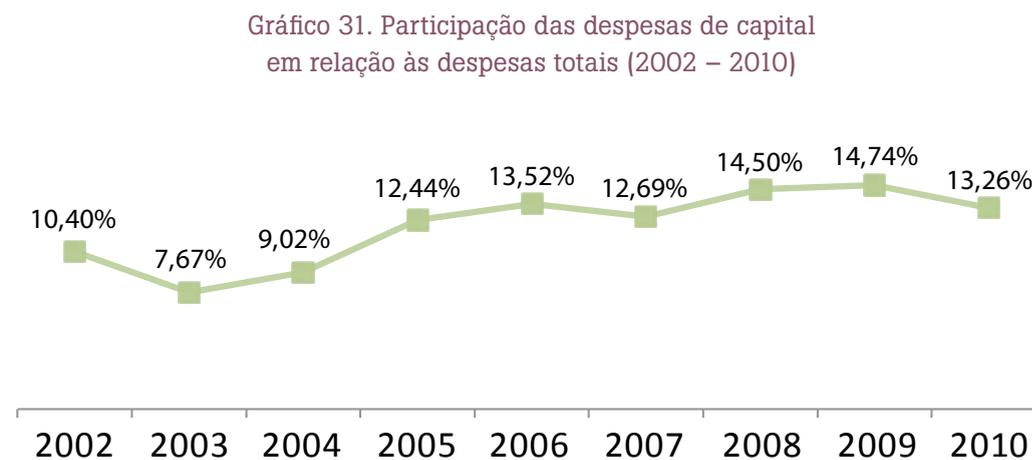
Meta Síntese

Situação

Essa Rede reflete a preocupação central do Governo de Minas: a gestão eficiente e eficaz como condição essencial à aplicação das políticas em todas as demais redes. Para uma boa gestão pública, o servidor público é reconhecido como ator central, elo entre o poder público e o cidadão, responsável por ouvir e atender às necessidades da sociedade. Essa rede pressupõe a inovação nas políticas e a profissionalização da gestão pública, bem como o desenvolvimento de instrumentos cada vez mais abrangentes de participação da sociedade civil, empresas, organizações não governamentais e dos poderes políticos locais nas ações do Estado.

Em Minas Gerais, os dois principais movimentos de melhoria da gestão – Choque de Gestão e Estado para Resultados – postos em prática a partir de 2003, viabilizaram a melhoria da situação fiscal e do ambiente institucional para a geração de resultados concretos para a sociedade.

Ressalte-se o acúmulo de seis anos consecutivos de resultados fiscais positivos, após período com grave desequilíbrio fiscal e o crescente direcionamento dos recursos para o investimento público (Gráfico 31).



Fonte: SEF-MG.

Quanto aos avanços institucionais, uma das ações que merece destaque enquanto esforço de racionalização e profissionalização da gestão é a pactuação de resultados⁶⁵, que em 2010 já abarcava 92% dos órgãos e entidades da administração pública mineira.

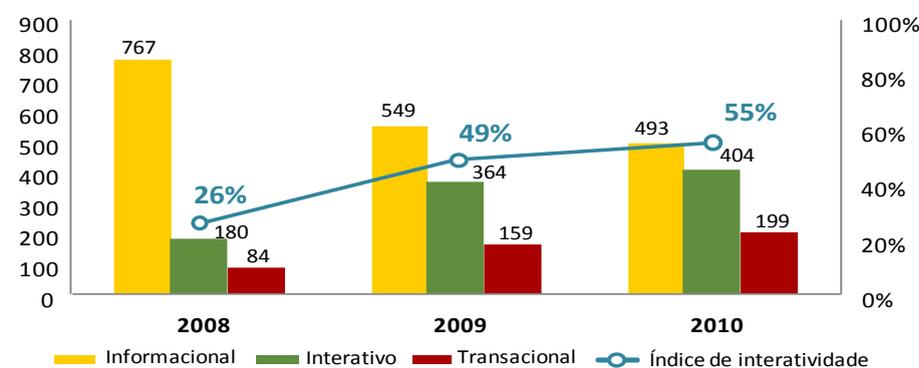
Além da modernização institucional, o estado mineiro afirmou um modelo de gestão que coloca o servidor público como o ator central na estrutura do Governo. Nessa visão, a universalização da gestão orientada para resultados traz para o primeiro plano a preocupação com a elevação substantiva da qualificação e desenvolvimento das pessoas.

O servidor público deve ater-se cada vez mais em produzir resultados para a população. Essa aproximação do Estado com as demandas da população exige a aplicação de mecanismos de interação. Como resultado do avanço nessa direção, o número de serviços disponibilizados no Portal Minas tem aumentado, além de ter apresentado nível crescente de interatividade.

Há avanços também no redesenho do espaço público, com o estabelecimento de parcerias entre os diferentes níveis de Governo, a iniciativa privada e a sociedade civil, como as experiências das agências de desenvolvimento, os consórcios, as parcerias público-privadas e a própria legislação das Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

A administração pública gerencial e orientada para resultados passa pelo desafio de disseminar-se para todo o Estado, popularizando práticas inovadoras, profissionais e transparentes. Essa disseminação implica uma crescente articulação entre os diversos níveis de Governo e suas agências e gestores, articulação esta necessária inclusive por conta da assimetria na partição de recursos tributários e fiscais, na distribuição de competências e na capacidade de gestão.

Gráfico 32. Interatividade dos serviços prestados pelo Governo Estadual (2008–2010)



Fonte: Siafi-MG.

Novas formas de organização entre governo e sociedade e a universalização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) abrem novos espaços para interação entre os atores (Gráfico 32). Há um cenário favorável ao crescente engajamento da sociedade no processo de desenvolvimento do Estado, desde o nível local até as instâncias de decisão estadual, que precisa ser fortalecido para a sustentabilidade das inovações implantadas em Minas Gerais.

⁶⁵A pactuação de resultados é realizada mediante celebração de Acordos de Resultados, tendo por objetivo buscar o alinhamento das instituições com a estratégia do Governo, através de um sistema que articula (i) a contratação de resultados, (ii) a avaliação institucional de equipes e (iii) a remuneração variável.

Objetivos Estratégicos

- Ampliar a efetividade das políticas públicas.
- Ampliar a capacidade de inovação do Governo para gerar mais e melhores resultados para a sociedade.
- Ampliar e melhorar a produtividade e a qualidade dos serviços e do gasto público.
- Ampliar a integração intragovernamental.
- Ampliar a transparência, a participação e o controle social das ações de Governo.

INDICADORES E METAS

Indicador		Fonte	Situação atual	2015	2022	
1	Índice de Sustentabilidade Fiscal	Seplag	82,58% (2010)	83,72%	84,,88%	86,05%
2	Índice de Eficiência Fiscal Operacional	Seplag	3,95% (2010)	3,72%	3,50%	3,30%
3	Índice de Incremento Patrimonial	Seplag	12,49% (2010)	13,0%	14,20%	15,40%
4	Índice de comprometimento com despesa de pessoal – Todos os poderes	Seplag	57,9% (2010)	57,0%	57%	57%
5	Índice de Captação de Recursos	Seplag	10,50% (2010)	10,72%	10,94%	11,17%



Estratégias

Para que os objetivos estratégicos da Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz sejam alcançados, o Governo e a Sociedade deverão concentrar os seus melhores esforços e recursos na execução das seguintes estratégias prioritárias:

- 1.** Permitir que os avanços na gestão governamental cheguem aos usuários finais, por meio da melhoria da qualidade do atendimento nos pontos de prestação de serviços públicos, da intensificação da qualificação do pessoal, da modernização da infraestrutura de atendimento e da implantação de avaliações sistemáticas da qualidade do atendimento ao cidadão.
- 2.** Aumentar a qualidade e a produtividade do gasto setorial, com ênfase na melhoria da composição estratégica do gasto e no aumento da aderência do orçamento à estratégia de desenvolvimento do Estado.
- 3.** Acentuar a orientação da estratégia governamental para as entregas e os resultados para a sociedade.
- 4.** Ampliar os espaços públicos institucionalizados voltados para a construção participativa de políticas públicas estaduais.
- 5.** Atrair e reter talentos técnicos e gerenciais nos quadros da administração pública, aprimorando o modelo de gestão de recursos humanos de forma a ampliar o quadro de profissionais de alta qualificação.
- 6.** Cultivar um ambiente propício e desenvolver instrumentos que estimulem a geração, a adoção e a disseminação de inovações na gestão pública.



Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:

- Ampliar a abrangência do Governo Eletrônico, visando aprimorar o atendimento às necessidades cotidianas do cidadão no que se refere aos serviços públicos e ampliar a transparência e o controle social das ações de Governo.
- Criar espaços de interlocução entre órgãos e entidades da administração pública, visando aprofundar uma cultura de atuação multisetorial e aprimorar a coordenação das ações governamentais.
- Desenvolver competências em gestão de suprimento e logística para melhorar a qualidade do gasto público.
- Fomentar a contratação de organizações públicas não estatais e concessões para a iniciativa privada quando demonstrado o potencial de ganhos em eficiência, qualidade e atendimento dos serviços prestados.
- Criar instrumentos de apoio aos municípios para modernização da gestão administrativa e fiscal.
- Captar fontes alternativas de recursos a serem aplicados no processo de desenvolvimento do Estado.
- Aprimorar e consolidar o modelo meritocrático, visando a profissionalização do serviço público.
- Potencializar a integração da Cidade Administrativa.
- Garantir a adoção de padrões de excelência de governança corporativa em todas as empresas públicas, autarquias e fundações.
- Conscientizar a sociedade em relação à importância e os benefícios da responsabilidade fiscal.
- Garantir a produção e disseminação de estatísticas, informações, pesquisas e metodologias que amparem o processo de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas do Estado de Minas Gerais.





Capítulo V

DELINEAMENTO DA REGIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA

“Minas, são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais.”

Guimarães Rosa

Minas Gerais é um estado grandioso. Ocupa um território de 586 mil km², o equivalente a 6,9% do Brasil, por onde se distribuem seus quase 20 milhões de habitantes em 853 municípios. O Estado – com suas dimensões territoriais e populacionais equivalentes ao de muitos países –, reúne uma imensa diversidade natural e cultural em seu vasto território.

Assim como são distintas as paisagens naturais e os costumes regionais, também são diferentes as condições enfrentadas pela população dos diversos locais. Em outras palavras, há também disparidades nos níveis de desenvolvimento entre as regiões. Por conta de toda essa heterogeneidade, compreender o Estado de Minas Gerais passa por analisar com cuidado as partes que o constituem.

Apenas com uma estratégia regionalizada, com soluções customizadas, direcionadas às necessidades específicas de cada local, é possível reduzir as disparidades do território, colocando o Estado por inteiro no caminho do desenvolvimento.

A Estratégia de Regionalização consiste, portanto, em focalizar ações nos territórios, de modo a potencializar suas vantagens comparativas e compensar as carências territoriais, minimizando as assimetrias regionais. Em outras palavras, é preciso propor soluções e estratégias condizentes para o crescimento econômico e social das diversas regiões mineiras.

Definir uma estratégia com base nas potencialidades e deficiências locais tem inúmeras vantagens em relação a um modelo único voltado para todo o Estado. Ao estimular a participação dos cidadãos na formulação de soluções e resolução dos problemas regionais, surgem melhores soluções que além de mais adequadas, são mais facilmente implementadas.

Esse PMDI não tem a pretensão definir qual a melhor estratégia para cada região do Estado. Isso deverá ser feito por meio de um processo participativo reunindo diferentes esferas da sociedade para, a partir das potencialidades e fragilidades de cada território e com base nas orientações estratégicas aqui definidas, articular esforços em prol do desenvolvimento sustentável da região.



O acompanhamento de uma estratégia de desenvolvimento, tal como definida nesse plano, requer o monitoramento de indicadores e metas intraestaduais. A média estadual, quando se trata de um estado com essas dimensões e diversidades, esconde grandes diferenças entre as regiões, impossibilitando uma visão mais ampla sobre a trajetória do desenvolvimento do Estado como um todo, tampouco sobre o alcance da equidade que é um dos parâmetros fundamentais da visão de futuro para o Estado de Minas Gerais em 2030.

Esta seção, portanto, apresenta o modelo de governança que está sendo desenvolvido e testado para viabilizar a gestão regionalizada e participativa, assim como os desafios prioritários e um conjunto de indicadores e metas para as dez regiões de planejamento do Estado: Noroeste, Norte, Rio Doce, Mata, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Jequitinhonha/Mucuri e Central (Mapa 4).

Mapa 4. Regiões de Planejamento



Fonte: Seplag



5.1 GOVERNANÇA PARA VIABILIZAÇÃO DA GESTÃO REGIONALIZADA E PARTICIPATIVA⁶⁶

A **Governança em Rede** enfatiza a interação entre governo e sociedade, fortalecendo a Gestão para a Cidadania e contribuindo para a visão de futuro de **tornar Minas o melhor Estado para se viver**. Consolida-se um novo olhar sobre a gestão no Estado construído a partir de três perspectivas básicas: (a) a heterogeneidade do território mineiro; (b) a gestão transversal e intersetorial de políticas públicas; e (c) o cidadão como protagonista do desenvolvimento do Estado.

A **Governança em Rede** se subdivide em dois eixos de trabalho, a saber: a **Gestão Regionalizada** e a **Gestão Participativa**. A premissa básica adotada é a da governança a partir do foco regional, viabilizando a devida interlocução dos integrantes governamentais entre si e destes com a sociedade civil organizada, no âmbito das dez regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais.

A **Gestão Regionalizada** prevê a construção de instâncias colegiadas de governança, denominadas **Comitês Regionais**, para cada uma das dez regiões de planejamento citadas. Esses comitês são integrados por representantes das pastas governamentais e reúnem-se para discutir as necessidades e especificidades de cada região, priorizando as estratégias adequadas a cada contexto. Assim, visando subsidiar a implementação da estratégia governamental sob a perspectiva

regional, os Comitês Regionais atuam orientados pelas diretrizes de articulação horizontal e sistêmica dos órgãos e entidades governamentais, pela colaboração institucional e pela intersetorialidade.

A **Gestão Participativa**, por sua vez, constitui-se na construção de um espaço legítimo de interface entre a sociedade civil organizada e o Governo do Estado, em cada uma das regiões de planejamento. Esse espaço consiste em encontros com integrantes da Sociedade Civil Organizada, em cada região, a fim de tornar conhecida a estratégia organizada nas Redes de Desenvolvimento Integrado, ou seja, as políticas que serão ali implementadas. Mais do que alinhar informações entre o Governo e a sociedade, a Gestão Participativa possibilita a priorização das estratégias, a partir da percepção da sociedade local, permitindo-lhe uma participação ativa e não mais apenas como receptora de políticas públicas.

Como produto desse processo, vislumbra-se não só a concreta atuação da sociedade civil organizada em cada região, em torno das prioridades estratégicas regionais, mas também, a constituição de um grupo de representantes, que contribua para a viabilização da continuidade do diálogo do Governo com a sociedade.

⁶⁶O processo de mobilização da sociedade para definição das prioridades estratégicas regionais foi iniciado na região administrativa do Rio Doce e Norte, como projetos piloto a serem aperfeiçoados e replicados para as demais regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais.

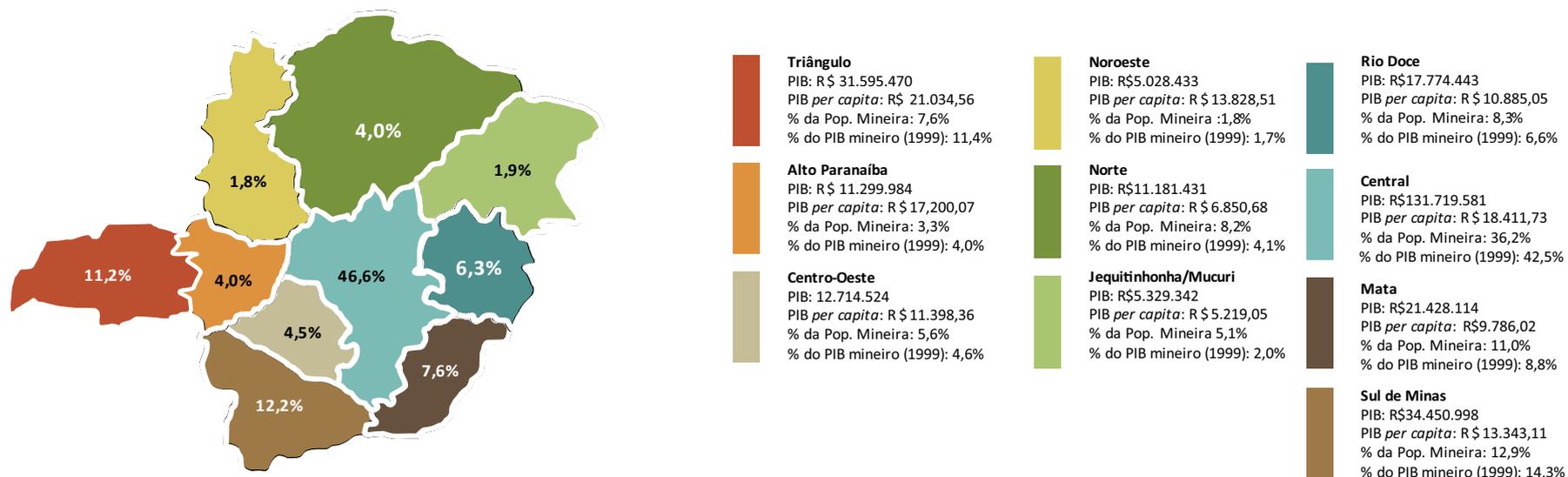
5.2 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO

A geração de renda no Estado de Minas Gerais tem como uma de suas características centrais o alto grau de concentração regional. Somente a região Central, a mais próspera e populosa do Estado, responde por quase metade (46,6%) do PIB mineiro, ao passo que as regiões historicamente mais deprimidas – Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce – totalizam, juntas, apenas 12,2% (Mapa 5)⁶⁷.

As acentuadas disparidades regionais da economia mineira são visíveis também quando se considera o PIB *per capita* de cada uma delas. No Triângulo Mineiro, região que concentra o mais elevado PIB *per capita* do Estado (R\$ 21 mil), o indicador é mais de quatro vezes superior ao registrado na área mais pobre, a região do Jequitinhonha/Mucuri (R\$ 5,2 mil).

⁶⁷Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) apud Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais – 2008.

Mapa 5. Participação das Regiões de Planejamento no PIB Mineiro (2008)



Fonte: IBGE/FJP/CEI

Fonte: IBGE/FJP/CEI

Além da acentuada concentração regional, a economia mineira particulariza-se pela coexistência de três lógicas principais de desenvolvimento que, em última instância, são responsáveis pela configuração de espaços geoeconômicos distintos.

O primeiro desses espaços, que se localiza predominantemente na porção oeste do território mineiro, tem como principal vetor de desenvolvimento a cadeia produtiva do agronegócio, incluindo a agroindústria, o terciário avançado e demais atividades de alto valor agregado. Tendo como principal representante a região do Triângulo Mineiro, incluem-se também nessa lógica as regiões Noroeste e Alto Paranaíba, além de parte do Sul de Minas e do Centro-Oeste.

O segundo espaço situa-se na extremidade oposta do território estadual, em sua parte leste, e tem seu desenvolvimento alavancado pela produção de *commodities* industriais. Fortemente influenciado pelo cenário internacional e dotado de cadeias produtivas integradas ao mercado externo, esse espaço é capitaneado pela indústria extrativa mineral e pela metalurgia básica. Incluem-se nessa lógica a região do Rio Doce e a Zona da Mata, além de parte da região Central.

O terceiro espaço geoeconômico sobre o qual está ancorada a economia mineira situa-se na porção centro-sul do Estado. Menos especializada quando comparada às demais, sua lógica de desenvolvimento guarda elevado grau de complementaridade em relação às cadeias produtivas da indústria de transformação e de serviços da Região Sudeste, com maior destaque para a indústria automotiva e a produção de bens de capital, artigos do vestuário, alimentos e bebidas. As regiões Central, Centro-Oeste e o Sul de Minas integram-se a essa lógica.

Há ainda um quarto espaço econômico em Minas Gerais, localizado nas porções norte e nordeste do território estadual, que não se mostra efetivamente integrado a nenhuma das três lógicas de desenvolvimento citadas anteriormente. Trata-se de uma região historicamente marcada pelo fraco dinamismo econômico e pela limitada integração a mercados, cujas consequências são visíveis na baixa qualidade dos seus indicadores socioeconômicos. Incluem-se nesse espaço as regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, além de parte das regiões Noroeste e Rio Doce.



A seguir é apresentada a caracterização sintética de cada uma dessas dez regiões que compõem o espaço mineiro:

CENTRAL Região mais populosa do Estado, reunindo 6,97 milhões de habitantes (35,6% do total estadual) que se concentram, predominantemente, em áreas urbanas (taxa de urbanização de 94%)⁶⁸. Belo Horizonte, Ouro Preto, Betim, Ouro Branco e Itabira estão entre os principais municípios da região Central.

Trata-se também da região mais próspera de Minas Gerais, responsável por 46,6% do PIB, 60% das exportações e 52,1% dos empregos formais. A evolução no período recente mostra que a região Central é a que mais cresce em termos de PIB⁶⁹ *per capita* e de participação no PIB e nas exportações. Entre 2001 e 2008, a participação regional no PIB e nas exportações do Estado cresceram, respectivamente, 2,4 e 5,4 pontos percentuais. Somente no período 2003–2008, o PIB *per capita* da região Central acumulou crescimento de 91%.

A composição setorial do PIB regional revela predominância do setor de serviços, responsável por 62,3% da renda gerada, seguido pela indústria (35,9%) e pela agropecuária (1,8%). Quando analisada individualmente cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado da indústria (53,6%), seguida dos serviços (45,8%) e, por último, da agropecuária (10,5%). Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região Central, destaque para metalurgia-alumínio, automóveis, bebidas, calçados, têxtil, mineração, minerais não metálicos, produtos alimentares, metalurgia-zinco, autopeças, bens de capital, vestuário, siderurgia, refino de petróleo, ferro-gusa, ferroliga e turismo⁷⁰.



MATA A região reúne 2,17 milhões de habitantes, 11,1% da população mineira. Cerca de 81% da população regional vive em áreas urbanas, com destaque para as cidades de Juiz de Fora, Santos Dumont, Manhuaçu, Manhumirim e Cataguases. A Zona da Mata responde por 7,6% do PIB mineiro, mas vem perdendo participação no período recente. Entre 2001 e 2008, a participação regional no PIB mineiro caiu 0,7 pontos percentuais.

A distribuição setorial do PIB da Zona da Mata revela a predominância dos serviços (68,4%) em comparação à participação relativa da indústria (22,6%) e da agropecuária (9,0%). Quando analisada individualmente cada atividade, nota-se

maior contribuição da região na geração do valor adicionado dos serviços (9%) e da agropecuária (8,4%), já que a região contribui com apenas 5,4% da renda gerada na indústria mineira. A região é responsável por 9,5% dos empregos formais e de 3,2% das exportações totais da economia estadual. Tal como ocorre em relação ao PIB, observa-se que também nas exportações a Zona da Mata tem reduzido sua participação no total do Estado nos últimos cinco anos.

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, destaque para a produção de suco de fruta natural, café, produtos alimentares, metalurgia-zinco, siderurgia e automóveis.

⁶⁸Fonte: Censo Demográfico/IBGE, 2010.

⁶⁹Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) apud Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais – 2008.

⁷⁰PIEMG, 2009.



SUL DE MINAS

Com 81,6% de seus 2,59 milhões de habitantes residindo em áreas urbanas, o Sul de Minas tem como principais municípios Varginha, Guaxupé, Albertina, Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso e Itajubá. É a segunda região mais populosa de Minas Gerais, reunindo 13,2% da população mineira.

Nos últimos anos, o Sul de Minas foi a região que mais perdeu espaço na geração da renda em Minas Gerais. Em 2001, a região respondia por 13,6% do PIB estadual; sete anos depois, essa participação havia se reduzido para 12,2%. Apesar da menor participação no PIB estadual, a região mantém participação relevante no total dos empregos formais gerados no Estado (12,5%), em função do perfil trabalho-intensivo das atividades econômicas desenvolvidas na região.

Em termos setoriais, a geração de renda no Sul de Minas se

concentra no setor de serviços (58,8%), seguido por indústria (28,0%) e agropecuária (13,2%). Quando considerada apenas a atividade agropecuária, no entanto, esse número salta para 21,8%, o que evidencia a relevância desse setor para a dinâmica socioeconômica da região. Ademais, a participação da Região Sul no valor agregado mineiro dos serviços é de 12,3%, enquanto que na indústria é de 10,3%.

Grande produtora de café, a região é responsável por 13,1% das exportações de Minas Gerais. Cabe ressaltar, no entanto, que assim como ocorre com o PIB, também nas exportações a participação da região no total do Estado vem se reduzindo nos últimos anos. Dentre as demais atividades econômicas desenvolvidas na região, destaque para a pecuária leiteira, metalurgia-alumínio, mineração, agroindústria, eletroeletrônicos, helicópteros, autopeças, bebidas, têxteis e turismo.



TRIÂNGULO

Reunindo 7,6% da população e 11,2% do PIB estadual, o Triângulo Mineiro apresenta o mais elevado PIB *per capita* dentre as dez regiões de Minas Gerais – R\$ 21 mil. A taxa de urbanização da região é elevada (93,4%) e, dentre seus principais municípios, destacam-se Uberlândia, Uberaba, Araguari, Delta e Iturama. A região manteve sua participação no PIB estadual relativamente estável nos anos 2000.

A geração de renda no Triângulo Mineiro concentra-se no setor de serviços (55,3%), seguido por indústria (33,8%) e agropecuária (10,7%). Quando analisada individualmente cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado da agropecuária (13,9%),

cuja relevância para o setor perde apenas para a do Sul de Minas. Na indústria e nos serviços, a contribuição do Triângulo Mineiro para o agregado estadual é de 11,6% e 10,7%, respectivamente.

A região responde ainda por 8,9% dos empregos formais e 5,8% das exportações estaduais. Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, destaque para açúcar e álcool, pecuária, produção e processamento de grãos, processamento de carne, cigarros, fertilizantes, processamento de madeira, reflorestamento e comércio atacadista.



ALTO PARANAÍBA

Com 655,3 mil habitantes, o Alto Paranaíba é a segunda região menos populosa de Minas Gerais. A população é predominantemente urbana (taxa de urbanização de 86,8%) e concentra-se nas cidades de Araxá, Patrocínio, Carmo do Paranaíba, Monte Carmelo e Coromandel.

A região responde por 4,0% do PIB, 3,0% dos empregos formais e 6,1% das exportações do Estado. No que se refere à composição setorial do PIB, evidencia-se maior participação dos serviços (50,2%), com destaque também para a importância relativa da indústria (24,2%) e da agropecuária (25,6%). Quando analisada individualmente

cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado da agropecuária (13,6%), seguida dos serviços (3,4%) e, por último, da indústria (3,1%). As principais atividades econômicas desenvolvidas na região são agricultura, pecuária, cerâmica, produtos alimentares, mineração, metalurgia e turismo. Nos anos 2000, a participação regional no PIB de Minas manteve-se relativamente estável.

CENTRO-OESTE DE MINAS

A região possui 1,12 milhão de habitantes (5,7% do total estadual), dos quais 88,7% residem em áreas urbanas. Divinópolis, Conceição do Pará, Itaúna e Lagoa da Prata estão entre os principais municípios do Centro-Oeste de Minas.

Responsável por 4,5% do PIB, 2,1% das exportações e 6,1% dos empregos formais, o Centro-Oeste de Minas tem sua geração de renda concentrada no setor de serviços (60,4%), com destaque também para a importância relativa da indústria (25,1%) e da agropecuária (14,5%). Nos anos 2000, a participação regional no PIB de Minas manteve-se

estável, enquanto que nas exportações totais do Estado aumentou em 1,6 pontos percentuais. Quando analisada individualmente cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado da agropecuária (7,5%), seguida dos serviços (4,6%) e, por último, da indústria (3,9%). Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, destaque para cerâmica, bebidas, calçados, minerais não metálicos, fogos de artifício, fundição, têxteis, artigos do vestuário e ferro-gusa.

NOROESTE DE MINAS

Com 366,4 mil habitantes, 1,9% da população estadual, o Noroeste de Minas é a região menos populosa do território mineiro. A região é predominantemente urbana, embora sua taxa de urbanização seja comparativamente mais reduzida – 78,2%. Os principais municípios que compõem a região são Paracatu, João Pinheiro, Unai, Buritis e Brasilândia de Minas.

O Noroeste de Minas responde por 1,8% do PIB mineiro, cuja distribuição setorial revela a predominância dos serviços (48,4%) em comparação à participação relativa da agropecuária (34,8%) e da indústria (16,8%). A região é também responsável por 1,2% dos empregos formais e de 2,5% das

exportações totais da economia estadual. Entre 2001 e 2008, a participação da região no PIB estadual teve leve aumento de 0,3 pontos percentuais, ao passo que nas exportações oscilou negativamente em 0,53 pontos percentuais.

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, destaque para agricultura, pecuária e mineração. Quando analisada individualmente cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado da agropecuária (8,2%), seguida dos serviços (1,4%) e, por último, da indústria (1,0%).

NORTE DE MINAS

A região reúne 1,61 milhões de habitantes, 8,2% da população mineira. A região é predominantemente urbana, embora sua taxa de urbanização seja relativamente reduzida – 69,4%. Os principais municípios que compõem a região são Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma, Capitão Enéas e Bocaiúva.

Responsável por 4,0% do PIB, 2,4% das exportações e 3,6% dos empregos formais, o Norte de Minas tem sua geração de renda concentrada no setor de serviços (61,8%), seguida pela indústria (24,9%) e pela agropecuária (13,2%). O norte de Minas manteve sua participação no PIB e nas exportações relativamente estável nos anos 2000.

Quando analisada individualmente cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado da agropecuária (7,0%), seguida dos serviços (4,4%) e, por último, da indústria (3,0%). Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, destaque para agricultura, pecuária, ferroliga, metalurgia, reflorestamento, têxteis, frutas e minerais não metálicos.

JEQUITINHONHA/ MUCURI

Reunindo 5,1% da população e 1,9% do PIB estadual, o Jequitinhonha/Mucuri apresenta o mais baixo PIB *per capita* dentre as dez regiões de Minas Gerais – R\$ 5,2 mil. Comparativamente às demais regiões de Minas Gerais, a taxa de urbanização do Jequitinhonha/Mucuri é baixa (63,2%). Dentre seus principais municípios, destacam-se Teófilo Otoni, Nanuque, Medina e Pedra Azul.

A distribuição setorial do PIB do Jequitinhonha/Mucuri revela ampla predominância dos serviços (69,0%) em comparação à participação relativa da agropecuária (16,5%) e da indústria (14,5%). A região é também responsável por 1,5% dos empregos formais e por apenas 0,3% das exportações totais da economia estadual.

Quando analisada individualmente cada atividade, nota-se maior contribuição da região na geração do valor adicionado da agropecuária (4,1%), seguida dos serviços (2,4%) e, por último, da indústria (0,9%). Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, destaque para agricultura, pecuária, mineração, pedras ornamentais, pedras preciosas e reflorestamento.

Nos últimos anos, a participação regional no total das exportações do Estado oscilou negativamente em 0,53 pontos percentuais, enquanto que no PIB manteve-se estável.

RIO DOCE

A região reúne 1,62 milhões de habitantes, 8,3% da população mineira. Cerca de 80% da população regional vive em áreas urbanas, com destaque para as cidades de Belo Oriente, Ipatinga, Timóteo, Governador Valadares e Caratinga.

A região do Rio Doce responde por 6,3% do PIB mineiro, cuja distribuição setorial revela a predominância dos serviços (56,2%) em comparação à participação relativa da indústria (37,5%) e da agropecuária (6,3%). É a região que apresentou menor crescimento do PIB *per capita* entre 2005 e 2008.

A região é também responsável por 5,8% dos empregos formais e 4,8% das exportações totais da economia estadual. Quando analisada individualmente cada atividade, nota-se

maior contribuição da região na geração do valor adicionado da indústria (7,2%), seguida dos serviços (6,2%) e, por último, da agropecuária (5,2%). Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na região, destaque para a produção de autopeças, têxteis, agricultura, pecuária, celulose, siderurgia, mecânica pesada, produtos alimentares e reflorestamento.

Nos últimos anos, a participação regional no total do PIB do Estado oscilou negativamente em 0,4 pontos percentuais, enquanto que nas exportações teve queda acentuada de 6,7 pontos percentuais, a maior perda dentre as dez regiões de Minas.



Mapa 6. Atividades econômicas desenvolvidas em Minas Gerais



Legenda

Açúcar e álcool	Fertilizantes	Pedras preciosas
Agricultura e pecuária	Fogos de artifício	Processamento de carne
Agroindústria	Frutas	Processamento de madeira
Automóveis	Fundição	Produção de café
Autopeças	Helicópteros	Produção de suco de fruta natural
Bebidas	Mecânica pesada	Produção e processamento de grãos
Bens de capital	Metalurgia	Produtos alimentares
Calçados	Metalurgia-alumínio (Al)	Refino de petróleo
Celulose	Metalurgia-zinco (Zn)	Reflorestamento
Cerâmica	Mineração	Siderurgia
Cigarros	Minerais não metálicos	Têxtil
Eletroeletrônicos	Pecuária leiteira	Turismo
Ferro-gusa	Pecuária	Venda por atacado
Ferroliga	Pedras ornamentais	Vestuário

Fonte: FIEMG, Relatório Perfil Econômico de Minas Gerais, Gerência de Economia e Finanças, setembro de 2009.

5.3 CONDIÇÕES EDUCACIONAIS, DE SAÚDE E DEFESA SOCIAL DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO

Os desafios prioritários no tocante à oferta de serviços sociais estão descritos a seguir, com um olhar sobre as dimensões chave: educação, saúde e defesa social.

Começando pela **educação**, as regiões Centro-Oeste, Alto Paranaíba e Sul apresentam os melhores desempenhos quando analisados os resultados dos exames do Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) e do Programa de Avaliação da Educação Básica (Proeb) em conjunto⁷¹. Mata, Triângulo e Rio Doce são as regiões que vêm em seguida. Todas essas regiões apresentaram aumento do percentual de alunos com nível de proficiência adequado entre 2006 e 2010 suficiente para as manter à frente no Estado (Tabela 3).

A região Central encontra-se numa posição intermediária. Os percentuais de alunos com nível de proficiência adequada estão abaixo da média do Estado. No entanto, vêm ocorrendo bons avanços nessa região nos últimos anos.

O Noroeste de Minas é a região que menos obteve melhora na qualidade da educação entre 2006 e 2010. A região ainda está à frente do Jequitinhonha/Mucuri e do Norte de Minas, mas essa posição não irá se manter caso nada seja feito para acelerar sua evolução. Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas, por sua vez, estão bastante distantes das demais regiões, exigindo a manutenção e intensificação dos esforços de melhoria na qualidade da educação em suas escolas.

⁷¹Avaliações em larga escala realizados pela Secretaria de Estado da Educação (SEE-MG) nas escolas da rede pública do Estado, com o objetivo de avaliar o desempenho em leitura dos alunos no ciclo inicial de alfabetização e o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos de 5º a 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.



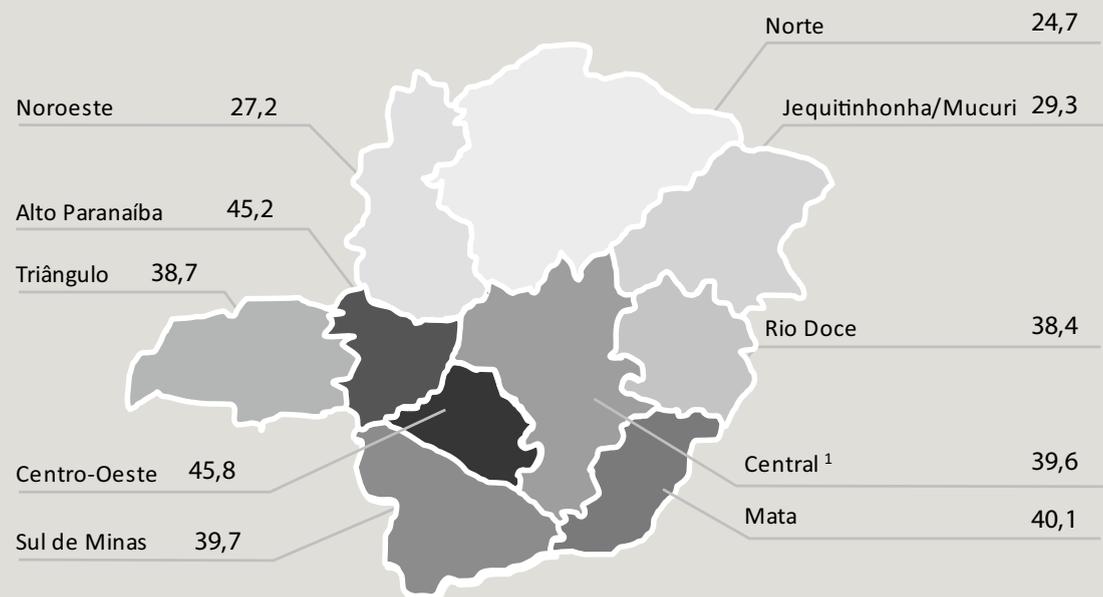
Tabela 3. Percentual de alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com nível de proficiência recomendável nos exames Proalfa e Proeb – 2010

	3º ano EF	5º ano EF		9º ano EF		3º ano EM	
	Leitura	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Centro-Oeste de Minas	90,2	53,8	73,0	41,5	34,0	45,8	7,1
Alto Paranaíba	87,1	51,2	70,0	40,8	34,5	45,2	6,6
Sul de Minas	88,0	49,5	68,2	38,1	31,4	39,7	4,9
Mata	88,0	44,9	63,8	36,1	28,1	40,1	5,2
Triângulo	88,4	44,2	60,7	36,1	25,5	38,7	4,1
Rio Doce	86,8	44,8	61,1	33,2	25,7	38,4	4,2
Minas Gerais	86,2	43,3	59,4	34,4	25,8	37,5	4,1
Central	85,3	42,0	56,4	35,3	24,0	39,6	3,7
Noroeste de Minas	83,2	39,1	55,3	29,8	22,7	27,2	2,2
Jequitinhonha/Mucuri	84,4	36,8	53,4	27,7	21,2	29,3	3,0
Norte de Minas	84,2	37,2	51,1	24,2	17,3	24,7	1,7

Fonte: SEE-MG, CAEd/UFJF.



Mapa 7. Percentual de alunos do 3º ano do Ensino Médio da rede estadual no nível recomendável de desempenho em Língua Portuguesa – Regiões de Planejamento, 2010

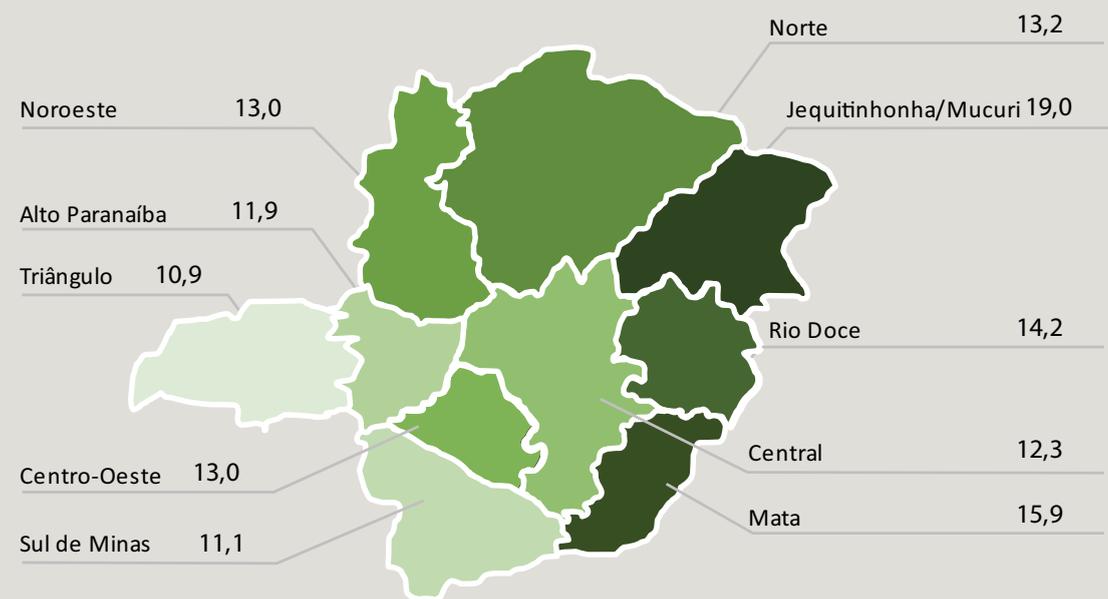


Fonte: SEE-MG; CAEd/UFJF.

Com relação às **condições de saúde**, a mortalidade infantil é um dos índices mais utilizados na comparação entre países, estados ou regiões. A região do Jequitinhonha/ Mucuri é de longe a que apresenta a situação mais crítica com cerca de 19 mortes por mil nascidos vivos. Em seguida, estão as regiões da Mata (15,9) e do Rio Doce (14,2).

Com índices em torno de 13 mortes por mil nascidos vivos, estão as regiões do Norte, Noroeste e Centro-Oeste de Minas ocupam uma posição intermediária. Alto Paranaíba e Central apresentam, enquanto as regiões do Sul de Minas e a do Triângulo Mineiro destacam-se com os melhores índices de mortalidade infantil (Mapa 8).

Mapa 8. Taxa de mortalidade infantil – 2010



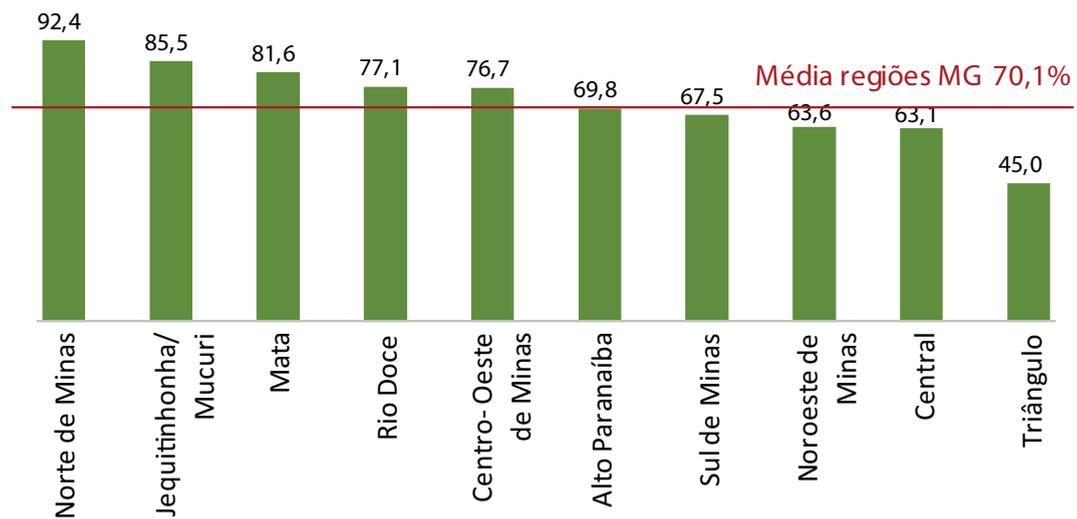
Fonte: SES-MG. Notas: dados preliminares da SES-MG apurados em 23/5/2011.

Todas as regiões do Estado de Minas Gerais registraram decréscimo das taxas de mortalidade infantil nos últimos anos. Isso se deve em grande medida à ampliação da atenção primária. O Programa Saúde da Família já atende 70% da população do Estado, sendo que no Norte de Minas Gerais chega a mais de 90% e no Jequitinhonha/Mucuri 85,5%. Nota-se um potencial de expansão do programa na região Noroeste de Minas, onde o índice de cobertura é de 63,6%, próximo ao da região Central, porém, trata-se de uma região mais pobre que, portanto, concentra maior da população dependente do SUS (Gráfico 32).

Apesar dos progressos recentes, ainda é preciso avançar na atenção primária. A proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal no Grande Norte – Jequitinhonha, Leste, Nordeste e Norte de Minas – é de 57,9%. Em outras palavras, mais de 40% das mães não tiveram a assistência pré-natal adequada.



Gráfico 33. Taxa de cobertura do Programa Saúde da Família – 2010



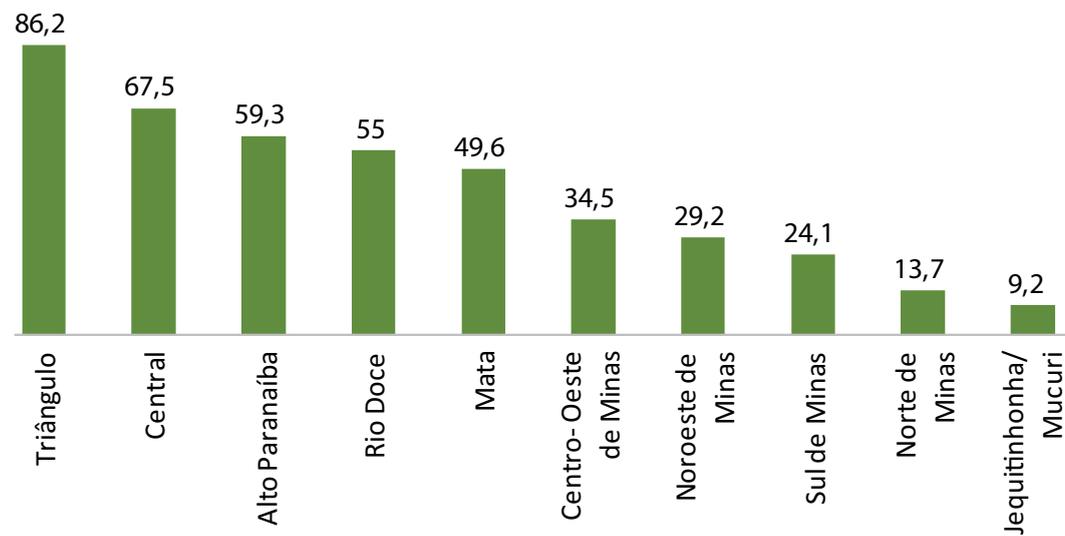
Fonte: Fonte: SES-MG. Notas: dados preliminares da SES-MG apurados em 23/5/2011.

Estão relacionadas aos resultados na área de saúde as condições de saneamento básico no Estado. O percentual da população urbana com acesso a disposição adequada de resíduos sólidos cresceu bastante nos últimos 10 anos em todas as regiões. A situação ainda permanece precária nas regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas, com apenas 9,2% e 13,7% de cobertura do serviço, respectivamente. No Noroeste e Centro-Oeste de Minas, o serviço também permanece ainda restrito a menos da metade da população: 29,2% e 34,5% de cobertura (Gráfico 33).



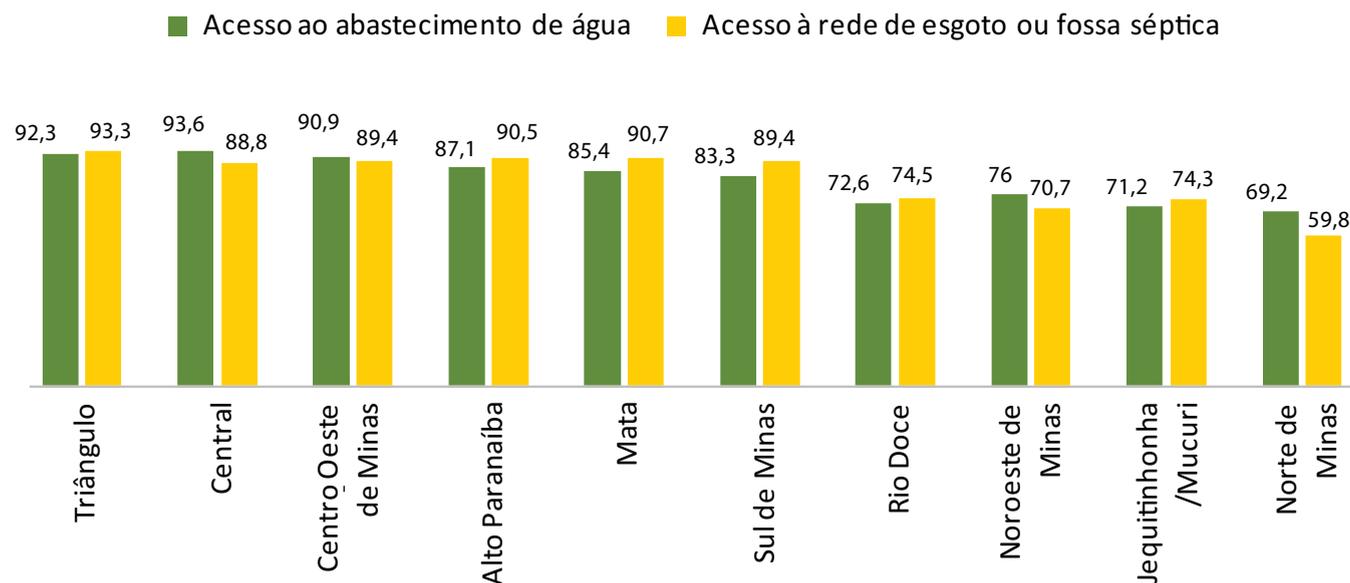
Os serviços de água e esgoto estão disponibilizados de maneira bastante desigual pelo território mineiro. Enquanto as regiões Triângulo, Central e Centro Oeste de Minas estão mais próximas da universalização, na outra ponta Rio Doce, Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas ainda têm um longo caminho de expansão de acesso a esses serviços (Gráfico 34).

Gráfico 34. Percentual da população urbana com acesso a disposição adequada de resíduos sólido, por Região de Planejamento de Minas Gerais – 2010



Fonte: Semad-MG.

Gráfico 35. Percentual de domicílios com acesso à rede geral de distribuição de água e à rede de esgoto ou fossa – Regiões de Planejamento de Minas Gerais – 2009



Fonte: PAD/FJP.

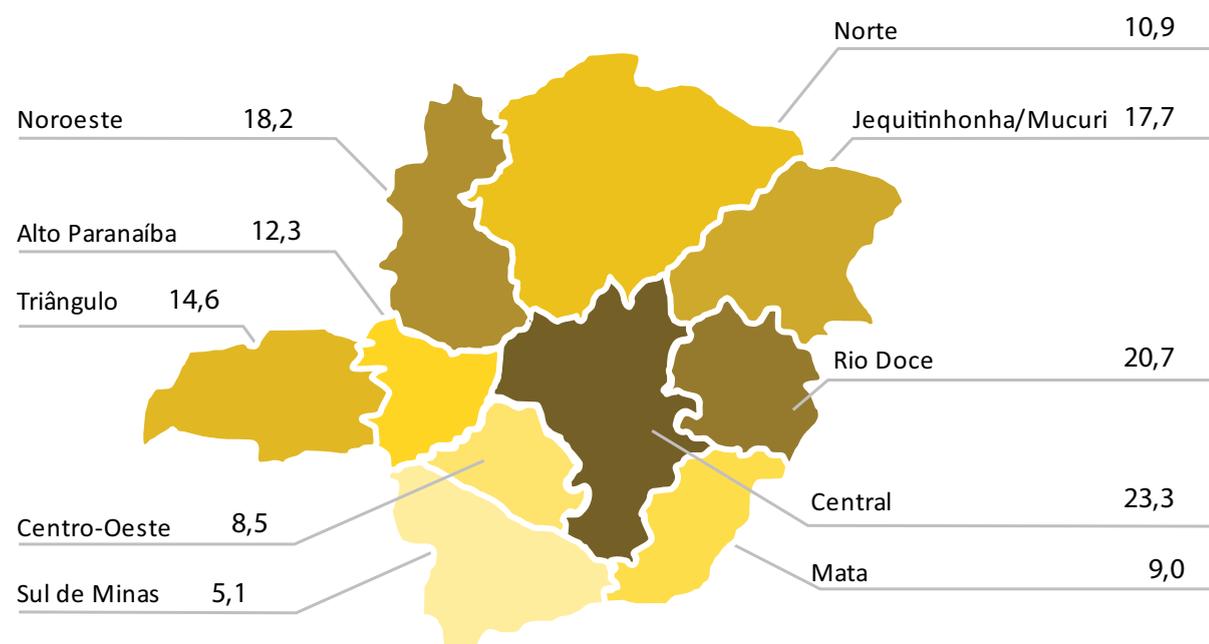
A diminuição da **violência**, contabilizada pela queda dos índices de homicídios no Estado de Minas Gerais, verificada nos últimos cinco anos deve-se, em grande medida, ao avanço justamente nas regiões que concentram as maiores taxas de homicídio.

Os índices de homicídios concentram-se na região Central do Estado de Minas Gerais. Em seguida, estão as regiões do Rio Doce, do Jequitinhonha/Mucuri e a região Noroeste do Estado, todas com taxas superiores à média de Minas. Desde 2005, há queda consistente nos índices dessas regiões, com exceção da Noroeste que nos dois últimos anos apresentou elevação dos homicídios (Mapa 9).

Ocupando posições intermediárias em termos de homicídios, estão as regiões do Triângulo e Alto Paranaíba. Nota-se, entretanto, que a violência tem crescido em ambas regiões nos últimos anos, sobretudo, na região do Alto Paranaíba.

Com menos de 10 homicídios por 100 mil habitantes, estão as demais regiões: Sul, Mata, Norte e Centro-Oeste. Desse grupo, destaca-se a situação da Região Centro-Oeste, que, apesar de possuir o segundo menor índice do Estado, apresentou forte crescimento da taxa de homicídios entre 2005 e 2010.

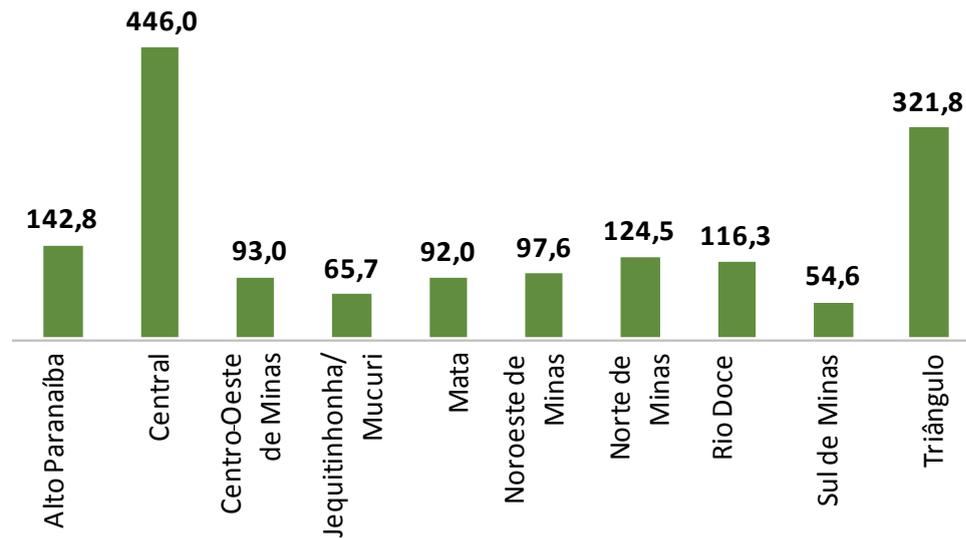
Mapa 9. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes – 2010



Fonte: Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro (Nesp-FJP). **Nota:** a taxa de 2010 para Região de Planejamento Central não é comparável com as das outras regiões de planejamento e também com os resultados anteriores.



Gráfico 36. Taxa de crimes violentos contra o patrimônio por 100 mil habitantes – 2010



Fonte: Fonte: Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro (Nesp-FJP).

Nota: a taxa de 2010 para Região de Planejamento Central não é comparável com as das outras regiões de planejamento e também com os resultados anteriores.

A criminalidade também pode ser medida pelo número de crimes violentos contra o patrimônio (roubos e roubos a mão armada) em relação à população de determinada região. Esse tipo de crime, conforme esperado, está concentrado nas duas regiões mais ricas do Estado: Triângulo Mineiro e na região Central do Estado. Em seguida, estão as regiões do Alto Paranaíba e Norte (Gráfico 36).

A busca por segurança, um dos direitos fundamentais, deve ser perseguida em todo território mineiro. Para isso, é preciso dar continuidade à redução dos índices de criminalidade nas regiões Central, Rio Doce e Jequitinhonha/Mucuri e conter o crescimento em regiões como a do Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Centro-Oeste.

5.4 INDICADORES E METAS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO

A definição dos indicadores com metas por região de planejamento do Estado de Minas Gerais foi feita a partir da combinação de três critérios principais: i) disponibilidade de dados do indicador para as regiões; ii) indicadores finalísticos relacionados às Redes com maior visibilidade e impacto regional; iii) indicadores sob maior influência da atuação do Governo Estadual.

Vale ressaltar que essas metas constituem um primeiro esforço de desdobramento da estratégia estadual nas diversas regiões do Estado, devendo ser revistas com o avanço e ampliação da experiência-piloto descrita neste capítulo.

As metas regionais são coerentes com as metas estabelecidas para o Estado e foram balizadas nas variações regionais, adotando como critério a diminuição das desigualdades regionais. As metas regionais foram estabelecidas apenas para 2015 pelo menor grau de arbitrariedade quanto às projeções populacionais por região e à estratégia implementada no médio e longo prazos.



Tabela 4. Indicadores e Metas por Região de Planejamento

	Alto Paranaíba	Central	Centro Oeste de Minas	Jequitinhonha Mucuri	Mata	Noroeste de Minas	Norte de Minas	Rio Doce	Sul de Minas	Triângulo
1. SAÚDE										
1.1 PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À REDE DE ESGOTO OU FOSSA SÉPTICA										
2009	90,5	88,8	89,4	74,3	90,7	70,7	59,8	74,5	89,4	93,3
2015	94,6	93,4	93,8	82,9	94,8	80,3	72,4	83,0	93,8	96,6
1.2 PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA										
2009	87,1	93,6	90,9	71,2	85,4	76,0	69,2	72,6	83,3	92,3
2015	89,1	94,6	92,0	81,1	88,2	83,5	80,1	81,8	87,2	93,3
1.3 TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL										
2010	11,9	12,3	13,0	19,0	15,9	13,0	13,2	14,2	11,1	10,9
2015	9,5	9,8	9,8	11,7	10,6	10,1	10,0	10,1	9,1	9,1
2. SEGURANÇA										
2.1 TAXA DE HOMICÍDIOS (POR 100 MIL)										
2010	12,3	23,3	8,5	17,7	9,0	18,2	10,9	20,7	5,1	14,6
2015	12,0	15,5	8,4	13,4	8,4	16,5	7,7	15,6	4,9	14,0
2.2 TAXA DE CRIMES VIOLENTOS (POR 100 MIL)										
2010	184,5	512,4	114,5	113,1	126,3	148,6	154,3	175,2	71,7	368,9
2015	133,7	358,2	106,7	103,7	119,5	125,1	115,7	126,1	69,5	238,4
3. EDUCAÇÃO										
3.1 PERCENTUAL DE ALUNOS DO 3º ANO DO EF COM NÍVEL ADEQUADO DE PROFICIÊNCIA EM LEITURA										
2010	82,9	70,0	83,6	69,6	74,7	70,8	69,6	70,4	79,2	77,7
Meta 2015	86,2	75,9	86,8	75,6	79,8	76,6	75,6	76,3	83,3	82,1
3.2 PERCENTUAL DE ALUNOS DO 5º ANO DO EF COM NÍVEL ADEQUADO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA										
2010	47,7	36,4	48,4	31,2	39,5	32,9	28,6	35,5	42,5	36,5
Meta 2015	54,4	41,6	55,2	35,6	45,0	37,5	32,6	40,5	48,4	41,6
3.3 PERCENTUAL DE ALUNOS DO 5º ANO DO EF COM NÍVEL ADEQUADO DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA										
2010	66,6	50,9	67,0	47,8	59,3	47,3	42,8	51,7	62,2	52,5
Meta 2015	71,6	58,5	71,9	55,8	65,7	55,4	51,3	59,2	68,0	59,9
3.4 PERCENTUAL DE ALUNOS DO 9º ANO DO EF COM NÍVEL ADEQUADO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA										
2010	40,5	33,6	40,5	27,3	35,8	26,8	22,3	31,6	37,4	36,0
Meta 2015	54,6	45,3	54,6	36,7	48,2	36,1	30,0	42,5	50,4	48,4
3.5 PERCENTUAL DE ALUNOS DO 9º ANO DO EF COM NÍVEL ADEQUADO DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA										
2010	34,6	22,3	33,4	21,0	27,9	19,7	15,7	24,0	30,5	24,7
Meta 2015	48,5	31,3	46,8	29,4	39,0	27,7	22,0	33,7	42,8	34,6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BDMG. **Infraestrutura: sustentando o desenvolvimento. Os gargalos e os espaços para intervenção estadual. Minas Gerais do século XXI, v. III**, 2004.
- BDMG. **Infraestrutura: sustentando o desenvolvimento. Os gargalos e os espaços para intervenção estadual. Minas Gerais do século XXI, v. III**. 2004.
- BIOMINAS. **Estudo da Empresas de Biociências**. 2009.
- CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network society**. 1996.
- CNT. **Pesquisa de Rodovias**. 2010.
- EMBRATUR. **Anuário Estatístico de Turismo**. 2011.
- EUROPEAN COMMISSION. **The 2009 EU industrial R&D investment scoreboard**. Directorate General Research. Institute for Prospective Technological Studies. 2009.
- Ferreira, P. C. Eficiência e produtividade total dos fatores em Minas Gerais. **Ensaio Econômico da EPGE 705**, FGV, 2010.
- FIEMG. **Perfil da Economia de Minas Gerais**. 2009.
- FÍGOLI, Moema G. Bueno et. al. **Projeção populacional, por sexo e grupos de idades quinquenais. Mesorregiões e total de Minas Gerais. 2010-2050**. 2009.
- GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (Coord.). **2022: propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.
- GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William. **Governar em rede**. 2006.
- GOVERNO DE MINAS GERAIS. Agenda de Melhorias: Caminhos para Inovar na Gestão Pública. **Núcleo da Estratégia 2030: Questões Críticas para o desenvolvimento de Minas Gerais**. 2010.
- IBGE. **Pesquisa de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. 2010.
- IBGE. **Relatório Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. 2010.
- LETT, Erin; BANISTER, Judith. **China's manufacturing employment and compensation costs: 2002-2006**. Monthly Labor Review, p.35. April 2009.
- LOPES, Fernando; BALDI, Mariana. **Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança**. 2009.
- NOHRIA, N. **Introduction: is a network perspective a useful way for studying organizations?** 1992.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** Editora FGV. Rio de Janeiro, 2006.
- VELOSO, F.; PESSOA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Coord.) **Educação básica no Brasil**. Construindo o país do futuro. Editora Campus. Rio de Janeiro, 2009.
- WAISELFISZ, Jacobo J. **Mapa da Violência 2011**. Os jovens do Brasil. São Paulo, 2011.



Anexo I

QUADRO COMPARATIVO DOS CENÁRIOS

Os Cenários em Números Quadro Comparativo	CENÁRIO I A CONQUISTA	CENÁRIO II O DESPERDÍCIO	CENÁRIO III A SUPERAÇÃO	CENÁRIO IV A DECADÊNCIA
MUNDO				
PIB (TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO)	3,5 a 4,5% a.a.		2,0 a 3,0% a.a.	
BRASIL				
PIB (TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO)	4 a 5% a.a.		2,5 a 3% a.a.	
IDH	0,895		0,867	
MINAS GERAIS (Economia, Competitividade e Infraestrutura)				
PIB (TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO)	5,4% a.a. (2006-2023)	3,0% a.a. (2006-2023)	4,0% a.a. (2006-2023)	2,3% a.a. (2006-2023)
Educação				
ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO JOVEM 15 ANOS	Próximo de 9 anos	7,6 anos	Ultrapassando 8 anos	7 anos
ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO JOVEM 18 ANOS	Próximo de 12 anos	9,4 anos	Ultrapassando 11 anos	9 anos
Saúde e Saneamento				
POPULAÇÃO DEPENDENTE EXCLUSIVAMENTE DO SUS	60%	65%	70%	75%
INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO AMBULATORIAL	16%	19%	21%	24%
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (MORTES POR MIL NASCIDOS VIVOS)	8	11	10	12
TAXA DE MORTALIDADE POR DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO E DIABETES (MORTES POR 100 MIL HAB.)	68,2	77	86,1	93,9
Defesa Social				
TAXA DE CRIMES VIOLENTOS POR 100 MIL HABITANTES	Menos de 100	Entre 500 e 600	Entre 120 e 145	Superior a 1.500
TAXA DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES *	Entre 2 e 5	Entre 35 e 50	Entre 15 e 20	Superior a 70



Os Cenários em Números Quadro Comparativo	CENÁRIO I A CONQUISTA	CENÁRIO II O DESPÉRDICIO	CENÁRIO III A SUPERAÇÃO	CENÁRIO IV A DECADÊNCIA
Meio Ambiente				
ÁREAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (% DO TERRITÓRIO)	10%	1,5%	6%	1%
ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA *	60%	33%	40%	20%
POPULAÇÃO COM ESGOTO TRATADO OU DISPOSTO ADEQUADAMENTE (% DA POP. TOTAL)	70%	30%	60%	25%
POPULAÇÃO COM DISPOSIÇÃO ADEQUADA DE LIXO (% DA POP. TOTAL)	90%	40%	60%	25%
Pobreza ⁷²				
POBREZA (PROPORÇÃO DE POBRES EM RELAÇÃO À POP. TOTAL)**	RMBH 10%	RMBH 22%	RMBH 17%	RMBH 28%
	Espaço urbano 7%	Espaço urbano 18%	Espaço urbano 16%	Espaço urbano 21%
	Espaço rural 7%	Espaço rural 16%	Espaço rural 16%	Espaço rural 21%
Regiões de Baixo IDH				
PARTICIPAÇÃO DO PIB <i>PER CAPITA</i> DOS MUNICÍPIOS LOCALIZADOS EM REGIÕES DE BAIXO IDH EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL	68,6%	54%	54%	50,3%
Desenvolvimento Humano				
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,901	0,861	0,878	0,847
IDH EDUCAÇÃO ***	0,956	0,922	0,946	0,914
IDH RENDA ***	0,863	0,791	0,816	0,770
IDH LONGEVIDADE ***	0,884	0,871	0,873	0,857

* Em aprofundamento Macroplan / Coordenador da Área de Resultado

** Aguardando versão aprofundada pelo Cedeplar

*** Em aprofundamento Macroplan / Coordenadores / Especialistas

⁷²Linhas de pobreza e indigência segundo metodologia adotada em: ROCHA, 2006.

Anexo I I

NOTA METODOLÓGICA

O processo de revisão do PMDI, desenvolvido ao longo de 2011, trabalha com o horizonte de 2030 e mantém seu compromisso de responder, consistentemente, às seguintes questões:

- Onde estamos?
- Aonde podemos chegar?
- Aonde queremos chegar?
- Como vamos chegar lá?

A primeira questão, “onde estamos?”, foi respondida por intermédio de duas atividades distintas e complementares. Primeiramente, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa envolvendo Secretários de Governo e técnicos executivos com notório saber sobre Minas Gerais. O resultado dessa etapa forneceu valiosa contribuição para a reflexão estratégica acerca do momento atual vivido por Minas Gerais e pelo Governo do Estado, bem como subsidiou o processo de formulação estratégica com importantes elementos para a revisão e atualização das políticas públicas nos próximos anos.

Em seguida, foi realizada uma análise retrospectiva e situacional de Minas Gerais e da atuação do Governo do Estado

para identificar as principais variáveis socioeconômicas que influenciaram o cenário mineiro nos últimos oito anos. Como resultado, foi possível analisar a trajetória recente do Estado e avaliar para qual dos cenários traçados no PMDI 2003-2020 Minas Gerais vem caminhando.

A segunda questão, “aonde podemos chegar?”, foi respondida com a identificação de tendências de longo prazo que poderão influenciar a trajetória do Estado nos próximos 20 anos e que, portanto, deverão ser consideradas na estratégia de desenvolvimento que se redesenha por meio do PMDI. As mudanças externas e transformações endógenas em curso foram agrupadas em três dimensões e referenciadas ao contexto mundial, nacional e também ao próprio espaço mineiro.



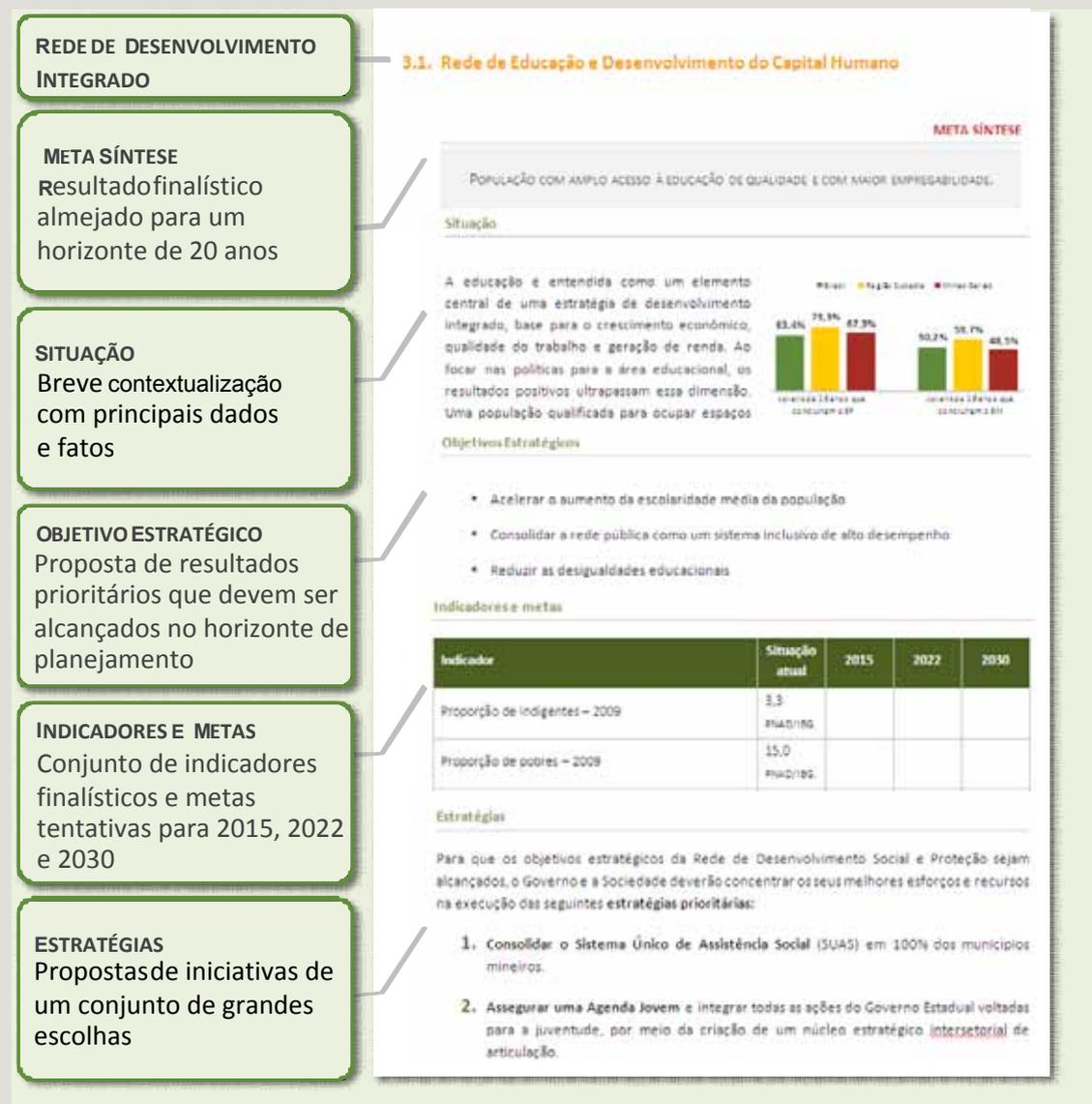
Em resposta à terceira questão, “aonde queremos chegar?”, foi realizada uma Oficina Estratégica, evento que contou com a presença de todos os Secretários de Estado, e que teve por objetivo avaliar, discutir e formular proposições para a **VISÃO DE FUTURO**. Como desdobramento da Visão de Futuro e qualificação do padrão de desenvolvimento a ser construído, foram ressaltados quatro atributos: prosperidade, qualidade de vida, cidadania e sustentabilidade.

Nessa nova versão do Plano, a sociedade mineira reafirma sua vontade de, até 2030, **TORNAR MINAS GERAIS O MELHOR ESTADO PARA SE VIVER**.

O processo de construção da estratégia culminou na configuração de dez **DESAFIOS** a serem superados pela sociedade mineira nas próximas duas décadas. Esses desafios constituem-se em focos prioritários de alta relevância e de elevado potencial de impacto no desenvolvimento de Minas Gerais.

Para traduzir a estratégia em benefícios para a sociedade, foram definidas onze **REDES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO**. Não se trata de estruturas institucionais formais. Ao contrário, são novas formas de governança, organizadas de modo integrado e matricial, que estimulam e proporcionam um comportamento cooperativo entre a sociedade civil, poderes políticos nacionais e locais, empresários e entidades de classe de integração institucional e social. A apresentação de cada uma das Redes obedece à estrutura indicada na figura a seguir.

Figura 4. Estrutura e conteúdo das Redes de Desenvolvimento Integrado



Elaboração: Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão



A Visão de Futuro se desdobra em METASSÍNTESE e OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, que representam alvos específicos a serem alcançados e que devem ser mensurados, monitorados e gerenciados durante a execução do Plano. Em cada rede, foram definidos indicadores e metas. As metas foram estabelecidas com base nas variações dos índices do Estado na última década e balizadas em *benchmarking* nacionais e internacionais.

Complementarmente, será necessário um esforço deliberado e coordenado de planejamento e implantação de iniciativas segundo um caminho que culmine na concretização das transformações requeridas. As ESTRATÉGIAS que deverão ser empreendidas pelo Governo de Minas no horizonte 2011–2014 constituem esse caminho e representam parte da resposta à questão: “como vamos chegar lá?”. As estratégias foram priorizadas pelos executivos do Governo em uma oficina de trabalho e são as bases para definição dos Programas Estruturadores no período 2011–2014.

Uma das principais inovações em relação ao PMDI anterior consiste no início de um esforço de REGIONALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA. Para cada região de planejamento, foi realizado um delineamento de um pequeno conjunto de indicadores finalísticos com metas tentativas para 2015, 2022 e 2030. A estratégia de desenvolvimento regional consiste, portanto, em focalizar as ações nos territórios, de modo a potencializar suas vantagens comparativas e compensar as carências territoriais, minimizando as assimetrias regionais. Implica, assim, na definição de uma estratégia com base nas potencialidades e deficiências locais.



PARTICIPANTES DO PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

Membros Titulares do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Governador do Estado: Antonio Augusto Junho Anastasia

Vice-Governador: Alberto Pinto Coelho Junior

Secretário de Estado de Governo: Danilo de Castro

Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais: Maria Coeli Simões Pires

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão: Renata Maria Paes de Vilhena

Secretário de Estado de Fazenda: Leonardo Maurício Colombini Lima

Secretário de Estado de Defesa Social: Rômulo de Carvalho Ferraz

Secretário de Estado de Saúde: Antônio Jorge de Souza Marques

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social: Cássio Antônio Ferreira Soares

Secretário de Estado de Trabalho e Emprego: Hélio Augusto Martins Rabelo

Secretária de Estado de Educação: Ana Lúcia Almeida Gazzola

Secretária de Estado de Cultura: Eliane Denise Parreiras Oliveira

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: Nárcio Rodrigues da Silveira

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Adriano Magalhães Chaves

Secretário de Estado de Esportes e da Juventude: Bráulio José Tanus Braz

Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico: Dorothea Fonseca Furquim Werneck

Secretário de Estado de Turismo: Agostinho Célio Andrade Patrus

Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana: Olavo Bilac Pinto Neto

Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Elmiro Alves do Nascimento

Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas: Carlos do Carmo Andrade Melles

Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas: Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes

Secretário de Estado Extraordinário de Gestão Metropolitana: Alexandre Silveira de Oliveira

Secretário de Estado Extraordinário de Regularização Fundiária: Wander José Goddard Borges

Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo: Sergio Alair Barroso

Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos: Fuad Jorge Noman Filho

Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais: Marco Antônio Rebelo Romanelli

Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG: Coronel PM Márcio Martins Sant'Ana

Chefe da Polícia Civil: Delegado-Geral Cylton Brandão Da Matta

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG: Coronel BM Silvio Antônio de Oliveira Melo

Chefe de Gabinete Militar do Governador: Coronel PM Luis Carlos Dias Martins
Controlador-Geral do Estado de Minas Gerais: Plínio Salgado
Ouvidora-Geral do Estado de Minas Gerais: Célia Pimenta Barroso Pitchon
Secretário-Geral do Governador: Gustavo de Castro Magalhães
Diretor-Presidente do Escritório de Prioridades Estratégicas: Tadeu Barreto Guimarães
Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais: Desembargador Antônio Marcos Alvim Soares
Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG: Deputado João Vitor Xavier
Representante da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG: Dijon Moraes Júnior
Representante da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG: Professor Clélio Campolina Diniz
Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG: Matheus Cotta de Carvalho
Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG: Djalma Bastos de Morais
Presidente da Fundação João Pinheiro – FJP: Marilena Chaves
Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC: Marcílio César de Andrade
Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER: Maurílio Soares Guimarães
Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM: José Cláudio Junqueira Ribeiro
Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG: Oswaldo Borges da Costa Filho
Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI: José Frederico Alves
Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG: Mário Neto Borges
Presidente da Associação Mineira de Municípios – AMM: Ângelo José Roncalli de Freitas
Representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG: Olavo Machado Júnior
Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG: Roberto Simões
Representante da Associação Comercial de Minas Gerais – ACMINAS: Roberto Luciano Fortes Fagundes
Representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS: Wander Luis Silva
Representante do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais – CIEMG: José Agostinho da Silveira Neto
Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte – CDL/MG: Bruno Selmi Dei Falci
Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG: Vilson Luiz da Silva
Representante da Coordenação Intersindical dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Minas Gerais – SINDPÚBLICOS: Cláudio Roberto Ferreira Utsch
Representante da Federação das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais – FETCEMG: Vander Francisco Costa
Representante da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários de Passageiros do Estado de Minas Gerais – FETRAM: Waldemar Araújo
Representante da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – OCEMG: Ronaldo Scucato
Representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE/MG: Luiz Márcio Haddad Pereira Santos
Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT/MG: Marco Antônio de Jesus
Representante da Força Sindical/MG: Rogério Fernandes
Representante da União Geral dos Trabalhadores/MG – UGT/MG: Wagner Francisco Alves Pereira

Cidadãos Livremente Designados pelo Governador do Estado

Afonso Henriques Borges Ferreira

Apolo Heringer Lisboa

Cássio Turra

Cláudio Chaves Beato Filho

Cláudio de Moura Castro

Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto

Ivan Moura Campos

João Camilo Pena

Luis Aureliano Gama de Andrade

Ronaldo Pena

Conselheiros e Dirigentes do Setor Público Entrevistados

Adriano Magalhães Chaves

Afonso Henriques Borges Ferreira

Agostinho Célio Andrade Patrus

Alberto Pinto Coelho Junior

Alexandre Silveira de Oliveira

Ana Lúcia Almeida Gazzola

André Victor dos Santos Barrence

Andréa Neves da Cunha

Antonio Augusto Junho Anastasia

Antônio Jorge de Souza Marques

Bernardo Tavares de Almeida

Bráulio José Tanus Braz

Carlos do Carmo Andrade Melles

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

Coronel BM Silvio Antônio de Oliveira Melo

Coronel PM Renato Vieira de Souza

Coronel PM Márcio Martins Sant'Ana

Danilo de Castro

Dorothea Fonseca Furquim Werneck

Eliane Denise Parreiras Oliveira

Elmiro Alves do Nascimento
Fuad Jorge Noman Filho
Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes
Gustavo de Castro Magalhães
Helger Marra Lopes
Iran Almeida Pordeus
Jairo Lellis
Lafayette Luiz Doorgal de Andrada
Leonardo Belo Couto
Leonardo Maurício Colombini Lima
Marcelo Garcia
Maria Coeli Simões Pires
Marilena Chaves
Matheus Cotta de Carvalho
Moacyr Lobato de Campos Filho
Nárcio Rodrigues da Silveira
Olavo Bilac Pinto Neto
Renata Maria Paes de Vilhena
Rogério Aoki Romero
Rômulo de Carvalho Ferraz
Sergio Alair Barroso
Tadeu Barreto Guimarães
Thiago Henrique Barouch Bregunci
Wander José Goddard Borges

Consultoria Técnica

Macroplan Prospectiva, Estratégia e Gestão

Adriana Fontes
Alexandre Rinaldi
Claudio Porto
Elimar Nascimento
Gláucio Neves
José Paulo Silveira
Karla Monteiro

Karla Regnier
Leonardo Avelar
Pedro Ferraz
Tobias Albuquerque
Vinicius Ribeiro

Demais Técnicos e Especialistas Participantes

Alex Afonso Cunha
Aline Martins Ribeiro Tavares Rezende
Augusto Conrado Martins
Camila Barbosa Neves
Daniel Fernandes de Abreu e Silva
Diego Pessoa Santos
Diogo Alves Caminhas
Éber Gonçalves
Elias Haddad Filho
Fávila Lorena Junqueira Etelvino
Felipe Michel Santos Araújo Braga
Fernanda Guedes Neves
Fernando Henrique Guimarães Rezende
Florence Fiuza de Carvalho
Francisco Alves de Oliveira Júnior
Gláucia Alves Macedo
Guilherme Bernard Valadares Lobato
Guilherme Parentoni Senra Fonseca
Isabella Cristine Nogueira
Izabela Stancioli Mariano da Silva
Laura Angélica Moreira Silva
Luisa Cardoso Barreto
Luiza Di Spirito Braga
Luiza Moreira Arantes de Castro
Maria Angélica de Andrade Vasconcelos
Mateus Felipe dos Reis Martins
Matheus Sales de Albuquerque Cunha

Mila Magalhães Ribeiro

Mônica Galupo Fonseca Costa

Otávio Martins Maia

Priscila Pereira Santos

Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues

Renato Silva Beschizza

Samuel Barbosa

Solimar Assis

Vanda Catarina Duarte

Fotos

Acervo Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Eugênio Sávio

Lúcia Sebe – Imprensa / MG

